

**Prospecto de Distribuição Pública de Quotas Seniores (o “Prospecto”) do
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS
JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

CNPJ nº 10.424.100/0001-07

Código ISIN das Quotas Seniores nº BRENNRCTF000

Classificação de Risco conferida pela Austin Rating Serviços Financeiros Ltda para as Quotas Seniores: “A”

Registro da Oferta na CVM nº CVM/SRE/RFD/2009/[●], concedido em [●]/[●]/2009

O ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 20 de outubro de 2008, através do “Instrumento Particular de Constituição do Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás”, celebrado pela Administradora, com prazo de duração de 15 (quinze) anos, contados da 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356”), pela Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado na data de sua constituição, ou seja em 20 de outubro de 2008, sob o nº 768241 e alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 28 de outubro de 2008, sob o nº 768685 e pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 26 de dezembro de 2008, sob o nº 772160, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o “Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 (uma) classe de quotas seniores (as “Quotas Seniores”), e duas classes de quotas subordinadas (as “Quotas Subordinadas”), quais sejam a classe de quotas subordinadas mezanino (as “Quotas Subordinadas Mezanino”) e a classe de quotas subordinadas júnior (as “Quotas Subordinadas Júnior”), todas em série única, em uma ou mais distribuições. O Fundo poderá manter simultaneamente em Circulação, Quotas Seniores no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitida a Série Específica ao amparo do Capítulo XXVI do Regulamento. O Fundo poderá manter simultaneamente em circulação, Quotas Subordinadas Mezanino no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e número indeterminado de Quotas Subordinadas Júnior. As informações referentes à remuneração, à amortização e ao resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas estão definidas no Regulamento e no presente Prospecto.

O Fundo está ofertando na presente Distribuição, até 350 (trezentos e cinquenta) Quotas Seniores, no valor unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, perfazendo o montante de até

R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões reais)

Será admitida a distribuição parcial de Quotas no curso da mesma Distribuição. Neste caso, a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas em sua totalidade. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do respectivo anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo. O funcionamento do Fundo está condicionado à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.

As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição no mercado primário, no MDC – Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.

Podem participar do Fundo, na qualidade de quotista, Investidores Qualificados.

Protocolo CVM datado de 29 de outubro de 2008 e complementado em 26 de dezembro de 2008.

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas “55 a 60”.

O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco seu Patrimônio Líquido. O valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá ser negativamente afetado, gerando perdas para os Quotistas, na hipótese de ocorrência dos Fatores de Risco descritos no Capítulo XII do Regulamento.

Vide outros avisos importantes na página 2 deste Prospecto.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas”.



“Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimento, bem como das normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda das cotas deste fundo de investimento não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários ou da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas, ou julgamento sobre a qualidade do fundo, de seu administrador ou das demais instituições prestadoras de serviços”.

Administradora

OLIVEIRA TRUST

Custodiante

Deutsche Bank



Empresa de Auditoria



Consultor de Crédito

Companhia & Gestão de Negócios

Assessor Legal da Oferta Pública



A data deste Prospecto é 26 de dezembro de 2008

Avisos – ANBID

“A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA”.

“AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESSE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO, PORÉM NÃO O SUBSTITUEM. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO PARA AS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO E À POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DO PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO”.

“O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA MANTENHA SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DA POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO DE INVESTIMENTO E PARA O INVESTIDOR”.

“O FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO NÃO CONTA COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR DO FUNDO, DO GESTOR DA CARTEIRA, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU, AINDA, DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC”.

“ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA A DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.”

“O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AO INVESTIDOR DESTE FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE APLICAÇÃO DO INVESTIDOR BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS. ALTERAÇÕES NESTAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IR INCIDENTE SOBRE A RENTABILIDADE AUFERIDA PELO INVESTIDOR.”

ÍNDICE

Glossário.....	5
Características Básicas da Distribuição das Quotas Seniores no Curso do Programa de Securitização	14
Veracidade das Informações.....	15
Sumário	16
O Fundo.....	16
Público-Alvo	17
Fatores de Risco	17
A Administradora.....	18
Substituição e Renúncia da Administradora	18
Outros Prestadores de Serviços	20
Substituição da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.....	20
O Custodiante.....	21
Consultor de Crédito e Conselho Consultivo.....	22
Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo	23
Demonstrativo do Custo da Distribuição da 1ª Distribuição de Quotas Seniores	25
Modificação da Oferta.....	25
Cronograma Etapas da Oferta	26
Procedimento de Colocação	26
Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	27
Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo	28
Valores Mínimos de Aplicação	28
As Quotas	28
Tributação	28
Atendimento aos Quotistas	31
Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas.....	32
Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo	33
Direitos Creditórios	34
Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura	34
Desenho Esquemático do Fundo	35
Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios, Preço de Aquisição e Recebimento e Cobrança de Valores	36
Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão	37
Eventos de Avaliação.....	38
Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento	39
Procedimentos de Dação em Pagamento	40
Ordem de Aplicação dos Recursos.....	40
As Quotas	45
Características das Quotas Seniores	45
Características das Quotas Subordinadas Mezanino	46
Características das Quotas Subordinadas Júnior	46
Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas	47
Valor das Quotas	48
Amortização e Resgate das Quotas	52
Custos Referentes à Defesa dos Quotistas	53

Fatores de Risco	55
Introdução	55
Fatores Associados ao Investimento no Fundo	55
Fatores Associados aos Direitos Creditórios.....	58
Potenciais Conflitos de Interesses e Transações com Partes Relacionadas.....	61
Utilização dos Recursos	64
Direitos Creditórios	65
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E	68
Administradora.....	69
Histórico.....	69
Estrutura e Administração.....	69
Administração de Fundos de Investimento	69
Custodiante.....	70
Histórico.....	70
Estrutura do Capital.....	71
Atuação em Custódia	71
Experiência Profissional dos Administradores	71
Eletrobrás.....	73
Anexos.....	77
Súmula da Agência de Classificação de Risco.....	78
Regulamento	79
Suplemento das Quotas Seniores do Fundo	80
Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo	81
Parecer Legal.....	82

GLOSSÁRIO

Para fins deste Prospecto, as definições contidas nesta Seção, no singular ou no plural, salvo se outro significado lhes for expressamente atribuído, têm o seguinte significado:

Definições referentes ao Regulamento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Crédito Judicial Recupere

Ação Judicial	significa toda e qualquer ação judicial interposta por qualquer pessoa jurídica, perante qualquer Vara Federal, contra a Eletrobrás visando à restituição de valores, por esta cobrados a título de Empréstimo Compulsório, vinculados a créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e seus valores sejam calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76
Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Afiliada	a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa
Agência de Classificação de Risco	significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor
Alocação Mínima de Investimento	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora
ANDIMA	Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro
Assembléia Geral	assembléia geral de Quotistas do Fundo

Assessor Legal	significa o escritório de advocacia contratado pelo Fundo para acompanhar as Ações Judiciais que originaram os Direitos Creditórios Adquiridos, Marchioro e Marchioro Advogados Associados, com sede à Rua Mal. Floriano, 228 - conj. 1604, Curitiba – Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 03.173.574/0001-50
Bacen	Banco Central do Brasil
BM&F	Bolsa de Mercadorias & Futuros
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo S.A. – BVSP
Cedente	pessoa jurídica, identificada pelo seu número de inscrição no CNPJ, aprovada pelo Conselho Consultivo, que venha a ceder Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo
Cedentes Originais	a RECUPERE – SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no. 05.331.402/0001-92, com sede na Rua Deputado João Peopoldo Jacomel, 12.475, conjunto 32, no Município de Pinhais-PR e a VITORIAN COMPRA E VENDA DE BENS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob no. 08.806.755/0001-90, com sede na Rua Governador Agamenon Magalhães, 55, conjunto 1004, Bairro Cristo Rei, no Município de Curitiba-PR
CETIP	Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos do Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento ou neste Prospecto
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
COFINS	a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Condições da Cessão	significam as características dos Direitos Creditórios e procedimentos prévios que deverão ser verificados e/ou adotados pelo Consultor de Crédito, previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificados no item (5.2) do Capítulo V do Regulamento
Conselho Consultivo	conselho consultivo composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) escolhidos pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas

Júnior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 (um) representante do Consultor de Crédito, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo.

Consultor de Crédito	significa a Companhia & Gestão de Negócios, com sede à Rua Doutor Edmir Silveira D'avila, 40 – Seminário, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 04.176.752/0001-69, contratado para prestar serviços de análise e seleção de direitos creditórios e implementar a Política de Seleção de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Consultoria
Conta Corrente do Fundo	conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante
Contrato de Consultoria	“Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Análise e Seleção de Direitos Creditórios” a ser celebrado entre a Administradora e o Consultor de Crédito e suas alterações posteriores
Contrato de Custódia	“Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante e Agente Escriturador e suas alterações posteriores
Contrato de Serviços Advocatícios	significa o Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Assessor Legal
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda
Critério de Elegibilidade	critérios a serem observados na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no Regulamento
CSLL	significa a Contribuição Sobre o Lucro Líquido
Custodiante	significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor contratado nos termos do Regulamento
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Amortização de	data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da

Quotas	amortização de Quotas, observado o disposto no Regulamento
Data de Aquisição	data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo, efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, de Quotas Subordinadas Júnior, em razão de sua subscrição e integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, nos termos do Regulamento e dos respectivos Instrumentos de Cessão
Data de Emissão	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Dia Útil	todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais
Direito Creditório	direitos de crédito contra a Eletrobrás de titularidade de cada Cedente, decorrentes de Ações Judiciais
Direito Creditório Adquirido	Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração de Instrumentos de Cessão
Direito Creditório Elegível	todo Direito Creditório que atenda na respectiva Data de Aquisição, ao Critério de Elegibilidade e às Condições de Cessão
Diretor Designado	significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei
Distribuição	cada distribuição de Quotas do Fundo, aprovada pelo Conselho Consultivo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356
Documentos Comprobatórios	os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios Adquiridos, consubstanciados em cópia integral das principais peças processuais, incluindo petição inicial, contestação, sentença, acórdãos, seus eventuais recursos e contra-razões e demais decisões relevantes dentro das respectivas Ações Judiciais
Documentos da Securitização	conjunta ou isoladamente, o Regulamento, o(s) Instrumento(s) de Cessão, o Contrato de Custódia e o Contrato de Consultoria, este Prospecto e os demais documentos relacionados às rotinas e aos

procedimentos a serem realizados pelo Fundo

Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, sociedade de economia mista federal com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco “B”, nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26
Empresa de Auditoria	auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora
Empresa de Avaliação Financeira Habilitada	significa a empresa responsável pela apuração do valor dos Direitos Creditórios, bem como da parcela incontroversa e da parcela controversa: Gaio & Lazzari Advogados Associados, com sede à Rua Eleonora Schuller, 265, Videira - Santa Catarina, Profissional responsável: Marlei Rosa Mantoani, portador do CPF 732.948.299-49
Empréstimo Compulsório	empréstimo instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, o qual, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório – CICE
Evento de Avaliação	eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada em Assembléia Geral
FGC	Fundo Garantidor de Créditos
Fundo	Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás
Instituições Autorizadas	instituições financeiras com classificação de risco (<i>rating</i>) igual ou superior a “BrAA-”, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco (<i>rating</i>) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda.
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações

	posteriores
Instrução CVM nº 444	Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores
Instrumento de Cessão	termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre cada Cedente e o Fundo, formalizando, conforme o caso, a cessão, ao Fundo, dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de cada Cedente
Investidor Qualificado	Significam (i) investidores qualificados, assim definidos na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, conforme calculado e divulgado pelo IBGE
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Outros Ativos	ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios
Parcela Recebida	valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo
Patrimônio Líquido	patrimônio líquido do Fundo, equivalente a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber do Fundo, subtraídas as exigibilidades
Periódico	periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do Regulamento. Os anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no Periódico.
Pessoa	pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de

	direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
PIS	Programa de Integração Social
Política de Seleção de Direitos Creditórios	a política de seleção de Direitos Creditórios, contida em anexo do Regulamento, a ser observada pelo Consultor de Crédito
Potencial de Cessão	valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis
Prazo de Duração	o prazo de duração do Fundo, de 15 anos, contado a partir da 1ª Data de Emissão
Preço de Aquisição	Preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Regulamento e conforme definido em cada Instrumento de Cessão
Prêmio de Risco	prêmio de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino definido no respectivo Suplemento
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes Direitos Creditórios Elegíveis, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela Eletrobrás e, nos termos do Regulamento, promove a amortização ou o resgate das Quotas
Proposta de Cessão	documento preparado pelo Consultor de Crédito, propondo a aprovação, pelo Conselho Consultivo, de nomes possíveis Cedentes e/ou Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo
Prospecto	o presente prospecto de distribuição de Quotas Seniores do Fundo
Quotas	qualquer das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo
Quotas Seniores	a classe quotas seniores do Fundo
Quotas Subordinadas	em conjunto ou isoladamente, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior
Quotas Subordinadas Júnior	a classe de quotas subordinadas júnior do Fundo

Quotas Subordinadas Mezanino	a classe de quotas subordinadas mezanino do Fundo
Quotistas	significa qualquer titular de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas
Regime de Caixa	metodologia de pagamento prioritariamente adotada no Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos ao Quotista será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento, pela Eletrobrás, dos Direitos Creditórios Adquiridos e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, conforme o caso
Regulamento	o regulamento do Ennergy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás, registrado em 20 de outubro de 2008, no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 768241, e suas alterações posteriores
Relação Mínima	Significa a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores em Circulação, que, durante a vigência do Fundo, será equivalente a, 1 (ou 100%), não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1 (um), isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado de Quotas Seniores em Circulação
Relatório de Ações Judiciais	Significa o Relatório preparado pelo respectivo Cedente antes de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, contendo todas as informações previstas no modelo de Relatório de Ações Judiciais constante do ‘ <u>Anexo II</u> ’ ao Regulamento
Reserva de Caixa	parcela do Patrimônio Líquido, a ser aplicado em outros ativos, equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo, acrescido do montante de R\$ 100.000,00, a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo
Resolução CMN nº 2.682	Resolução CMN nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999
Resolução CMN nº 2.907	Resolução CMN nº 2.907, de 28 de novembro de 2001
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
Série Específica	série de Quotas Seniores específica a ser subscrita e integralizada por

	<p>todos os Quotistas para assegurar a adoção e a manutenção dos procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo</p>
STF	Supremo Tribunal Federal
Taxa de Administração	montante devido à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definida no Regulamento
TED	transferência eletrônica disponível
Termo de Adesão	documento preparado na forma do ‘Anexo V’ do Regulamento, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
UP ou Unidade Padrão	Significa a “Unidade Padrão” instituída pela Eletrobrás para fins de correção monetária de suas obrigações decorrentes dos Empréstimos Compulsórios, a qual é atualizada diariamente pela variação do IPCA. Para fins de apuração do valor do Direito Creditório, a UP deverá ser acrescida de juros de 6% a.a (seis por cento) ao ano
Valor Incontroverso	significa o valor em reais da parcela dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sobre a qual (i) a Eletrobrás já tenha reconhecido sua exigibilidade; ou (ii) já tenha sido proferida decisão transitada em julgada reconhecendo sua exigibilidade; ou (iii) na hipótese de ainda não ter transitado em julgada decisão proferida no respectivo processo, habitualmente em outras Ações Judiciais similares tenha se obtido êxito em decisões transitadas em julgada

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS SENIORES NO CURSO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

Emissor:	Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás
Classe de Quotas:	1 classe de Quotas Seniores, em série única, em uma ou mais Distribuições, salvo na hipótese de emissão da Série Específica, nas hipóteses específicas definidas no Regulamento
Preço Unitário das Quotas Seniores:	R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal
Valor Mínimo de Aplicação de Quotas:	o valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores será de R\$ 1.000.000,00
Regime de Colocação das Quotas Seniores	as Quotas Seniores serão distribuídas em regime de melhores esforços
Público Alvo:	Investidores Qualificados
Administradora:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Consultor de Crédito	Companhia & Gestão de Negócios
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Agência de Classificação de Risco:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.
Data de Emissão:	data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas Seniores, em moeda corrente nacional, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser necessariamente, um Dia Útil
Liquidação Financeira	a integralização das Quotas Seniores será em moeda corrente nacional, por meio de TED ou através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas operacionalizado pela CETIP. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas; ou (ii) em Direitos Creditórios, na hipótese prevista no Regulamento.

Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.

VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES

A Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Quotas.

Neste sentido, a Administradora declara que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, que também atua como distribuidora, declara que este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas ofertadas, do Fundo, de suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, bem como que este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Administradora ou na CVM.

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. Possíveis adquirentes das Quotas devem ler cuidadosamente este Prospecto e o Regulamento, com especial atenção às disposições relativas ao objeto e às políticas de investimento do Fundo, procedimentos e prazos de amortização e resgate de Quotas, bem como a descrição dos fatores de risco a que este está exposto.

SUMÁRIO

Este sumário foi elaborado com base nas informações constantes do presente Prospecto.

O Fundo

O Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Créditos Judiciais Contra Eletrobrás foi constituído em 20 de outubro de 2008, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 15 anos, contados da 1ª Data de Emissão, podendo ser liquidado por deliberação da Assembléia Geral, nos termos do Regulamento. O Regulamento foi registrado em 20 de outubro de 2008, sob o nº 768241 e alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 28 de outubro de 2008, sob o nº 768685 e pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 26 de dezembro de 2008, sob o nº 772160, todos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. O Fundo é regido pelas disposições de seu Regulamento, da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Os documentos referidos no § 1º do artigo 8º da Instrução CVM nº 356 foram protocolados na CVM em 29 de outubro de 2008, e complementados em 26 de dezembro de 2008.

O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, até 30 de novembro de 2010, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Regulamento.

Os Direitos Creditórios Elegíveis serão adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como no Regulamento.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração, conforme estabelecido no Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Regulamento.

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. Em caráter complementar, o Fundo alocará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direto Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de um mesmo Cedente.

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo será realizada nos termos do Regulamento e no respectivo Instrumento de Cessão, sempre sem direito de regresso contra ou coobrigação do respectivo Cedente.

Observada a responsabilidade do Custodiante quanto a verificação ao enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do Regulamento, a Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem (i) pela solvência da Eletrobrás, (ii) pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou por sua existência, liquidez e correta formalização, nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão; ou (iii) pelo êxito total ou parcial nas Ações Judiciais sob as quais se originaram os Direitos Creditórios.

O Custodiante e a Administradora, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não se encontram obrigados a verificar o atendimento às Condições de Cessão descritas no Regulamento, sendo o Consultor de Crédito o único responsável por tal verificação. As Condições de Cessão não se confundem com os Critérios de Elegibilidade, os quais, nos termos do artigo 38, II, da Instrução CVM 356 e do Regulamento, deverão ser verificados pelo Custodiante.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas operacionalizado pela CETIP. As Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis.

Público-Alvo

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos na Instrução da CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

Fatores de Risco

A aplicação no Fundo apresenta riscos para os Quotistas. Antes de tomar uma decisão de investimento, potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações contidas neste Prospecto e avaliar os fatores de risco aqui descritos que refletem as especificidades do Programa de Securitização. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, poderá ocorrer atraso, por tempo indeterminado, na restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações. Os Fatores de Risco encontram-se descritos nas páginas 55 a 60 deste Prospecto.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco” e Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

A Administradora

O Fundo é administrado e gerido pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da instrução CVM nº 356

A Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de gestão ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM nº 356, da Instrução CVM nº 444 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e administrativa. Os deveres e as obrigações da Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.

Substituição e Renúncia da Administradora

Os Quotistas, titulares de, no mínimo, 5% das Quotas poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Quotas Seniores não poderá ser superior em 20% ao valor da Taxa de Administração.

Caso a substituição da Administradora seja aprovada pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, os Quotistas deverão escolher uma das instituições indicadas para exercer as funções da Administradora.

Caso os Quotistas, rejeitem as indicações propostas, não havendo definição acerca da nova instituição administradora, ocorrerá um Evento de Avaliação.

Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembléia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora do Fundo, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que solicitaram a substituição da Administradora.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas forem comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Regulamento.

Sem prejuízo do disposto acima, a Administradora poderá renunciar a suas funções, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, caso os Quotistas não aprovem a emissão e integralização da Série Específica.

Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos acima.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos desta seção não substitua a Administradora dentro do prazo acima estabelecido, tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação

Outros Prestadores de Serviços

Auditoria:	KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 17º andar 04530-904 São Paulo – SP
Assessor Legal da Oferta:	Motta Fernandes Rocha Advogados Alameda Santos, nº 2335 01419-002 São Paulo – SP
Assessor Legal do Fundo:	Marchioro e Marchioro Advogados Associados Rua Mal. Floriano, 228 – conj. 1604 Curitiba – PR
Empresa de Avaliação Financeira Habilitada:	Gaio & Lazzari Advogados Associados, Rua Eleonora Schuller, 265, Videira – SC Profissional responsável: Sr. Marlei Rosa Mantoani, portador do CPF 732.948.299-49
Agência de Classificação de Risco:	Austin Rating Serviços Financeiros Ltda. Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, 110, 7º andar 04542-000 São Paulo – SP
Custódia:	Deutsche Bank S.A – Banco Alemão Av Brigadeiro Faria de Lima, 3.900 – 13º a 15º andares 04538-132 São Paulo – SP
Consultor de Crédito	Companhia & Gestão de Negócios Rua Dr. Edmir Silveira D’Avila, 40 Curitiba – PR
Agente Escriturador:	Deutsche Bank S.A – Banco Alemão Av Brigadeiro Faria de Lima, 3.900 – 13º a 15º andares 04538-132 São Paulo – SP

Tabela 1: Outros Serviços.

Substituição da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar convocação de Assembleia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria e/ou da Agência de Classificação de Risco. Ademais, a Empresa de Auditoria e a Agência de Classificação de Risco poderão renunciar a qualquer tempo às funções a estas atribuídas nos termos do Regulamento. Em qualquer destas hipóteses, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral convocada para tal fim, poderão deliberar a substituição da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco, devendo ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos relativos à substituição da Administradora descritos na Seção “Substituição e Renúncia da Administradora”.

O Custodiante

As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada pela CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo;
- b) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, observado o disposto no Regulamento:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) cópias autenticadas dos Instrumentos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de cada Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização; e
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher em contas correntes de titularidade do Fundo os valores relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos pagos pela Eletrobrás, na forma descrita no Regulamento;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;
- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, pelo Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos no Regulamento e no respectivo Instrumento de Cessão;

- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Relação Mínima, da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

Os deveres e obrigações do Custodiante encontram-se definidos no Regulamento e no Contrato de Custódia.

Sem prejuízo de sua responsabilidade, o Custodiante aceita a contratação do Consultor de Crédito para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos.

Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante”.

Consultor de Crédito e Conselho Consultivo

O Fundo terá um Conselho Consultivo composto por 3 membros, sendo 2 escolhidos pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 representante do Consultor de Crédito, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo.

Os membros do Conselho Consultivo não poderão ser remunerados às expensas do Fundo ou da Administradora.

As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas pela unanimidade de seus membros, cabendo ao Diretor Designado o voto de qualidade.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos ou transações, após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:

- a) a aprovação prévia dos nomes dos Cedentes e de Ações Judiciais para os fins de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, após análise da Proposta de Cessão encaminhada pelo Consultor de Crédito;
- b) a definição do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- c) a definição do preço de alienação dos ativos integrantes da carteira do Fundo; e
- d) deliberar pela realização de novas Distribuições de Quotas Seniores.

As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinadas por todos os presentes, as quais deverão ser arquivadas na sede da Administradora. Conforme acima descrito, não integrará o Conselho Consultivo, pessoa indicada pelos titulares das Quotas Seniores.

O Fundo terá, até o resgate integral das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, a prestação de serviços do Consultor de Crédito, que será contratado pela Administradora por meio do Contrato de Consultoria, com as atribuições nele previstas.

Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo

Taxa de Administração: Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas no Regulamento, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) até o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e acrescido do valor equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes. A Taxa de Administração prevista neste item terá o mínimo mensal de acordo com a tabela a seguir:

PERÍODO (contados da data da 1ª Integralização de Quotas do Fundo)	VALOR MÍNIMO MENSAL
6 primeiros meses	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
7º ao 48º mês	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
49º ao 60º mês	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
61º ao 84º mês	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
A partir do 85º mês	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

Excepcionalmente, enquanto o Fundo tiver somente Quotas Subordinadas em circulação a Taxa de Administração devida será equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês, com um mínimo mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

A Administradora deverá informar ao Custodiante, quando ocorrer a alteração do valor mínimo mensal previsto na tabela acima

O valor mínimo da Taxa de Administração definido acima e a parcela mensal prevista no inciso “ii” do parágrafo abaixo, serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 meses, contado a partir de 1º de janeiro de 2008, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGP-M.

A Taxa de Administração será, ainda, acrescida dos seguintes valores (i) dos tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que

	<p>porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento; e (ii) de parcela mensal equivalente a R\$ 10.000,00 a ser destinada ao Consultor de Crédito, a título de prestação dos serviços previstos no Regulamento e no Contrato de Consultoria.</p> <p>A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.</p> <p>Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada no Regulamento, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia de ativos do Fundo e demais encargos do Fundo</p> <p>O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços para a Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, os serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Administradora; e (ii) elaboração e atualização do <i>website</i> onde serão disponibilizadas aos Quotistas todas as informações pertinentes ao Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.</p>
Taxa de Ingresso:	Não há.
Taxa de Saída:	Não há.
Taxa de performance:	Não há.
Encargos do Fundo:	<p>a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;</p> <p>b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;</p> <p>c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;</p> <p>d) honorários e despesas da Empresa de Auditoria;</p> <p>e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;</p> <p>f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;</p> <p>g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de</p>

	Assembléia Geral;
h)	taxas de custódia de ativos do fundo;
i)	contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
j)	despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e
k)	despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, de acordo com o Regulamento.

Tabela 2: Remuneração da Administradora e Encargos do Fundo.

Demonstrativo do Custo da 1ª Distribuição de Quotas Seniores

Custo	% em relação ao valor da Distribuição (R\$300.000.000,00)	Montante (R\$)
Comissão de Distribuição das Quotas Seniores(**)	0,5000%	1.500.000,00
Taxa de Registro na CETIP	0,0002%	657,75
Taxa de Registro na Anbid	0,0020%	6.000,00
Taxa de Registro na CVM (Quotas Seniores)	0,0276%	82.870,00
Despesas com a publicação de anúncios da distribuição (*)	0,0060%	18.000,00
Agência Classificadora de Risco	0,0067%	20.000,00
Honorários de advogados	0,0280%	84.000,00
Total	0,5705%	1.711.527,25

(*) Valores estimados

(**) Considerando a distribuição da totalidade das Quotas Seniores

Custo Unitário da 1ª Distribuição de Quotas Seniores

Valor Unitário de cada Quota Sênior	% em relação ao valor unitário da Quota Sênior	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
R\$ 1.000.000,00	0,5705%	R\$ 5.705,09

Modificação da Oferta

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início de distribuição das Quotas. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do

recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores eventualmente pelos investidores.

Cronograma Etapas da Oferta

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	29/10/2008
Disponibilização do Prospecto Definitivo	26/12/2008
Data de Registro na CVM	12/01/2009
Publicação do Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores	19/01/2009
Início do Procedimento de Distribuição	19/01/2009
Liquidação Financeira	19/01/2009
Data máxima para encerramento da Distribuição e publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	18/07/2009

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e da CVM.

Procedimento de Colocação

- A Administradora, na qualidade de distribuidora líder da Oferta, será responsável pela distribuição, em regime de melhores esforços, das Quotas Seniores.
- A Administradora, na qualidade de distribuidor líder, fará jus à uma comissão de colocação, a ser paga solidariamente pelos Cedentes Originais, equivalente à 0,5% (cinco décimos) do valor total da Oferta das Quotas Seniores.
- A Administradora, na qualidade de distribuidor líder poderá, a seu exclusivo critério, contratar entidades integrantes do sistema de distribuição valor mobiliários para auxiliá-lo na distribuição pública das Quotas Seniores, através de contrato específico na forma da Instrução CVM nº 400.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas, no curso da mesma distribuição. Neste caso, a oferta em nada será afetada caso estas não sejam subscritas e integralizadas na sua totalidade. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação do anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo. O funcionamento do Fundo está condicionado à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada, sendo que o valor mínimo de aplicação será de R\$ 1.000.000,00.

- **Garantia de Liquidez:** não será celebrado contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem foi constituído fundo de sustentação.

As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas Júnior poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, pelo respectivo Cedente.

Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

Observado o disposto no artigo 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do artigo 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% e no máximo 100% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis.

Observados os limites de concentração definidos no Regulamento e respeitada a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios em qualquer das seguintes modalidades de investimento:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
- b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima; ou
- c) quotas de fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas “a” e “b” acima.

É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.

Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados nesta seção serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.

O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora e/ou qualquer de suas Afiliadas.

O Fundo, por intermédio da Administradora, poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade dos Cedentes, do Consultor de Crédito e de suas Afiliadas, ou de qualquer terceiro que seja aprovado previamente pelo Consultor de Crédito.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, dos Cedentes, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, dos Cedentes, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.

Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo

Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados pelo Custodiante, nos termos da legislação aplicável.

Valores Mínimos de Aplicação

Aplicação Inicial em Quotas Seniores	R\$ 1.000.000,00
Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas Mezanino	R\$ 1.000.000,00
Aplicação Inicial em Quotas Subordinadas Júnior	R\$ 100.000,00

Tabela 4: Valores Mínimos Aplicáveis ao Fundo.

As Quotas

Vide Seção “As Quotas” deste Prospecto.

Tributação

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente,

realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo art. 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, desde 22 de outubro de 2008 (em decorrência da edição do Decreto nº 6.613, de 22 de outubro de 2008), foi reduzida a zero a alíquota de todas as operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiro e de capitais, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o que abrange, inclusive, os investimentos em Quotas do Fundo.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

- a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

- b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Tendo em vista tratar-se de fundo de ações, conforme definido no §2º do art. 8º da Instrução Normativa nº 25/2001 da Secretaria da Receita Federal, a tributação pelo imposto de renda no resgate de quotas será de 15% sobre a diferença entre o valor do resgate e o do respectivo custo, conforme, inclusive, manifestação exarada

pela Coordenação Geral de Tributação (COSIT) da Receita Federal do Brasil na Solução de Consulta COSIT nº 14/2008.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade/localidade (Paraíso Fiscal).

Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação.

b) Resgate das Quotas

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

Atendimento aos Quotistas

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, com a CVM e com a CETIP, por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento e e-mail:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 2493-7003

Fax: (21) 2493-4746 ou (21) 2493-4901

At. Sr. Alexandre Lodi

e-mail: fundos@oliveiratrust.com.br

Site: www.oliveiratrust.com.br

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3554-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

Critérios de Divulgação de Informações aos Quotistas

A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, nos termos do Regulamento, de modo a garantir a todos os Quotistas, acesso a tais informações.

Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos do Regulamento, em até 2 Dias Úteis.

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado na forma de aviso, no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, ambos cientificados aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356; ou (b) de carta registrada enviada aos representantes dos Quotistas, indicados na forma do Regulamento, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e nas agências da Administradora.

A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:

- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
- b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- a) de 20 dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Sumário dos Principais Contratos Firmados pelo Fundo

Instrumento de Cessão

Termo de cessão, lavrado por instrumento público, entre cada Cedente e o Fundo, formalizando, conforme o caso, a cessão ao Fundo, dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente.

Contrato de Custódia

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, firmará o “*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças*” por meio do qual contratará o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356. O Custodiante fará jus a uma remuneração de, no mínimo R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, a ser paga diretamente pelo Fundo, pelos serviços prestados nos termos do Contrato de Custódia e do Regulamento. Poderá ser cobrada taxa adicional no caso de ocorrer eventos pontuais.

Contrato de Distribuição

Não será celebrado contrato de distribuição para as Quotas.

Contrato de Escrituração de Quotas

O Custodiante do Fundo será, ainda, contratado para ser o responsável pelos serviços de escrituração das Quotas, através do Contrato de Custódia, para atuar na qualidade de Agente Escriturador. Neste sentido, caberá ao Custodiante, na qualidade de agente escriturador de quotas, o registro e controle das Quotas em nome dos respectivos titulares, registradas em contas de depósito, mantidas no agente escriturador, nos sistemas de negociação e liquidação em que as Quotas venham a ser admitidas. Não será cobrado qualquer tipo de remuneração adicional pela prestação dos serviços acima referidos.

Contrato de Consultoria

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Consultor de Crédito para prestar os serviços de análise e seleção de direitos creditórios e implementação da Política de Seleção de Direitos Creditórios. O Consultor de Crédito fará jus a uma remuneração de R\$10.000,00 (dez mil reais) mensais, incluída na Taxa de Administração, nos termos do Regulamento, a ser paga pelo Fundo, pelos serviços prestados nos termos do Contrato de Consultoria.

Contrato de Serviços Advocatícios

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, contratará o Assessor Legal para o acompanhamento das Ações Judiciais que originaram os Direitos Creditórios Adquiridos. O Assessor Legal fará jus a uma remuneração descrita no Contrato de Serviços Advocatícios, a ser paga pelo Fundo, pelos serviços prestados nos termos do Contrato de Serviços Advocatícios e do Regulamento.

Direitos Creditórios

Vide Seção “Direitos Creditórios” deste Prospecto.

Observado o disposto no respectivo Instrumento de Cessão, o Fundo poderá adquirir do(s) Cedente(s), Direitos Creditórios Elegíveis, total ou parcialmente.

O Fundo não poderá adquirir outros direitos creditórios que não Direitos Creditórios Elegíveis.

Características Básicas do Fundo

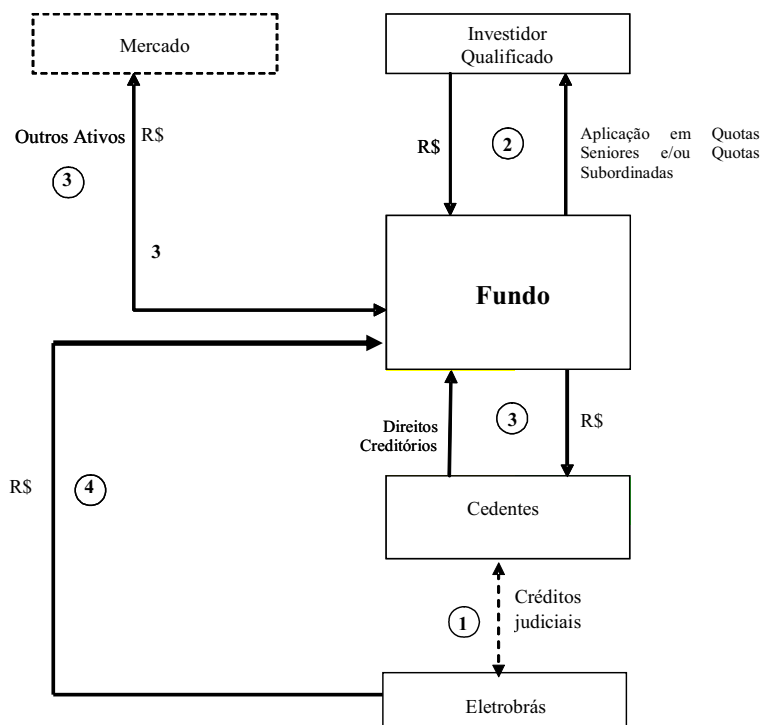
O resumo da estrutura do Fundo abaixo apresentado possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global do mesmo, sendo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto. Os termos utilizados nesta Seção que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no glossário deste Prospecto ou no Regulamento.

Objetivo do Fundo e Resumo da Estrutura

É objetivo do Fundo proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

O Fundo adquirirá Direitos Creditórios do Cedente utilizando-se precipuamente dos recursos provenientes da integralização de Quotas.

Desenho Esquemático do Fundo



Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Os Cedentes detêm direitos de crédito contra a Eletrobrás em razão das Ações Judiciais propostas, tendo por objeto a restituição de valores cobrados a título de Empréstimo Compulsório pela Eletrobrás e/ou pela União
2. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas por Investidores Qualificados.
3. O Fundo adquire os Direitos Creditórios, referidos no item “1” acima, dos Cedentes e Outros Ativos, utilizando-se das verbas recebidas em “2” acima e/ou, no caso dos Direitos Creditórios Adquiridos por meio da integralização de Quotas Subordinadas Júnior pelos Cedentes.
4. Os recursos decorrentes do pagamento, pela Eletrobrás, dos Direitos Creditórios são transferidos para a Conta Corrente do Fundo e posteriormente transferidos aos Quotistas em Regime de Caixa quando da amortização ou resgate de suas respectivas Quotas.

Procedimentos de Cessão de Direitos Creditórios, Preço de Aquisição e Recebimento e Cobrança de Valores

O Cedente que pretenda ceder Direitos Creditórios ao Fundo deverá encaminhar ao Consultor de Crédito, com cópia à Administradora, uma Proposta de Cessão, que conterá uma via dos seguintes documentos:

- a) Relatório de Ações Judiciais preparado substancialmente na forma do ‘Anexo II’ do Regulamento, evidenciando todas as características dos Direitos Creditórios ofertados, bem como o respectivo demonstrativo preparado por Empresa de Avaliação Financeira Habilitada; e
- b)..... Parecer legal específico emitido pelo Assessor Legal, preparado substancialmente na forma do ‘Anexo III’.

Após o recebimento de cada Proposta de Cessão, a Administradora deverá convocar, no prazo de até 2 Dias Úteis contados de seu recebimento, reunião do Conselho Consultivo para que seja deliberada a aprovação ou não dos nomes dos possíveis Cedentes, indicados pelo Consultor de Crédito, dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo e do respectivo Preço de Aquisição.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser realizada a taxa de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, deverá ser formalizada por meio de Instrumento de Cessão, o qual deverá, necessariamente, ser lavrado por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos juízos.

Em qualquer hipótese, o Preço de Aquisição será sempre igual ou inferior a 47,5% (quarenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) do Valor Incontroverso do Direito Creditório, que será calculado considerando que cada UP terá o valor unitário máximo de R\$35,63 (trinta e cinco reais e sessenta e três centavos) atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, acrescido de juros de 6% a.a (seis por cento) ao ano, a partir da Data de Emissão das Quotas Seniores.

O Preço de Aquisição poderá ser pago pelo Fundo ao Cedente em moeda corrente nacional e/ou por meio da subscrição e integralização, pelo respectivo Cedente, de Quotas Subordinadas Júnior de emissão do Fundo, sempre observado o disposto no respectivo Instrumento de Cessão e no Regulamento.

Todos os pagamentos, em moeda corrente nacional, efetuados pelo Fundo em razão da aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, deverão ser realizados, conforme o caso, por meio de crédito na conta corrente do respectivo Cedente, indicada no respectivo Instrumento de Cessão, valendo o comprovante de crédito/depósito ou de liquidação da ordem de pagamento como prova de pagamento e recibo de quitação.

A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, observados os procedimentos de cessão definidos no Regulamento, no respectivo Instrumento de Cessão, desde atendidos os Critérios de Elegibilidade e computada, *pro forma* a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios o Fundo atenda à Reserva de Caixa.

A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente com a juntada do respectivo Instrumento de Cessão para que a Eletrobrás seja intimada judicialmente do ato realizado e o Fundo seja incluído no pólo ativo

da relação judicial, como autor da Ação Judicial, em substituição ao respectivo Cedente, se assim consentido pela Eletrobrás, ou como assistente simples, nos termos do art. 52 do Código de Processo Civil.

O Assessor Legal atuará, por conta e ordem do Fundo, no procedimento relacionado acima, bem como no acompanhamento das Ações Judiciais cujos respectivos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo

Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão

O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) a data estimada para o último pagamento da Ação(ões) Judicial(is) não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e
- b) tenham sido prévia e formalmente selecionados e avaliados, por escrito, pelo Consultor de Crédito.

Sem prejuízo da necessidade de verificação pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente as seguintes Condições de Cessão, verificadas previamente a cada cessão pelo Consultor de Crédito:

- a) as Ações Judiciais sob as quais se originam os Direitos Creditórios refiram-se a créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e seus valores sejam calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76;
- b) não exista sentença, Acórdão ou qualquer decisão na Ação Judicial que impeça ou limite a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, bem como o pleno exercício dos direitos pelo Fundo, enquanto cessionário dos Direitos Creditórios;
- c) a Ação Judicial (i) não tenha sido julgada, no todo ou em parte, procedente, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado de decisão irrecorrível; ou ainda (ii) não tenha recebido qualquer decisão de mérito;
- d) tenham seu valor apurado com base em laudo ou demonstrativo preparado pela Empresa de Avaliação Financeira Habilitada, e apresentado pelo Consultor de Crédito à Administradora previamente a cada cessão ao Fundo, cuja cópia deverá estar em anexo ao Relatório de Ações Judiciais;
- e) sejam decorrentes de Ação(ões) Judicial(is) intentada(s) em qualquer comarca no País, cujas informações básicas tenham sido fornecidas ao Custodiante e ao Administrador, pelo respectivo Cedente, nos moldes do Relatório de Ações Judiciais, cuja minuta integra o Regulamento como 'Anexo II'; e
- f) tenham sido validados pelo Assessor Legal, mediante parecer legal específico emitido seguindo os termos da minuta constante do 'Anexo III' ao Regulamento.

Eventos de Avaliação

Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar entre outras consequências a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas, em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências:

- a) prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recursos, que implique na inexistência, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Adquiridos, na quantificação do crédito em valor insuficiente para o resgate integral das Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino;
- b) rescisão do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
- c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento, ou sua não substituição, nos termos do Regulamento;
- d) caso qualquer dos Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no respectivo Instrumento de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido e, a exclusivo critério da Administradora, tal evento possa comprometer a boa ordem legal, financeira e operacional do Fundo;
- e) mais de 50% (cinquenta por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 7 (sete) anos, contados da respectiva data de propositura;
- f) mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 8 (oito) anos, contados da respectiva data de propositura;
- g) mais de 5% (cinco por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 10 (dez) anos, contados da respectiva data de propositura;
- h) descumprimento pelo Consultor de Crédito de qualquer de suas obrigações assumidas no Contrato de Consultoria;
- i) rebaixamento da classificação de risco inicial atribuída às Quotas Seniores, em 2 (dois) ou mais níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco; ou
- j) tenha sido verificado pelo Custodiante ou pela Administradora que o Fundo tenha adquirido qualquer Direito Creditório em desacordo com os Critérios de Elegibilidade.

A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de os Quotistas reunidos em Assembléia Geral, convocada na forma acima descrita, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover, (i) inicialmente, o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento e, posteriormente, (ii) promover o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento, e em seguida, (iii) promover o resgate das Quotas Subordinadas Júnior, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Regulamento.

Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

Caso os Quotistas, em Assembléia Geral convocada na forma acima, deliberarem pela não liquidação antecipada do Fundo, fica assegurado aos titulares das Quotas Seniores dissidentes, que assim solicitarem, o resgate de suas Quotas pelo seu valor apurado na forma do Regulamento.

Vide Regulamento, Capítulo XXII – “Dos Eventos de Avaliação”.

Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento

O Fundo somente emitirá Quotas Seniores desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, a Relação Mínima, calculada, *pro forma*, na respectiva Data de Emissão, seja equivalente a, no mínimo, 143% (cento e quarenta e três por cento). A Relação Mínima deverá também atender ao limite acima definido em cada Data de Amortização de Quotas, considerada, *pro forma*, a respectiva amortização.

No curso normal do Programa de Securitização, a Relação Mínima será equivalente a 1 e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50%. Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1, isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado das Quotas Seniores em Circulação.

Caberá a Administradora, nos termos do item (8.5) do Capítulo VIII do Regulamento, calcular e divulgar aos Quotistas, em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento.

Sem prejuízo do acima disposto, a Administradora não se encontra obrigada a realizar qualquer tipo de ação ou procedimento caso a Relação Mínima seja equivalente a 1 (um). Na hipótese de desenquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover à amortização antecipada proporcional de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Júnior, no prazo de até 60 (sessenta) dias contada da data de verificação do evento, de forma que, considerada *pro-forma* a respectiva amortização, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.

Procedimentos de Dação em Pagamento

Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 ano contado da deliberação dos Quotistas referida no Regulamento, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate de Quotas Subordinadas Mezanino, e por fim, das Quotas Subordinadas Júnior, todas por meio da dação em pagamento do eventual saldo remanescente dos ativos integrantes de sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.

Antes da realização dos procedimentos acima descritos, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido abaixo.

Para fins do acima disposto, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 dias contado da realização da Assembléia Geral acima referida. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância à ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil acima referido e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

Vide Regulamento, Capítulo XXIII – “Dos Procedimentos de Dação em Pagamento”.

Ordem de Aplicação dos Recursos

A partir da 1ª Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$ 50.000,00 ou valor equivalente em outras moedas;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, inclusive as Quotas Seniores da Série Específica, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- e) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas Júnior, observados os limites, termos e condições do Regulamento;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na amortização das Quotas Seniores, inclusive as Quotas Seniores da Série Específica, devidamente atualizada nos termos do Regulamento;
- h) na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino; e
- i) na amortização das Quotas Subordinadas Júnior.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos aqui definida e a política de investimento do Fundo constante do Regulamento, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, 2 anos, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios.

Vide Regulamento, Capítulo XX – “Da Ordem de Aplicação de Recursos”.

Da Assembléia Geral

Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- f) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- g) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;
- i) deliberar sobre a alteração aos Documentos da Securitização;
- j) deliberar sobre o pagamento de encargo e responsabilidade do Fundo, cujo montante ultrapasse o limite máximo definido no Regulamento; e
- k) deliberar sobre a substituição da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.

Cabe ressaltar que cada Quota Subordinada Júnior tem o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim as seguintes matérias: (i) alteração de qualquer dispositivo do Regulamento; e (ii) alteração dos Documentos da Securitização; e (ii) em conjunto com os demais Quotistas, observado o disposto no Regulamento, as seguintes matérias: (a) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos; (b) substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento; e (c) elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

Nas hipóteses acima previstas, cada Quota Subordinada Júnior legitimará o seu titular a participar com 01 voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, as Quotas Subordinadas Júnior poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Júnior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral.

O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato ao mesmo, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante, cadastrado na Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pelos Quotistas.

A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou pelos Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.

A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe de Quotas em circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, os beneficiários de qualquer dos negócios jurídicos definidos no Regulamento, representantes do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita, quando da primeira convocação, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias corridos de antecedência, contados da data da publicação da convocação e, quando da segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) dias corridos de antecedência, contados da data prevista para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira.

A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 01 (um) Quotista.

Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.

Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas em Circulação que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, com exceção das deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas “c”, “e” e “f”

acima, as quais serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano. Não têm direito de voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados.

Todas as deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quora* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas, devendo ser divulgados aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

AS QUOTAS

Encontra-se abaixo uma descrição não exaustiva das principais características das Quotas a serem emitidas no curso do Programa de Securitização. Eventuais investidores deverão consultar e analisar cuidadosamente as demais Seções deste Prospecto e os Capítulos do Regulamento antes de decidir por adquirir Quotas.

O Fundo emitirá 01 classe de Quotas Seniores, e 02 classes de Quotas Subordinadas, quais sejam, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Júnior, todas em série única, em uma ou mais Distribuições. O Fundo poderá, todavia, emitir a Série Específica, nas hipóteses específicas definidas no Regulamento. Sendo que neste caso a emissão da Série Específica deverá ser objeto de registro para emissão pública nos termos da Instrução CVM nº 356.

O Fundo poderá manter simultaneamente em Circulação, Quotas Seniores no valor de até R\$500.000.000,00, podendo, no entanto, ser excepcionalmente, emitidas novas Quotas superiores ao amparo do Regulamento. O Fundo poderá manter simultaneamente em Circulação, Quotas Subordinadas Mezanino no valor de até R\$ 200.000.000,00, e número indeterminado de Quotas Subordinadas Júnior. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos do Regulamento. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriturador.

Características das Quotas Seniores

Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
- b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate de Quotas, observado o disposto no Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de, pelo menos, uma Quotas com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto;
- e) poderá ser amortizadas na forma definida seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Amortização e Resgate das Quotas*”, deste Prospecto, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o Prazo de Duração;
- f) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e

- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas” e Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Titulares das Quotas Seniores”.

Características das Quotas Subordinadas Mezanino

Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) não serão objeto de distribuição pública registrada na CVM, sendo subscritas exclusivamente pelos Cedentes. Caso haja interesse na distribuição pública secundária, esta deverá ser objeto de registro prévio perante a CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos do Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, tem seu valor apurado na forma da seção “Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas” – “Valor das Quotas”, deste Prospecto;
- e) nos termos do Regulamento, os titulares de Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus créditos, interesses e prerrogativas; e
- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Mezanino legitimara seu titular a participar com 01 voto.

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional.

Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas”.

Características das Quotas Subordinadas Júnior

Cada Quota Subordinada Júnior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) não será objeto de distribuição pública registrada na CVM;

- b) subordina-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos do Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 100.000,00 na 1ª Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas Júnior para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, tem seu valor apurado na forma da seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto; e
- e) tem o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim as seguintes matérias: (i) alteração de qualquer dispositivo do Regulamento; e (ii) alteração dos Documentos da Securitização; e
- f) tem o direito de aprovar, em conjunto com os demais Quotistas, observado o disposto no Regulamento, as seguintes matérias: (i) incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento; e (iii) elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

Nas hipóteses previstas nas alíneas “e” e “f” acima, cada Quota Subordinada Júnior legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, as Quotas Subordinadas Júnior poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Júnior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo XIV – “Das Quotas”.

Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas

As Quotas serão emitidas por seu valor calculado nas formas definidas na seção “*Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação das Quotas*” – “*Valor das Quotas*”, deste Prospecto, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo, conforme previsto no Regulamento. As Quotas Seniores somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas Júnior e as Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional, e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pelo respectivo Cedente.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Será admitida a distribuição parcial das Quotas, no curso da mesma Distribuição. Neste caso, a respectiva oferta em nada será afetada caso não sejam subscritas e integralizadas todas as Quotas ofertadas. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 dias, a contar da data da publicação do respectivo anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo. O funcionamento do Fundo está condicionado à quantidade mínima de 01 Quota Sênior subscrita e integralizada.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo *e-mail*, assim como eventuais alterações.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000.000,00. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Subordinadas Júnior será de R\$ 100.000,00.

A confirmação dos investimentos feito pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.

As Quotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.

Caberá a Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas Seniores na CETIP.

As Quotas poderão ser emitidas com ágio ou deságio, observados os termos e condições da legislação aplicável.

Valor das Quotas

A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado no 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou, nas hipóteses previstas no Regulamento, resgate, sendo que tal valor será equivalente ao menor dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação na ocasião; ou
- b) valor da Quota Sênior atualizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores pela variação acumulada do IPC-A, acrescido de Prêmio de Risco definido no respectivo Suplemento, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pró-rata Dia Útil, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, nas respectivas Datas de Amortização, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS = (SVQS \times C \times S) ;$$

onde:

- VQS valor de cada Quota Sênior calculado na forma do disposto na alínea “b” acima;
- SVQS valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores deduzido, em cada Data de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Sênior;
- C fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right]$$

onde:

- n número total de índices considerados na atualização do VQS, sendo “n” um número inteiro;
- NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;
- NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;
- dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ dct_k ”. Exclusivamente para o cálculo de “ dcp_1 ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e
- dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ dct_k ” um número inteiro.

S

$$S = [\text{Prêmio de Risco} + 1]^{\frac{du}{252}}$$

onde:

S	fator do Prêmio de Risco;
Prêmio de Risco	prêmio definido no respectivo Suplemento de Quotas de Seniores, na forma decimal ao ano;
du	número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação na ocasião, apurado na forma do Regulamento, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na ocasião; ou
- valor de cada Quota Subordinada Mezanino, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir da 1ª Data de Emissão das respectivas Quotas Subordinadas Mezanino, acrescidos do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino definido no respectivo Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, *pró-rata* Dia Útil, com base em um ano de 252 dias, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQSubMez = (SVQSubMez \times CSubMez \times SSubMez) ;$$

onde:

VQSubMez	valor de cada Quota Subordinada Mezanino;
SVQSubMez	valor de cada Quota Subordinada Mezanino na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, deduzido, nas respectivas Datas de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Subordinada Mezanino;
CSubMez	fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, calculado com 8 casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$CSubMez = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcpSub_k}{dctSub_k}} \right]$$

onde:

- N número total de índices considerados na atualização do VQSubMez, sendo “n” um número inteiro;
- NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;
- NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;
- $dcpSub_k$ número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ $dctSub_k$ ”. Exclusivamente para o cálculo de “ $dcpSub_1$ ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e
- $dctSub_k$ número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ $dctSub_k$ ” um número inteiro.

$SSubMez$

$$SSubMez = [PRQSMesz + 1]^{\frac{duSub_n}{252}}$$

onde:

- $SSubMez$ fator do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino
- $PRQSMesz$ Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino definido no respectivo Suplemento, na forma decimal ao ano.
- $duSub_n$ número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, cada Quota Subordinada Júnior terá seu valor calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Quotas Seniores e da totalidade de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Júnior em Circulação na ocasião.

O Prêmio de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino somente será considerado para fins de determinação do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino quando do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.

Vide Capítulo XVI – “Do Valor das Quotas” do Regulamento.

Amortização e Resgate das Quotas

A partir de 01 de dezembro de 2010, inclusive, no curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento, em até 3 Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Sênior em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será (i) equivalente ao percentual equivalente a fração cujo numerador é o montante total das Quotas Seniores em Circulação e o denominador é o Patrimônio Líquido, ou (ii) a 90%, o que for maior, dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, a partir de 01 de dezembro de 2010, decorrentes do total do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos. O restante dos recursos disponíveis será, ato contínuo, destinado à amortização de Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Subordinadas Júnior somente serão amortizadas após o integral pagamento e resgate das Quotas Seniores e observada a regra instituída abaixo.

Após a amortização integral das Quotas Seniores, o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Subordinada Mezanino em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao percentual equivalente a fração cujo numerador é o montante total das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação e o denominador é o Patrimônio Líquido, ou (ii) a 90% (noventa por cento), o que for maior, 90% (noventa por cento), o que for maior, dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, a partir da data de resgate integral das Quotas Seniores, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos. Ato contínuo, o restante dos recursos disponíveis será destinado à amortização de Quotas Subordinadas Júnior.

Até 01 de dezembro de 2010, quando se iniciarão as amortizações de Quotas do Fundo, todo e qualquer recurso recebido pelo Fundo, inclusive de pagamento de Direitos Creditórios adquiridos, poderá ser destinado à aquisição de novos Direitos Creditórios, obedecidas as instruções passadas pelo Consultor de Crédito e o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e demais regras previstas no Regulamento.

Observado o disposto no Regulamento, somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações de Quotas, caso entenda que tais amortizações possam afetar adversamente a boa ordem administrativa, econômica e legal do Fundo

Nas integralizações, amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor de abertura da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.

Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Quotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.

A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, serão efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas para; ou (ii) em Direitos Creditórios, na hipótese prevista abaixo.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

Em virtude da adoção do Regime de Caixa para amortização de Quotas, o período de carência para a amortização ou para o resgate das Quotas, ficará compreendido entre a respectiva Data de Emissão e até o 3º Dia Útil contado da data de recebimento, pelo Fundo, dos recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos.

Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Regulamento. O saldo, se houver, poderá ser pago em Direitos Creditórios Adquiridos, por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.

Vide Regulamento, Capítulo XVII – “Da Amortização e Resgate das Quotas”.

Custos Referentes à Defesa dos Quotistas

Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembléia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Cada Quotista irá subscrever as Quotas da Série Específica, de forma *pro rata*, observadas as Quotas detidas pelo respectivo Quotista frente ao total de Quotas emitido pelo Fundo.

O valor da Série Específica será atualizado desde a sua respectiva Data de Emissão, observado o critério *pro rata temporis*, à razão de 25% ao ano.

Todos os custos e despesas aqui referidos serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, os Cedentes, o Consultor de Crédito e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos aqui descritos.

A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral acima prevista. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Série Específica, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este item e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

A Administradora, o Custodiante, os Cedentes e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto.

Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

Vide Regulamento, Capítulo XXVI – “Dos Custos Referentes à Defesa dos Quotistas”.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão de investimento, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e avaliar os fatores de risco a seguir descritos. Em decorrência dos riscos inerentes à sua própria natureza, incluindo, entre outros, os fatores de risco aqui descritos, poderá ocorrer, entre outros, perda ou atraso, por tempo indeterminado, da restituição aos Quotistas do capital investido ou eventual perda do valor de principal de suas aplicações.

Introdução

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, entre outros eventos. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão, sempre sem direito de regresso contra ou coobrigação do respectivo Cedente. Não há não qualquer tipo de reforço ou outras garantias que garantam a pontual liquidez dos bens e ativos integrantes da carteira do Fundo.

Fatores Associados ao Investimento no Fundo

- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem não conseguir ou ter dificuldade em, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.
- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar os Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá ser inferior ao valor patrimonial dos referidos Direitos Creditórios; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos

Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejado e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.

- c) **Resgate por meio de dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese de liquidação antecipada do Fundo, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e ao risco de inexistência de mercado secundário, conforme descrição contida na alínea “b” acima, aos Quotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos Creditórios e despesas processuais.
- d) **Aquisição continuada de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.** Durante seu prazo de vigência e observados os termos e condições do Regulamento e do respectivo Instrumento de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade de um ou mais Cedentes que atendam ao Critério de Elegibilidade, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios Adquiridos (i.e., não pagamento pela Eletrobrás) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo.
- e) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Adquiridos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- f) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- g) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de Quotas emitidas pelo Fundo. Sem prejuízo do acima disposto, cabe ressaltar que não há qualquer tipo de preferência na hipótese de liquidação antecipada do Fundo entre as Quotas Seniores e as Quotas Seniores da Série Específica. Conforme disposto no item (20.1) do Capítulo XX do Regulamento, as Quotas Seniores e as Quotas Seniores da Série Específica, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, gozam de preferência vis-à-vis às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Júnior. As Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, gozam de prioridade vis-à-vis às Quotas Subordinadas Júnior.
- h) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da Eletrobrás e dos devedores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os

demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- i) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, observado a ordem de aplicação dos recursos, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos do Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, os Cedentes e o Consultor de Crédito e suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do Regulamento.
- l) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O Prêmio de Risco, o parâmetro adotado pelo Fundo para as Quotas Seniores e de suas Quotas Subordinadas Mezanino, é apenas uma meta a ser perseguida pelo Fundo e não representa e não será considerada, em qualquer caso e sob quaisquer circunstâncias, como promessa ou dever, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, do Cedente, do Consultor de Crédito ou qualquer de suas Afiliadas e/ou do FGC de garantir tal retorno aos Quotistas. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios Adquiridos, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, com base no Prêmio de Risco, a rentabilidade destas Quotas será inferior ao valor das Quotas atualizado a partir da respectiva 1ª Data de Emissão pela variação acumulada do IPC-A acrescido do Prêmio de Risco, conforme previsto no Regulamento.
- m) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas Mezanino.** As Quotas Subordinadas Mezanino subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate. Caso o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores, seja menor ou igual a zero nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.

- n) **Possibilidade de perda total do capital investido.** Os investimentos em Direitos Creditórios Elegíveis e em Outros Ativos podem resultar em perdas para o Fundo, inclusive em razão da efetiva inexistência dos Direitos Creditórios cedidos caso a respectiva Ação Judicial venha a ser considerada improcedente, conforme abaixo indicado, incluindo a perda total do capital investido e resultados negativos. Neste caso, poderá ser solicitado aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino aporte adicional de recursos ao Fundo, nos termos da alínea “k” acima. Ademais, caso o resultado final das Ações Judiciais sejam total ou parcialmente desfavoráveis aos Cedentes, tanto em termos de valor quanto à efetiva existência do direito pleiteado, os Quotistas encontram-se sujeitos ao risco de perda total do capital investido. O risco acima identificado pode ser maximizado caso o Fundo aloque 100% de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível, nos termos do item (4.2) do Capítulo IV do Regulamento.
- o) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Com relação aos Cedentes, a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, o respectivo Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, caso, quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios Adquiridos pendam demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida. O risco acima identificado pode ser maximizado caso o Fundo aloque 100% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis cedidos por um único Cedente, nos termos do item (4.2) do Capítulo IV do Regulamento.
- p) **Do Conselho Consultivo.** O Fundo terá um Conselho Consultivo composto por 3 membros, sendo 2 escolhidos pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 (um) representante do Consultor de Crédito, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. Cabe ressaltar que não integrará o Conselho Consultivo pessoa indicada pelos titulares das Quotas Seniores.
- q) **Potencial Conflito de Interesses.** Conforme disposto no item (4.10.1) do Capítulo IV do Regulamento, o Fundo, por intermédio da Administradora, poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Consultor de Crédito e de suas Afiliadas desde que tal aquisição seja aprovada previamente pelo Consultor de Crédito.

Fatores Associados aos Direitos Creditórios

- a)....**Risco de crédito.** Observado o disposto no art. 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o disposto no item (4.5) do Capítulo IV do Regulamento, sendo que 100% do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de um mesmo Cedente, conforme o

item (4.2.) do mesmo Capítulo. Quanto maior for a concentração da carteira, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas.

- b) ...**Discussão jurídica quanto ao crédito.** A realização dos Direitos Creditórios Adquiridos depende do êxito final nas respectivas Ações Judiciais, do adimplemento do respectivo devedor (i.e. Eletrobrás) e do efetivo pagamento dos valores devidos, na forma da legislação aplicável. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão realizados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos valores previstos. A Eletrobrás poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos de qualquer Direito Creditório Adquirido, alegando que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Além disso, existe a possibilidade de prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recursos, que implique na inexistência, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou na quantificação do crédito em valor insuficiente para a amortização e/ou o resgate integral das Quotas. . Ademais, o Fundo adquirirá Direitos Creditórios ainda sujeitos a discussão judicial. Em que pese existirem decisões anteriores favoráveis aos eventuais Cedentes, tratando de matéria idêntica, existe a possibilidade de mudança da jurisprudência consolidada. Enquanto não houver o trânsito em julgado da decisão que condenar a Eletrobrás e/ou a União ao pagamento dos valores cobrados, permanecerá o risco jurídico de ser proferida decisão desfavorável ao autor e, por conseguinte, tornar inexistente o Direito Creditório. O Superior Tribunal de Justiça está analisando dois Recursos Especiais (1.028.592 e 1.003.955), que representam a controvérsia tratada nas Ações, conforme o artigo 543-C do Código de Processo Civil, e o resultado do julgamento de ambos os referidos recursos será aplicado a todos os demais processos.
- c)....**Indefinição quanto ao efetivo valor dos Direitos Creditórios.** Os critérios para a atualização do valor dos Direitos Creditórios, assim como o montante dos juros e forma de sua incidência, são objeto de discussões judiciais. Existem decisões judiciais diversas em situações idênticas, o que exige a apuração, em cada caso concreto, do teor da decisão proferida para que seja possível calcular, com precisão, o valor dos Direitos Creditórios. Caso não tenha havido o trânsito em julgado da decisão, haverá a possibilidade de mudança dos critérios de atualização monetária e cômputo de juros, que modificarão o valor dos Direitos Creditórios.
- d) ...**Inexistência de coobrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis será realizada nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão sem co-obrigação do respectivo Cedente ou de quaisquer de suas Afiliadas. Portanto, os Cedentes ou suas Afiliadas não assumirão qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da Eletrobrás. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios, pela existência dos Direitos Creditórios e/ou pela solvência da Eletrobrás.
- e)....**Indefinição quanto à data de recebimento dos Direitos Creditórios.** Não há uma data pré-estabelecida para o recebimento de qualquer pagamento vinculado aos Direitos Creditórios pelo Eletrobrás. Ademais, o andamento de cada procedimento de execução depende de inúmeros fatores, sendo impossível apontar, previamente, o prazo para que seja concluído, ou para que haja o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios.

- f)**Risco relacionado à condução do processo.** O Fundo, apesar de cessionário dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá ser impedido de atuar como autor nas ações judiciais que originaram os respectivos Direitos Creditórios, por força do artigo 42, §1º do Código de Processo Civil, pelo qual o adquirente ou cessionário de direito litigioso não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, sem que o consinta a parte contrária. O Fundo apenas poderá intervir no processo na qualidade de assistente, por expressa autorização do §2º do mesmo dispositivo legal. Tratando-se de assistência simples, os Cedentes continuarão a figurar como únicos autores e parte principal nas respectivas Ações Judiciais e, assim, poderão desistir da ação, transigir sobre os direitos controvertidos ou praticar atos que, direta ou indiretamente, tenham efeito sobre os Direitos Creditórios Adquiridos. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos aqui descritos, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

Vide Regulamento, Capítulo XII – “Dos Fatores de Risco”.

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito, os Cedentes e suas respectivas Afiliadas mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

Administradora e suas Afiliadas não mantêm qualquer outro tipo de relação comercial ou de prestação de serviços com as Pessoas acima referidas com exceção da prestação de serviços de administração de quatro fundos de investimento em direitos creditórios (“FIDCs”). Nestes casos, o Custodiante também presta os serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas, conforme abaixo:

O Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.429.055/0001-23, com prazo de vencimento indeterminado, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao valor correspondente a 0,30% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 17.252,00, podendo este valor ser atualizado monetariamente a cada período de 12 meses, após prévia autorização dos cotistas em assembléia geral, acrescido dos seguintes valores: (i) o valor equivalente a 4% ao ano sobre o patrimônio líquido do fundo apurado conforme estabelecido no Regulamento, ficando assegurado, entretanto, um pagamento mínimo mensal de R\$ 60.000,00, atualizados conforme estabelecido no regulamento; (ii) o valor fixo mensal de (a) R\$ 3,00 por cotista, e (b) R\$ 4.900,00; e (iii) o valor de (a) R\$ 4,00 por resgate de cotas, por cotista, e (b) R\$ 3.500,00 a ser pago anualmente para elaboração das demonstrações financeiras, tendo o direito de receber ainda, taxa de desempenho equivalente a 10% da valorização das cotas integralizadas que exceder a valorização acumulada de 110% da Taxa DI, no período de cálculo da taxa de desempenho; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente à parcela da taxa de administração descrita nos subitens (ii) e (iii) acima, a título de controladoria do fundo e escrituração das cotas do fundo. As remunerações previstas nos itens (i) e (ii) deste item serão deduzidas do valor a ser pago para a instituição administradora a título de taxa de administração e de taxa de desempenho, conforme o caso.

O Ourinvest Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Veículos, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.296.935/0001-06, com encerramento previsto para 11 de abril de 2011, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente (i) ao valor correspondente ao maior valor entre os seguintes parâmetros: (a) o percentual anual fixo de 0,10 % sobre o valor do ativo do fundo, pagáveis mensalmente à razão de 1/12, apurado no último dia útil de cada mês; e (b) o valor de R\$ 7.750,00 mensais, acrescido de atualização monetária e dos tributos descritos no regulamento, (ii) acrescido do valor fixo mensal de R\$ 1,50 por cotista, e o valor fixo mensal de R\$ 3.200,00, a serem pagos até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; (iii) o valor de R\$ 3,20 por amortização de cotas, por cotista, a ser pago até o 5º dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços; e (iv) o valor fixo mensal de R\$ 3.000,00, a ser pago na mesma data de pagamento da parcela da taxa descrita na aliena (i) acima, observado que o gestor do fundo receberá como remuneração mensal a parcela da taxa de administração descrita na alínea (iv) acima; e o Custodiante faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente a: (1) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, uma taxa considerando o valor total dos ativos a serem custodiados, sendo: até R\$ 100 milhões 0,025% a.a., de R\$ 100 milhões a R\$ 200 milhões 0,020% a.a. e

acima deste valor de 0.015% a.a. calculados na metodologia de cascata; (2) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 1.450,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; (3) pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 8.500,00 pagos no ato da entrega do meio magnético, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 1.950,00 por mês, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo de recebíveis; e (4) pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 1.750,00; custo mensal de R\$ 1.750,00, custo mensal por cotista de R\$ 1,50; custos por movimentação: amortização de cotas (por cotista) R\$ 3,20; e emissão de avisos/extratos/informes (por item) R\$ 0,35;

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.876.796/0001-52, com encerramento previsto para 12 de julho de 2017, onde a Administradora, na qualidade de administradora do Fundo faz jus a uma taxa de administração equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidente sobre o patrimônio líquido do fundo, conforme fórmula prevista no regulamento do fundo, tendo como mínimo mensal o valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais) e o Custodiante faz jus a uma remuneração mensal equivalente a: (1) pela prestação dos serviços de custódia e liquidação física e financeira dos ativos, a remuneração calculada na metodologia de cascata, sempre utilizando como base de cálculo o patrimônio líquido do fundo (“PL”), sendo: para PL igual ou inferior a R\$ 100 milhões, a remuneração será de 0,030% a.a. sobre o PL, para PL com o montante acima de R\$ 100 milhões e até R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,025% a.a. sobre o PL; e para PL igual ou superior a R\$ 200 milhões, a remuneração será de 0,020% a.a. sobre o PL; (2) pelo serviço de controladoria, uma taxa fixa mensal de R\$ 3.750,00 a serem pagos juntamente com o item (1) acima; (3) pelo custo de implantação da carteira de recebíveis e acompanhamento da segregação da guarda física dos contratos lastro do fundo: R\$ 5.500,00 pagos na implantação do fundo, ato da entrega do arquivo eletrônico, correspondente ao custo da vistoria inicial da documentação da carteira de recebíveis, e R\$ 2.500,00 por mês por fiel depositário, para acompanhamento e vistoria dos arquivos contendo os contratos lastro do fundo; (4) pelos serviços de escrituração das cotas do fundo: custo de implantação de R\$ 3.250,00; custo mensal de R\$ 3.250,00; custo mensal por agente de cobrança de R\$ 2.325,00, cobrado apenas a partir do segundo agente de cobrança; (5) por movimentação: (a) Emissão de TED's (isento até 30 TED's no mês): R\$ 9,20; e (b) Envio de correspondência: repasse do custo do correio; e (6) custos por série adicional de emissão de cotas: R\$ 500,00 por mês, cobrado a partir da segunda série; e

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB I, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.297.712/0001-99, com prazo de duração de 12 anos, contados a partir da 1ª data de emissão, ou após a amortização e/ou resgate integral das quotas, conforme o caso, o que ocorrer antes, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz jus a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente a 0,10% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo, limitado a R\$ 100 milhões, acrescido do valor equivalente a 0,05% ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido do fundo que exceder a R\$ 100 milhões; e (ii) R\$ 6.000,00, nos primeiros 12 (doze) meses de operação do fundo, e, para os anos subsequentes, R\$ 7.500,00 mensais, atualizados conforme estabelecido no regulamento.

Ainda, a Administradora presta serviços de administração de um FIDC no qual o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão desempenha o papel de coordenador líder, instituição financeira responsável pela distribuição das quotas do referido FIDC, bem como o papel de consultor de crédito do fundo, conforme abaixo:

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis Agro MS, fundo de investimento em direitos creditórios não-padronizados, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.605.853/0001-21, com prazo de duração até 01 de janeiro de 2028, onde a Administradora, na qualidade de instituição administradora, faz *jus* a uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais; ou (ii) o valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês, sendo que, exclusivamente, durante os 8 (oito) primeiros meses de operação do fundo, o valor do item “(i)” acima, será de R\$7.000,00 (sete mil reais) mensais; acrescido de (i) um valor adicional correspondente a R\$1.000,00 (mil reais), a ser destinado ao pagamento dos custos de escrituração de quotas e controladoria do fundo; e (ii) um valor correspondente a 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do patrimônio líquido, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), apurado no último dia útil de cada mês, e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atuará na qualidade de distribuidor líder, fazendo *jus* à uma remuneração por meio de comissão de colocação 1ª série de quotas seniores do fundo, no valor fixo de R\$1.000,00 (um mil reais), e já enquanto consultor de crédito, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão fará *jus* à parcela da taxa de administração e da taxa de performance estabelecida no contrato de consultoria e no respectivo regulamento.

Tanto a Administradora, como o Custodiante foram contratados para prestarem serviços aos FIDCs indicados acima durante o prazo de vigência dos fundos, podendo, todavia, serem substituídos nos termos definidos nos regulamentos daqueles fundos.

Conforme disposto no Regulamento, o Fundo, por intermédio da Administradora, poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Consultor de Crédito e de suas Afiliadas desde que tal aquisição seja aprovada previamente pelo Consultor de Crédito.

Ademais, na data do presente Prospecto, a Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Custodiante / Cedente e/ou qualquer de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Desta forma, além dos já expostos, não existem outros conflitos de interesses ou relações comerciais que de alguma forma possam comprometer ou violar os termos e condições definidos nos Documentos da Securitização.

Não existem outros conflitos de interesses entre os envolvidos nos processos de origemação, distribuição, custódia, gestão e administração do Fundo.

UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos provenientes da emissão das Quotas serão precipuamente utilizados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes, sempre observada a ordem de aplicação de recursos definida na seção “*Características Básicas do Fundo*” – “*Ordem de Aplicação dos Recursos*”, deste Prospecto.

DIREITOS CREDITÓRIOS

A Lei nº 4.156/62 instituiu o Empréstimo Compulsório em favor da Eletrobrás nos seguintes termos:

Art. 4º - Durante 5 (cinco) exercícios a partir de 1964, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da Eletrobrás, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondente a 15% (quinze por cento) no primeiro exercício e 20% (vinte por cento) nos demais, sobre o valor de suas contas.

§ 1º. O distribuidor de energia elétrica fará cobrar do consumidor, conjuntamente com as suas contas, o empréstimo de que trata este artigo e o recolherá com o imposto único.

§ 3º. É assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal dos títulos de que trata este artigo.

A Lei nº 4.156/62 sofreu inúmeras alterações ao longo dos anos, que alteraram a destinação dos recursos arrecadados, a taxa de cálculo do empréstimo, o prazo de cobrança e de resgate do Empréstimo Compulsório, a taxa de juros, a forma de correção monetária, o alcance de incidência do tributo, e o prazo de vigência.

A alteração mais importante decorreu do Decreto-lei nº 1.512/76, que disciplinou o Empréstimo Compulsório da seguinte forma:

Art. 1º O empréstimo compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS será exigido, a partir de 1º de janeiro de 1977, na forma da legislação em vigor, com as alterações introduzidas por este Decreto-lei.

Art. 2º - O montante das contribuições de cada consumidor industrial, apurada sobre o consumo de energia elétrica verificado em cada exercício, constituirá, em primeiro de janeiro do ano seguinte, o seu crédito a título de empréstimo compulsório que será resgatado no prazo de 20 (vinte) anos e vencerá juros de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 1º. O crédito referido neste artigo será corrigido monetariamente, na forma do artigo 3º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 para efeito de juros e de resgate”.

§ 2º Os juros serão pagos anualmente, no mês de julho aos consumidores industriais contribuintes, pelos concessionários distribuidores, mediante compensação nas contas de fornecimento de energia elétrica, com recursos que a ELETROBRÁS lhes creditará.

Art. 3º No vencimento do empréstimo, ou antecipadamente, por decisão da Assembléia Geral da ELETROBRÁS, o crédito do consumidor poderá ser convertido em participação acionária, emitindo a ELETROBRÁS ações preferenciais nominativas de seu capital social.

Art. 4º. A conversão prevista no artigo anterior, bem como a de que trata o § 10, do artigo 4º, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, será efetuada pelo valor corrigido do crédito ou do título, pagando-se em dinheiro o saldo que não perfizer número inteiro de ação”.

Art. 5º O empréstimo de que trata este Decreto-lei não será exigido de consumidores industriais de energia elétrica cujo consumo mensal seja igual ou inferior a 2.000 kwh.

Consumidores industriais de energia elétrica, cujo consumo mensal tenha sido superior a 2.000 kwh, recolheram o Empréstimo Compulsório por meio de fatura conjunta com a cobrança da energia elétrica consumida. Mas a Eletrobrás não teria devolvido os valores pagos na forma determinada pela legislação, provocando a busca do Poder Judiciário para a reparação dos danos que alegam ter sofrido, a saber:

- a) a Eletrobrás fez incidir correção monetária do Empréstimo Compulsório apenas a partir do primeiro dia do ano seguinte ao seu recolhimento, e não a partir da data do pagamento;
- b) a Eletrobrás calculou a correção monetária por um índice próprio (UP = Unidade Padrão), e não por índices oficiais de cálculo da inflação real, deixando de lado inclusive os expurgos de diversos planos econômicos do governo federal (Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor);
- c) em duas ocasiões (1988 e 1990) a Eletrobrás fez conversão de créditos em ações com atualização do Empréstimo Compulsório até 31 de dezembro do ano anterior à conversão, prejudicando os credores, pois parte dos créditos não foram convertidos e, além disso, não há pagamento de juros sobre parcela remanescente do crédito que não foi convertida;
- d) a Eletrobrás calculou os juros sobre bases incorretamente apuradas, em virtude da correção monetária inferior à inflação real; e
- e) a Eletrobrás só calculou juros até 31 de dezembro do ano anterior as conversões já ocorridas, e não até o efetivo pagamento dos juros.

Em três ocasiões a Eletrobrás converteu créditos decorrentes da cobrança do Empréstimo Compulsório - ECE em ações de sua emissão: (i) 72ª AGE - 20/04/1988 - conversão dos créditos constituídos de 1978 a 1985; (ii) 82ª AGE - 26/04/1990 - conversão dos créditos constituídos em 1986 e 1987; e (iii) 142ª AGE - 28/04/2005 - conversão dos créditos constituídos de 1988 a 1993. Cabe ressaltar, que a Lei nº 7.181/87 prorrogou o prazo da vigência do Empréstimo Compulsório até o faturamento de 31/12/1993. Portanto, não existem créditos constituídos após 1993.

Em 28 de março de 2008, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que a ação visando a obter o crédito de diferenças de correção monetária e o pagamento dos correspondentes juros, relativos a recolhimentos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, instituído em favor da Eletrobrás, está sujeita à prescrição de cinco anos, contada a partir da ocorrência da lesão, assim considerada a data em que, ao cumprir a obrigação imposta pelo artigo 2º do DL 1.512/76, a Eletrobrás, em cada exercício, realizou créditos de correção monetária em valores inferiores aos devidos e, por consequência, pagou anualmente juros também insuficientes (Resp 714.211/GO, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux).

Ou seja, considerou-se que ocorre a antecipação do termo inicial do prazo prescricional nos casos em que houve a conversão do crédito do consumidor em ações da Eletrobrás, pela deliberação da Assembléia Geral, pois diante

da antecipação do vencimento do empréstimo, surgiu o direito ao crédito e, conseqüente, o nascimento do exercício de ação.

A mesma jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, atendendo a pretensão dos contribuintes, vem se consolidando (vide, por exemplo, AgRg no RESP 814/224/RS, Rel. Min. José Delgado) no sentido de condenar a Eletrobrás e a União, solidariamente, ao pagamento da correção monetária desde a data do recolhimento do empréstimo compulsório e com base em índices não expurgados, bem como, os juros remuneratórios de 6% ao ano sobre as diferenças devidas e juros de mora sobre os valores devidos, a contar da citação. A metodologia adotada pela Eletrobrás já foi considerada ilegal e lesiva aos consumidores, e o princípio da plena indenização aos consumidores que recolheram o Empréstimo Compulsório tem sido acolhido por todas as instâncias do Poder Judiciário.

A única exceção diz respeito à improcedências do pedido formulado por alguns consumidores de aplicação da taxa “SELIC” para cálculo do valor a ser restituído pela Eletrobrás. A Primeira Seção do STJ, no julgamento dos EREsp 636.248/RS, de relatoria do Ministro Castro Meira, decidiu pela impossibilidade de aplicação da taxa “SELIC” na correção dos valores a serem devolvidos pelo Empréstimo Compulsório, em razão da existência de regras específicas disciplinando a incidência de juros e de correção monetária (art. 2º do Decreto-lei 1.512/76).

A mesma jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, atendendo a pretensão dos contribuintes, vem se consolidando (vide, por exemplo, AgRg no RESP 814/224/RS, Rel. Min. José Delgado) no sentido de condenar a Eletrobrás e a União, solidariamente, ao pagamento da correção monetária desde a data do recolhimento do empréstimo compulsório e com base em índices não expurgados, bem como, os juros remuneratórios de 6% ao ano sobre as diferenças devidas e juros de mora sobre os valores devidos, a contar da citação. A metodologia adotada pela Eletrobrás já foi considerada ilegal e lesiva aos consumidores, e o princípio da plena indenização aos consumidores que recolheram o Empréstimo Compulsório tem sido acolhido por todas as instâncias do Poder Judiciário.

Conforme já mencionado, ao Fundo serão transferidos créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e os valores dos créditos são calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO ESPECIAL - IPCA-E

O Sistema Nacional de Preços ao Consumidor - SNIPC efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, tendo como unidade de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). Sua produção foi iniciada em 1991.

O período de coleta do IPCA-E estende-se, em geral, do dia 16 do mês anterior ao dia 15 do mês de referência. A periodicidade de sua divulgação é trimestral e abrange as seguintes regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Brasília e o município de Goiânia.

A população-objetivo do IPCA-E abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 e 40 salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/ipcae/default.shtm>

As informações referentes à Administradora e ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas pelas Pessoas acima referidas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

ADMINISTRADORA

Histórico

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à realização de atividade de prestação de outros serviços ligados ao mercado de capitais, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, atuando como representante de credores, como titular de *golden shares*, como administrador de SPEs de capital aberto ou fechado, consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures, e como administrador de fundos de investimento, notadamente Fundos de Investimentos e Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, áreas onde também detém posição de destaque.

Estrutura e Administração

Possuindo escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, é administrada diretamente por seus controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto e José Alexandre Costa de Freitas, os quais fazem parte da equipe permanente de 57 profissionais, dedicados exclusivamente à prestação de serviços fiduciários.

Pioneira no mercado de capitais, há 14 anos, a Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela *SR Rating*, tendo sido mantida em maio de 2008, a nota de longo prazo brAA.

Administração de Fundos de Investimento

A Administradora tem experiência de mais de 12 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do Fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos quotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos quotistas que participam diretamente dos fundos senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 4 bilhões.

Vide Regulamento, Capítulo VIII – “Da Administração do Fundo”.

CUSTODIANTE

Histórico

O Deutsche Bank iniciou suas atividades no Brasil através do “ Deutsche Überseeische Bank” em agosto de 1911. As atividades do Banco foram suspensas duas vezes, durante a primeira e a segunda guerra mundial. Em 1968, o Deutsche Bank retomou suas atividades em São Paulo e durante as duas décadas seguintes os negócios se concentraram na prestação de serviços financeiros para multinacionais, principalmente as de origem alemã, sendo os principais produtos ligados ao comércio exterior.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

Após 1997, o Deutsche Bank priorizou as atividades de banco de investimento e banco “Corporate”, através da implementação de uma estrutura de serviços voltada as necessidades dos clientes (client-focused services).

O Deutsche Bank é atualmente uma instituição bastante ativa no mercado financeiro brasileiro, destacando-se nos mercados de comércio exterior e produtos estruturados. Sua estratégia é prover serviços financeiros diferenciados, adaptados à necessidades dos clientes e voltados ao desenvolvimento de um relacionamento comercial de longo prazo.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em mais de 50 países para seus clientes é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional como a Moody's, Standart & Poors e Fictch IBCA.

O Deutsche Bank é uma instituição de serviços financeiros comprometida em atender às necessidades e expectativas de seus clientes, por meio de soluções individualizadas, estratégicas e rentáveis. O Deutsche Bank cultiva de maneira criteriosa e cuidadosa a qualidade da informação e análise dos diversos mercados em que está presente.

O principal objetivo do Deutsche Bank é atuar com liderança e integridade em áreas como intermediação financeira; negócios corporativos que envolvam fusões, aquisições, reestruturações de caráter societário e financeiro. Para cumprir esse objetivo, trabalha permanentemente para que o cliente alcance o sucesso esperado nas operações demandadas, valorizando as atividades empreendidas pelos profissionais que atuam na empresa.

Assim, a missão diária do Deutsche Bank é estar em sintonia com o mercado, buscando oportunidades e usando suas competências para o desenvolvimento de soluções inovadoras, que tornem cada vez maior o retorno de clientes e acionistas, a fim de garantir o crescimento dos negócios e, em consequência, contribuir para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Estrutura do Capital

O Deutsche Bank é controlado pelo Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que detém 99.999% do capital total do Deutsche Bank.

Atuação em Custódia

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

Experiência Profissional dos Administradores

Bernardo Parnes é formado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado e em Direito com especialização em Leis Corporativas na Universidade de São Paulo. Obteve uma especialização em Economia e Finanças na Fundação Getúlio Vargas. Trabalhou no Citicorp na divisão de Mercados de Capitais e, como Vice Presidente, na divisão Internacional de Finanças Corporativas (1983-1990). Na Merrill Lynch foi Diretor Administrativo do Banco de Investimentos, Diretor executivo da Corretora Merrill Lynch de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Presidente do Banco Merrill Lynch S.A. e Representante Local (1990-2004). Atuou como CEO do Banco Bradesco BBI S.A (2006-2008). Foi vice presidente da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimentos) e do conselho do Hospital Israelita Albert Einstein. A partir de agosto de 2008 será o Presidente do Deutsche Bank S.A. do Brasil.

Marcello Giuseppe Giacomo Siciliano. Advogado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ (1987) com MBA Executivo em Finanças - IBMEC (1997). Atuou como Trader do Banco Pactual (1988-1993) e Senior Trader do Banco Icatu (1993-1999). Foi Vice Presidente da JP Morgan em São Paulo (1999-2003). No Deutsche Bank S.A. desde setembro 2002 como Diretor de Equities/Corretora.

Marcello De Chiaro é formado em Administração de Empresas pela FEA USP (1988), obteve seu MSc em finanças pela London Business School (1997). Atuou como Gerente de Projetos na DCA Consulting, na cidade de São Paulo (1990 - 1993). Foi Gerente de Produtos na divisão internacional do Banco Real na cidade de São Paulo (1993 - 1994) e como Gerente de Tesouraria/Mercado de Capitais na filial do Banco Real em Londres (1994 - 1998). No Deutsche Bank S.A. desde 1998, atua como Diretor e Tesoureiro para a América Latina. Desde março de 2007 é o COO - Chief Operating Officer do DB no Brasil.

Christian RT Stier obteve o diploma de Banking Industry Qualification pela German Chamber of Commerce and Industry na cidade de Essen, na Republica Federal da Alemanha (1984). Seguindo formação como trainee no Deutsche Bank AG Essen, Frankfurt e Londres atuou no Deutsche Bank AG na cidade de Buenos Aires como

Analista de informações financeiras (1987 - 1989); no Deutsche Bank S.A. na cidade de São Paulo, foi Chefe da Área de Controladoria (1989 - 1995); no Deutsche Bank AG, Frankfurt e Londres atuou como profissional em um programa de desenvolvimento interno (1995 - 1996). Voltou para Deutsche Bank S.A., na cidade de São Paulo, na função de Gerente de Controladoria (agora Finance). Foi nomeado membro do Comitê Executivo em 1999, desde então é Diretor e Chief Financial Officer – C.F.O. Em 2005, foi nomeado Diretor regional de Finance.

Luis Mendes. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em economia (1990) e com mestrado na William E. Simon Graduate School of Business Administration da Universidade de Rochester em Nova Iorque (1999). Atuou no Banco Pactual S.A. na cidade do Rio de Janeiro como Sênior Trader de Produtos de Renda Fixa (1989 - 1997); no JP Morgan como Trader, na cidade de Nova Iorque (1999 - 2000) e como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2000 - 2001); e no Banco Morgan Stanley Dean Witter S.A. na cidade de São Paulo, como Chefe da Mesa de Operações de Produtos de Renda Fixa na cidade de São Paulo (2001 - 2005). No Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão atua como MD – Head of Trading de Renda Fixa

Rui Fernando R. Alves formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1983). Obteve seu LLM pela University of Pennsylvania Law School. Atuou como associado estrangeiro no escritório de advocacia Grant, Herrmann, Schwartz & Klinger na cidade de Nova Iorque (1988 - 1989). Atuou como advogado no Banco Chase Manhattan S.A., (1989 - 1992) e como Diretor Adjunto no departamento jurídico do Banco ABC-Roma S.A., ambos na cidade de São Paulo (1992 - 1994). No período de 1992 a 1994 ocupou o cargo de Diretor no Departamento Legal do Banco Inter American Express S.A. em São Paulo. No Deutsche Bank S.A – Banco Alemão atua como Chefe do Departamento Legal e de Compliance desde 2000.

Maria Aparecida Zuppardo. Graduada na Fundação Getulio Vargas em administração de empresas (1978) e na London University - London School of Economics and Political Science em economia (1981). Atuou no Banco Francês e Brasileiro S.A. como Gerente de Sistemas Cambiais Estrangeiros Integrados (1981 - 1989); no Banco Chase Manhattan S.A. como Gerente de Operações (1989 - 1995); e no Banco Inter American Express S.A. como Diretora de Operações e Sistemas (1995 - 1998). No Deutsche Bank S.A. atuou como Diretora Administrativa e supervisionou as áreas de Tecnologia, Operações, CRES e Recursos Humanos (1998 - 2006). Atualmente é C.A.O pelo Brasil e Chefe de Operações para a América Latina (desde 2006).

Ricardo Nascimento. Graduado pela Fundação Armando Alvares Penteado em finanças (1980). Obteve seu MBA em International Business & Business in Economics pela Columbia University na cidade de Nova Iorque (1988). Atuou no Banco Itaú na cidade de Nova Iorque como Gerente Financeiro (1982 - 1986) e no Brasil como Gerente do departamento de câmbio de moeda estrangeira (1988 - 1992). Na Comex Brokerage CO. no Brasil foi Gerente Financeiro e Administrativo (1993 - 1996). No Banco Itaú atuou como Gerente Comercial e de Relacionamento com Clientes para Transfer Agents e serviços de custódia (1997 - 2002). No Deutsche Bank S.A. atua como Diretor de Custódia (desde 2002).

Burkhard Ziegenhorn. Graduado pela Universidade de Hannover em Ciências Econômicas (1993). Obteve seu mestrado em Ciências Econômica na Universidade de Bonn (1996) e o doutorado em Economia na Universidade de Hannover (1998). Atuou no Deutsche Bank da Alemanha como Trainee na área de Credit & Corporate Banking (1998), Gerente de Relacionamento MNCs-Associados de Global Banking Relationship Management Corporates (1999), Gerente de Negócios da Alemanha e Europa Continental de Relationship Management Large Caps (2000-2003), Gerente de Negócios de Global Banking Division/ Transaction Banking (2003-2005), Chief

Operating Officer de Global Transaction Banking (2005-2006), Chief Administrative Officer Director de Global Transaction Banking desde 2006, sendo que está baseado na cidade de São Paulo desde o início de 2008.

Vide Regulamento, Capítulo XI – “Do Custodiante”.

ELETROBRÁS

Perfil da Companhia

A Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás é uma empresa de economia mista e de capital aberto, com ações negociadas nas Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa), de Madri, na Espanha e nos Estados Unidos, por meio dos programas de ADR nível 1. O Governo Federal por ter 53,99 % das ações ordinárias, detém o controle da empresa.

Criada em 1962, a Eletrobrás tem atualmente por objetivo a realização de estudos, projetos, construção e operação de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, tais como a comercialização de energia elétrica.

A Eletrobrás é uma empresa holding, controlando empresas de geração e transmissão de energia elétrica. São elas: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE. A companhia é controladora, também, da Light Participações S.A. – Lightpar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai. A atuação na distribuição de energia se dá por intermédio das empresas federalizadas: Eletroacre (Acre), Ceal (Alagoas), Ceam (Amazonas), Cepisa (Piauí) e Ceron (Rondônia), assim como pelas distribuidoras Manaus Energia e Boa Vista Energia S.A., subsidiárias integrais da Eletronorte.

As empresas do Sistema Eletrobrás têm capacidade instalada de 38.566* MW, representando 39,6% do total nacional distribuídos em 29 usinas hidrelétricas, 15 termelétricas e duas nucleares e 57.339 km de linhas de transmissão, representando mais de 63 % do total nacional.

Desde sua criação, a Eletrobrás tem sido responsável pela gestão de uma carteira de recursos setoriais, atualmente composta pela Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, Utilização do Bem Público – UBP e pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os combustíveis fósseis utilizados nos Sistemas Isolados localizados na Região Norte do país.

Atualmente, os recursos da RGR e CDE financiam quatro Programas do Governo Federal, quais sejam: Luz para Todos – universalização do acesso à energia; RELUZ – estímulo à eficiência na iluminação pública; PROINFA – incentivo às fontes alternativas de energia elétrica e PROCEL – conservação de energia elétrica. Além disso, esses recursos são também aplicados no financiamento de obras de geração e transmissão de energia elétrica.

O sistema Eletrobrás atua de forma integrada. As políticas e diretrizes adotadas são definidas pelo seu Conselho de Administração e operacionalizadas pelo Conselho Superior da Eletrobrás (CONSISE), formado pelos presidentes da *holding* e das empresas controladas, que se reúne regularmente.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento do Grupo Eletrobrás constituem-se as principais atribuições do CEPEL que é a maior instituição do gênero no Hemisfério Sul e conta com 34 anos de existência.

- **Incluída Itaipu (7.000MW)**

Informe aos Investidores – Setembro 2008

Eletrobrás

Balanco Patrimonial em 30 de Setembro

(Em milhares de Reais)				
ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
TOTAL	102.724.847	93.701.138	128.083.617	120.749.381
CIRCULANTE				
Disponibilidades	8.747.103	4.851.560	11.908.350	8.219.553
Consumidores e revendedores	1.435.725	1.323.225	4.000.545	4.235.259
Financiamentos e empréstimos	3.169.416	6.462.797	1.426.587	1.243.436
Conta de Consumo de Combustível - CCC	709.616	700.336	699.657	733.121
Remuneração dos investimentos	401.886	227.185	141.500	63.422
Créditos renegociados	79.969	115.253	589.046	599.100
Ativos fiscais diferidos	1.196.134	958.229	2.242.464	1.762.047
Direito de ressarcimento	0	217.456	5.019	217.456
Devedores diversos	653.624	187.893	850.195	348.749
Almoxarifado	1.995	1.947	729.462	602.377
Despesas pagas antecipadamente	-	-	335.415	73.152
Outros	139.193	143.356	606.027	679.932
	16.534.661	15.189.238	23.534.267	18.777.603
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	34.908.281	28.948.013	12.196.012	10.581.633
Créditos renegociados	173.602	2.439.526	1.929.953	4.281.905
Títulos e valores mobiliários	1.331.403	1.229.830	1.335.867	1.233.233
Estoque de combustível nuclear	-	-	639.368	544.547
Estudos e projetos	298.265	292.469	317.808	312.012
Consumidores e revendedores	-	-	34.796	356.929
Ativos fiscais diferidos	756.351	926.598	1.987.334	2.030.394
Cauções e depósitos vinculados	-	266.450	169.676	574.249
Conta de Consumo de Combustível – CCC	561.227	510.505	561.227	510.505
Direito de ressarcimento	2.048.589	-	2.048.589	-
Outros	94.150	23.866	489.800	398.250
	40.171.868	34.637.258	21.710.430	20.846.561
Adiantamento para Participação Societária	1.699.959	705.630	4.027	80.383
	41.871.827	35.342.88	21.714.457	20.926.943
INVESTIMENTOS	44.217.941	43.077.024	5.917.998	4.926.296
IMOBILIZADO	25.432	30.068	74.702.404	73.426.313
INTANGÍVEL	54.169	56.021	493.551	477.760
DIFERIDO	20.817	5.899	1.720.940	2.500.780
	44.318.359	43.169.012	82.834.893	81.331.149
TOTAL DO ATIVO	102.724.847	93.701.138	128.083.617	121.035.695

Informe aos Investidores – Setembro 2008

Eletrobrás

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2008	2007	2008	2007
CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	193.561	170.865	1.193.746	1.638.336
Empréstimo compulsório	91.373	97.575	92.114	97.575
Fornecedores	1.544.602	1.418.500	2.325.019	2.053.142
Adiantamento de clientes	222.928	156.948	260.028	190.346
Tributos e contribuições sociais	675.751	489.429	2.051.124	1.592.025
Conta de Consumo de Combustível - CCC	652.374	667.089	663.972	695.881
Remuneração aos acionistas	205.617	147.903	223.845	163.321
Créditos do Tesouro Nacional	68.905	56.432	68.905	56.432
Obrigações estimadas	83.464	22.541	565.113	442.114
Obrigações de ressarcimento	975.602	482.647	975.602	482.647
Previdência Complementar	-	-	211.308	403.760
Provisões para contingências	-	-	1.329.763	1.163.281
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	459.608	-
Taxas Regulamentares	-	-	619.388	-
Remuneração e Ressarcimento	-	-	0	340.164
Outros	33.050	32.064	567.880	1.190.361
	4.747.227	3.741.993	11.607.415	10.509.383
NÃO CIRCULANTE				
Financiamentos e empréstimos	3.158.361	1.681.668	15.768.887	15.353.254
Créditos do Tesouro Nacional	1.564.873	429.208	411.386	429.208
Fornecedores	-	-	7.672	292.849
Reserva Global de Reversão – RGR	6.892.838	6.473.248	6.942.476	6.473.248
Empréstimo compulsório	122.708	109.269	122.708	109.269
Tributos e contribuições sociais	-	0	1.593.383	1.412.763
Obrigações para desmobilização de ativos	-	-	219.819	331.832
Adiantamento de clientes	-	-	1.028.410	1.066.973
Conta de Consumo de Combustível – CCC	561.227	510.505	1.463.199	750.968
Provisões para contingências	987.804	1.244.508	2.036.201	2.620.954
Previdência complementar	-	-	845.920	1.824.995
Provisão para passivo a descoberto em investidas	316.180	748.160	-	(0)
Obrigações de ressarcimento	0	-	1.153.487	-
Outros	32.224	45.740	338.942	837.889
	13.636.215	11.242.307	31.932.490	31.504.202
Participação de Acionistas Não Controladores	-	-	202.307	384.559
PATRIMONIO LÍQUIDO				
Capital social	26.156.567	24.235.829	26.156.567	24.235.829
Reservas de capital	26.056.781	25.907.304	26.056.781	25.907.304
Reservas de reavaliação	201.121	212.049	201.121	212.049
Reservas de lucros	24.673.752	24.720.636	24.673.752	24.720.636
Lucros (Prejuízos) acumulados	3.105.075	(72.828)	3.105.075	(72.828)
	80.193.296	75.002.990	80.193.296	75.002.990
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.148.109	3.713.848	4.148.109	3.713.848
	84.341.405	78.716.838	84.341.405	78.716.838
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.724.847	93.701.138	128.083.617	120.035.694

As informações acima foram extraídas do Informe aos Investidores preparado pela Eletrobrás e disponível em seu site, onde também podem ser encontradas as Demonstrações Financeiras da companhia, no seguinte endereço eletrônico:

<http://www.eletrobras.gov.br/elb/ri/main.asp?View=%7b8B17EEBC-F49D-4675-B9C0-361B0BF2C3EF%7d>

ANEXOS

Súmula da Agência de Classificação de Risco

Rating

A
(Cotas Seniores)
BBB-
(Cotas Mezanino)

Data: 19/dez/2008
Validade: 08/out/2009

Sobre o Rating

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico:

Dez/08- Atribuição:

A (Cotas Seniores)

BBB- (Cotas Mezanino)

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2008, atribuiu as classificações **A** ("A simples") para as cotas seniores e **BBB-** ("triplo B negativo") para as cotas subordinadas mezanino do Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais contra a Eletrobrás (FIDC NP Ennerghy).

O FIDC NP Ennerghy foi constituído sob a forma de condomínio fechado e terá amortização das suas cotas em até 15 (quinze) anos. A subscrição de cotas é destinada a investidores qualificados, residentes ou não no Brasil, sendo a aplicação inicial mínima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O Fundo terá três categorias de cotas e respeitará a relação mínima entre o patrimônio do Fundo e o valor das Cotas Seniores em circulação de 143%, o que significa proporção equivalente à 30% de subordinadas (classificadas em mezanino e júnior) e 70% de seniores, na primeira data de emissão e em cada data de amortização. O patrimônio líquido inicial do fundo poderá alcançar até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), pela emissão de até 350 cotas seniores, 100 cotas subordinadas mezanino e 50 cotas subordinadas júnior.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos seus cotistas, por meio da aplicação dos seus recursos na aquisição de direitos creditórios originados de ações judiciais contra a Eletrobrás S/A, decorrentes de empréstimo compulsório cobrado de acordo com as disposições da Lei 4.156/62 e alterações posteriores. Os direitos creditórios contra Eletrobrás, objeto do fundo, têm origem na divergência de cálculo do montante a ser devolvido, já que não observou as determinações da legislação, conforme descrição posterior no tópico "Crédito do Empréstimo Compulsório da Eletrobrás".

Serão realizados esforços de cobrança judicial, de acordo com a legislação aplicável, para recebimento parcial ou da totalidade dos pagamentos referentes a tais direitos creditórios, por meio da contratação da Cedente Líder e/ou da Recupere – Serviços de Cobrança Ltda. (Recupere) e Vitorian Compra e Venda de Bens S.A. (Vitorian), em conjunto com a Cedente Líder, os Agentes de Cobrança. Os Agentes de Cobrança serão responsáveis, ainda, pelo acompanhamento e administração das ações judiciais relacionadas aos direitos creditórios.

A classificação atribuída para as Cotas Seniores e Mezanino considerou como pontos favoráveis e mitigadores de risco constantes no regulamento do fundo: i) o valor de aquisição máximo de 47,5% do valor de face do montante incontroverso do Direito Creditório. Cabe mencionar que o direito creditório é composto por duas parcelas, a incontroversa e a controversa, sendo que a aquisição da totalidade do crédito é definida por uma proporção da parcela incontroversa destes créditos. Desta forma, o preço de aquisição máximo se materializa em um elevado fator de proteção para o valor das cotas seniores e mezanino e poderá proporcionar elevado retorno no ambiente do fundo e, dessa forma, tornar possíveis as rentabilidades pretendidas tanto para as cotas seniores, quanto para as subordinadas mezanino; ii) pulverização da carteira, uma vez que a expectativa é que sejam distribuídas entre 700 a 1.000 ações judiciais. Apesar de estar centralizado em apenas um devedor, a Eletrobrás, o volume de cedentes aumenta a possibilidade de sucesso/redução do tempo de recuperação; iii) a reconhecida qualidade do sacado, a Eletrobrás, e o seu reconhecimento deste passivo pela provisão em suas Demonstrações Contábeis do exercício de 2007 conforme nota 32, (ver demonstrações financeiras de 2007 disponíveis no site de Relação com Investidores da Eletrobrás).

Analistas:

Cátia Mota
Tel.: 55 11 3377 0710
catia.mota@austin.com.br

Jorge Alves
Tel.: 55 11 3377 0708
jorge.alves@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

Também foi avaliada de maneira positiva a constituição do fundo sob a forma de condomínio fechado, impossibilitando assim o resgate de cotas fora das datas do cronograma de amortizações, afastando o risco de liquidez associado à possibilidade de saída maciça de cotistas. Ainda favoravelmente, as amortizações de cotas seguem o critério de regime de caixa, ou seja, somente serão efetuadas caso haja recursos suficientes no fundo. Caso contrário, os montantes não amortizados serão acumulados para as datas de amortização subseqüentes.

Os direitos creditórios que darão lastro ao fundo não estão pré-definidos, sendo que se tratará de uma carteira bastante ampla, podendo chegar a aproximadamente 1.000 cedentes de créditos de mesma origem/ tipo de ação judicial (decorrente da recuperação do compulsório), ou seja, apesar do expressivo número de cedentes, os créditos são de um mesmo sacado, a Eletrobrás, proporcionando homogeneidade à carteira. Devido ao grande número de cessões e a possibilidade de novas aquisições durante o prazo de carência (dois anos), não havendo, desta forma, pré-definição, não foi possível analisar particularmente os casos, sendo elaborado um teste de *stress* com uma amostragem de aproximadamente 200 direitos creditórios (a partir de dados disponibilizados pela Cedente líder e repassados pelo Administrador), com o objetivo de estimar a probabilidade de recebimento e o seu prazo estimado, dos valores incontroversos e controversos, objetos de requisição judicial. Os dados mostram que o prazo médio entre o ajuizamento do processo e pagamento da indenização é de oito anos, com ocorrência de sucesso de recebimento do valor controverso e incontroverso em 26% dos casos, enquanto ao considerar-se exclusivamente o histórico de recebimento do montante incontroverso no processo, a frequência observada foi de 81% dos casos. Caso a carteira a ser adquirida pelo fundo performe de acordo com a carteira analisada, em face ao limite máximo de aquisição de 47,5% do valor incontroverso, haveria preservação total do valor das cotas seniores, no entanto, não o das cotas mezanino. O cenário de *stress* considerado pela Austin Rating relacionou: o montante da amostra da carteira dos processos já ajuizados, a taxa máxima de aquisição em relação ao valor de face do direito creditório (até 47,5% do valor incontroverso) e a expectativa de sucesso no recebimento da parcela incontroversa. Ressalta-se que este é um cenário muito pessimista e que o Fundo pode receber além do valor incontroverso, também o pagamento do valor controverso (como o observado na maioria dos casos integralmente julgados), sendo que este montante adicional se materializará em um colchão de proteção para a preservação do valor das cotas. Cabe como ressalva, destacar que o exercício é baseado em processos semelhantes ao objeto do fundo por se tratarem do mesmo sacado (Eletrobrás) e origem do processo, porém não comporão sua carteira, desta forma, não há nenhuma garantia de que este cenário se repita na futura carteira do FIDC NP Ennerghy.

Favoravelmente, o acompanhamento do FIDC NP Ennerghy estará apoiado em entidades com expertise para as devidas atribuições, a citar, o fundo estruturado e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, custódia do Deutsche Bank. Ademais, os créditos serão passíveis de três etapas de análise: (a) pelo advogado da demanda; (b) parecer do assessor legal para cada processo; e (c) laudo técnico para apuração do valor. Com isto, os riscos envolvidos na formalização dos créditos se encontram mitigados pelos diversos pareceres acerca de sua regularidade.

Cumprir destacar que existe a possibilidade de, mesmo com a recuperação parcial dos valores dos direitos creditórios (considerando recebimento integral de parte dos direitos creditórios, ou mesmo recebimento parcial de unidades de direitos creditórios), os recebimentos sejam suficientes para o pagamento das amortizações previstas das cotas, bem como, as rentabilidades pretendidas. Restar ressaltar, entretanto, o prazo incerto para recuperação dos recebíveis. Outro fator considerado positivo refere-se à remuneração devida aos agentes de cobrança, em caso de sucesso nas demandas judiciais, o que reforça o comprometimento com as atividades de cobrança e recuperação.

A nota atribuída encontra-se limitada pelos fatores de risco, ameaças e fragilidades do fundo (considerando a análise do seu regulamento e perfil da carteira), dentre os quais destacamos principalmente: (i) a operação não terá coobrigação das cedentes ou de qualquer outra parte envolvida, sendo que estas não assumem qualquer responsabilidade pelo pagamento dos créditos vencidos, bem como pela solvência dos devedores dos direitos creditórios; (ii) por se tratar de débito não reconhecido pela Eletrobrás, sendo objeto de discussão judicial, existe a

possibilidade do não recebimento, mesmo que parcial, destes; (iii) existe a possibilidade de o fundo adquirir direitos creditórios que não tenham suporte completo e adequado de documentos comprobatórios, situação esta que poderá dificultar o recebimento de tais direitos creditórios, impactando negativamente a performance do fundo; (iv) embora haja respaldo de um amplo trabalho de consultoria jurídica atestando a possibilidade de êxito nas demandas judiciais, o prazo para o efetivo recebimento é incerto; (v) caso haja recebimentos parciais dos direitos creditórios ou ainda parcelamentos destes, as cotas do fundo poderão sofrer impacto negativo; (vi) como o regime de pagamentos é o de caixa, caso ocorra a entrada de recursos em grande volume em um curto prazo, os cotistas do fundo poderão ter frustrado o prazo de aplicação e, por conseguinte, de ganho.

Outro fator em observação, para as cotas seniores do FIDC NP Ennerghy, refere-se ao percentual modesto de cotas subordinadas definido em seu regulamento (ao menos 30% do patrimônio líquido do fundo), em face ao perfil de risco dos ativos que comporão a carteira do Fundo, como: (vii) falta de parâmetros de acompanhamento da inadimplência/capacidade de recuperação da carteira a ser composta pelo Fundo, por estes não apresentarem definição para acompanhamento; (viii) falta de garantia do valor a ser recebido, bem como (ix) pela indefinição do prazo para recuperação do valor. O percentual de cotas subordinadas representa, neste caso, uma limitada margem de proteção para possíveis desvalorizações da categoria sênior, cumprindo destacar que estas se sobrepõem às subordinadas (mezanino e juniores), quanto à preferência para amortizações. Da mesma forma, o reduzido percentual de cotas subordinadas juniores, em 10% do PL, se constitui em um limitado fator de proteção para o resgate do valor principal das cotas subordinadas mezanino, bem como, para o cumprimento de seu objetivo de remuneração. Entretanto, a elevada taxa de desconto do direito creditório estipulada pelo regulamento, cujo preço de aquisição se limita a até 47,5% de seu valor incontroverso, aliado à subordinação de 30%, se materializa em um bom fator de proteção para as cotas seniores, assim como, em menor medida, para as cotas mezanino, uma vez que a subordinação atrelada a estas cotas é inferior, em 10%.

As cotas seniores e subordinadas mezanino têm meta de rentabilidade definida em seu regulamento, sem, contudo, representar promessa ou garantia de rentabilidade aos cotistas por parte do Administrador, do Custodiante, dos Agentes de Cobrança ou das Cedentes e seus controladores. O Fundo buscará valorização de IPCA-E mais 14%a.a. para as cotas seniores e IPCA-E mais 12% a.a., além de prêmio (atrelado à valorização dos ativos do fundo) para as cotas subordinadas mezanino.

O sucesso na recuperação dos Direitos Creditórios depende, essencialmente, de dois fatores: (i) decisão judicial a favor do autor da ação judicial e (ii) adimplemento do crédito pela Eletrobrás. Destaca-se que não há qualquer garantia de que a Eletrobrás não vá interpor ação rescisória depois do trânsito em julgado da ação, o que poderá afetar o prazo e/ou montante esperado para o recebimento do crédito adquirido pelo Fundo e, até mesmo, reverter a decisão final a seu favor. Caso aconteça, isso afeta o desempenho do Fundo, pois frustra a remuneração esperada ou a amortização integral das cotas, uma vez que não há coobrigação dos cedentes ou qualquer uma de suas afiliadas.

Da mesma forma, pesou-se na nota a observação dos seguintes fatores: (i) os Direitos Creditórios integrantes pertencentes ao Fundo são vulneráveis a flutuações de mercado e risco de crédito, de forma que mesmo com gerenciamento de risco rigoroso, o risco de perdas para o Fundo não é eliminado. (ii) O regulamento do Fundo prevê a autorização para aquisição continuada de Direitos Creditórios de um ou mais cedentes que se enquadrem no critério de elegibilidade, independente da autorização prévia dos cotistas.

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating acompanhará os riscos relativos ao FIDC NP Ennerghy, especialmente aqueles relativos ao andamento da sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin sobre o risco de pagamento das amortizações das cotas. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO

O FIDC NP Ennerghy é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído nos termos da Resolução 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional – CMN, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada pelas Instruções CVM 393/03, 435/06, 442/06, 446/06 e 458/07 (Instrução CVM 356/01) e da Instrução CVM 444, de 8 de dezembro de 2006 (Instrução CVM 444/06).

Tipo de Fundo:	Condomínio Fechado;
Prazo:	15 (quinze) anos;
Emissão Inicial:	Até 500 (quinhentas) cotas seniores e subordinadas;
Patrimônio Líquido Inicial:	Até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);
Número de Séries:	Série Única;
Relação Seniores / Subordinadas:	Pelo menos 30% (trinta por cento) de cotas subordinadas e no máximo 70% (setenta por cento) de cotas seniores;
Objetivos de Remuneração:	IPCA-E + 14% a.a. para as cotas seniores e IPCA-E + 12% a.a. além prêmio (atrelado à valorização dos ativos do fundo) para as cotas subordinadas mezanino;
Colocação de Cotas:	Pública;
Público-Alvo:	Investidores Qualificados;
Ativo Principal:	Direitos creditórios decorrentes de ações judiciais, originados de diferença entre os valores resgatados do empréstimo compulsório à Eletrobrás;
Estruturador:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;
Administrador:	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A;
Custodiante:	Deutsche Bank – Banco Alemão S/A;
Consultoria Jurídica:	Motta, Fernandes Rocha Advogados.

CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS E CONDIÇÕES DE CESSÃO

Somente poderão integrar a carteira do FIDC NP Ennerghy, os direitos creditórios de titularidade das cedentes, decorrentes de ações judiciais julgadas procedentes, no todo ou em parte, mesmo que não tenha ocorrido o trânsito em julgado de decisão irrecurável ou que ainda não tenha recebido qualquer decisão de mérito. Os montantes relativos aos créditos devem ser apurados com base em laudo ou demonstrativo preparado por empresa de avaliação financeira habilitada, apresentado pelo consultor de crédito à Administradora antes de sua cessão ao fundo, com cópia anexada ao relatório de ações judiciais. Os créditos devem ser validados pelo assessor legal por meio de parecer legal, segundo os termos do regulamento do fundo. Desta forma, as três principais etapas de análise consistem em: i) seleção e avaliação prévia do Consultor de Crédito; ii) cálculo do montante da ação pela Empresa de Avaliação Financeira Habilitada; e iii) validação do crédito mediante parecer elaborado pelo Assessor Legal. Cabe ao Custodiante verificar se os critérios de elegibilidade definidos pelo regulamento são atendidos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Depois de 90 (noventa) dias de atividade, o fundo deverá manter no mínimo 50% (cinquenta por cento) do seu patrimônio líquido aplicado em direitos creditórios.

A parcela do patrimônio líquido do fundo que não estiver aplicada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, nos seguintes ativos financeiros:

- a. Títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b. Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c. Operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados acima;
- d. Cotas de fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos descritos nos itens “a” e “b” acima.

O Consultor de Crédito indica os nomes dos possíveis cedentes, os quais serão analisados pelo Conselho Consultivo, que aprovará ou não a aquisição destes créditos. O regulamento estabelece que o patrimônio do fundo pode ser concentrado em um único direito creditório elegível ou em diversos direitos creditórios de um mesmo cedente. Caso se realize, contraria a premissa de pulverização como mecanismo de redução de risco, ficando o Fundo exposto ao risco particular deste Cedente ou da causa da qual o crédito é originário.

A cessão deverá ser formalizada por meio de instrumento público de cessão apresentada aos respectivos juízos, para que assim, a Eletrobrás seja intimada judicialmente do ato realizado e o Fundo faça parte do pólo ativo da relação judicial, na qualidade de autor da ação judicial (substituindo o cedente), de acordo com o consentimento da Eletrobrás, caso contrário, tornar-se-á assistente simples, conforme o disposto na legislação em vigor.

Cumprir destacar, que a cessão pode ser invalidada em caso de caracterização de: fraude a credores (insolvência do cedente); fraude à execução (cedente passivo de demanda judicial no momento da cessão); e fraude à execução fiscal (cedente passivo de débito fiscal junto a Fazenda Pública, quando da celebração da cessão de créditos). No caso de ocorrência de qualquer destes eventos, a Administradora e o Custodiante estão isentos de responsabilidade.

AMORTIZAÇÃO DAS COTAS

A amortização das cotas ocorrerá a partir de 01 de dezembro de 2010 (obedecendo a regime de caixa), em até três dias úteis depois do efetivo recebimento pelo Fundo de cada parcela, sendo que a amortização das Cotas Seniores, de acordo com a disponibilidade de recursos do Fundo para amortização das Cotas, será o equivalente a 90% dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, sendo o restante dos recursos destinado à amortização das cotas subordinadas mezanino. As Cotas Subordinadas Juniores somente serão amortizadas depois do pagamento integral e resgate das Cotas Seniores. O período de carência para amortização das cotas é de dois anos depois da respectiva data de emissão. Os valores recebidos até 01 de dezembro de 2010, independentemente de sua origem, poderão ser direcionados à aquisição de novos Direitos Creditórios, observando as instruções contidas no regulamento.

CRÉDITO DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO – ELETROBRÁS

A Eletrobrás, empresa de economia mista, foi criada em 1962, com a atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações para o suprimento de energia elétrica nacional. À época das privatizações, nos anos 1990, a Eletrobrás passou a atuar, também, na distribuição de energia elétrica, por meio de empresas federalizadas, porém não foi desestatizada. Como *holding*, controla empresas de geração e transmissão de energia elétrica, conforme a seguir: Chesf, Furnas, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e CGTEE.

Por determinação da lei nº 4.156/62, os consumidores industriais cujo consumo mensal superasse 2.000 kwh eram passíveis de empréstimos compulsórios destinados à expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, cobrados por meio das faturas emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica. A própria lei previa que o montante

referente à contribuição do consumidor industrial constituísse crédito a título de empréstimo compulsório, a partir de primeiro de janeiro do ano seguinte ao exercício em que ocorresse, resgatado no prazo de 20 (vinte) anos e acrescidos de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sendo que poderia ser convertido em participação acionária em ações preferenciais nominativas emitidas pela Eletrobrás.

Os direitos creditórios Eletrobrás, objeto do fundo, têm origem na divergência de cálculo do montante a ser devolvido, já que não observou as determinações da legislação, sendo que a requisição do crédito está fundamenta nos seguintes pontos: **(i)** A atualização monetária incorreu a partir de primeiro de janeiro do ano posterior ao recolhimento e não a partir da efetiva data do recolhimento compulsório; **(ii)** o cálculo considerou um índice próprio de correção (UP = Unidade Padrão) monetária, não considerando os índices oficiais, da mesma forma que não observou os expurgos dos planos econômicos do governo federal do período (Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor); **(iii)** nas conversões realizadas em 1988 e em 1990, a atualização de créditos se limitou até 31 de dezembro do ano anterior a conversão, com isto, parte dos créditos não foram atualizados, além de não haver pagamento de juros sobre a parcela de crédito não convertida; **(iv)** cálculo dos juros sobre um montante atualizado incorretamente; e **(v)** assim como a atualização monetária, os juros somente foram calculados até 31 de dezembro do ano anterior às conversões.

O Superior Tribunal de Justiça, em março de 2008, concluiu que as ações referentes às solicitações de crédito por diferenças de correção monetária e sua parcela de juros dos recolhimentos compulsórios, interpostas contra a Eletrobrás, estão sujeitas ao prazo prescricional de cinco anos contados a partir da ocorrência da lesão, ou seja, a data em que realizou os créditos.

De acordo com as demonstrações contábeis de 2007, nota 32, a Eletrobrás mantinha R\$ 1.328,2 milhões como provisão constituída para eventuais perdas em processos judiciais de mesma origem que os direitos creditórios que darão lastro ao Fundo. Destaca-se que este montante pode atingir R\$ 3.000 milhões. Atualmente, de acordo com os dados publicados no Balanço Contábil da Eletrobrás, existem 3.181 ações judiciais tramitando em diversas instâncias, cuja estimativa de solução definitiva está entre oito e dez anos, conforme avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

A escala de rating de crédito de longo prazo prevê a utilização dos diferenciadores + (mais) e – (menos) entre as categorias AA e B. Estes diferenciadores servem para identificar uma melhor ou pior posição dentro destas categorias de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

Regulamento

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

4º RTD-RJ - 768241
Emol 211 35/Distrib 10 75/Len 11/06 11 10
Multa/COTERJ 8 15/FETJ 44 42
Lei 4 664/05 11 10 / Tot Emol (R\$) 266 R\$
PARAM Vias 2/ Nome(s) 1/ Pág 73
Proc Esq. N/ Averb N/ Dlig



4º RTD-CAPITAL-RJ
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 20/10/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 768241

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, (“Administradora”), resolve:

1. Constituir um fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados, conforme faculta a Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM nº 356”), e da Instrução CVM nº 444, de 8 de dezembro de 2006, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de condomínio fechado, que terá a denominação de **“ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS”** (“Fundo”).

2. Apesar do Diretor responsável pela Administradora perante a Secretaria da Receita Federal, nos termos da regulamentação pertinente, é o **Sr. Mauro Sergio de Oliveira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº nº 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25 de maio de 1993, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 197.460.087-49, sendo que a Administradora resolve designar como diretor responsável, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada, a Administradora designa o **Sr. José Alexandre Costa de Freitas**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 78657, expedida pela OAB/RJ em 4 de abril de 1994, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.991.207-17, com domicílio profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, diretor estatutário da Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas.

3. Assumir as funções de administração e gestão do Fundo, na forma do regulamento neste ato aprovado (“Regulamento”).

4. Contratar (i) o **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 13º, 14º e 15º

andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, para a prestação dos serviços de custódia e controladoria de ativos e passivos do Fundo; e (ii) a **Companhia & Gestão de Negócios**, com sede à Rua Doutor Edmir Silveira D'avila, 40 – Seminário, Curitiba, Paraná, para prestar os serviços de análise e seleção de direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e (iii) a **Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.**, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09, para prestar serviços de classificação de risco das Quotas do Fundo, objeto de distribuição pública.

5. Deliberar sobre a primeira emissão de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo, a serem distribuídas publicamente, pelo valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão (“Oferta”).

6. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro de funcionamento do Fundo e da Oferta.

Esta deliberação, com o Regulamento e seus anexos, deverá ser registrada em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

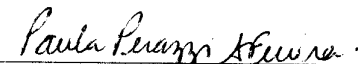
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas


Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2008

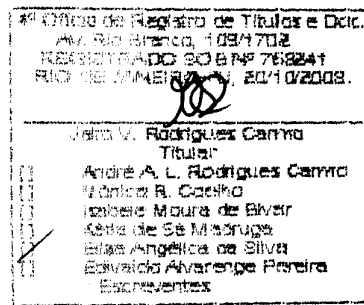
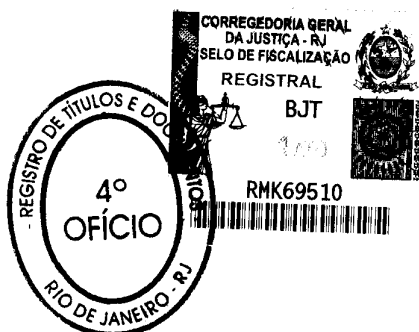

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Jose Alexandre Costa de Freitas
Diretor

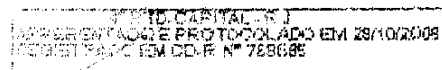
Testemunhas:

1. 
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 096.449.027-40**

2. 
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**
RG: **RG: 20.788.384-4**
CPF: **CPF: 116.871.997-60**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**



Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, (“Administradora”) do **ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído em 20 de outubro de 2008, cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 768241, perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”);

4ºRTD-RJ - 768685
Emol 213.17/Distrib 10.75/Let 111/06 11.19
Multa/ACOTERJ 8.15 / FETJ 44.78
Lei 4.684/05 11.19 / Tot Emol (R\$) 298.23
PARÂM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 74
Proc Estr. N / Averb S / Dig



CONSIDERANDO que:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Quotas do Fundo;
- (ii) a Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Quotistas do Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições do inciso II do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e alterações posteriores, nem as disposições do item 19.1 “b” do Regulamento;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro:


- No Capítulo Três, a alteração do item 3.1;
- No Capítulo Cinco, a alteração da alínea “a” do item 5.1 e das alíneas “a” e “c” do item 5.2;
- No Capítulo Seis, a alteração do subitem 6.3.1 do item 6.3, e a alteração dos itens 6.6 e 6.7;
- No Capítulo Oito, a alteração do item 8.9;

- No Capítulo Nove, a alteração do item 9.6;
- No Capítulo Quatorze, a alteração do item 14.2, bem como da alínea “a” do item 14.4;
- No Capítulo Quinze, a alteração dos itens 15.7 e 15.8;
- No Capítulo Dezesesseis, a alteração dos itens 16.3, a exclusão do item 16.4, e após a renumeração do item seguinte, sua alteração;
- No Capítulo Dezesete, a alteração do *caput* do item 17.1 e de seus subitens 17.1.1 e 17.1.2, bem como a alteração do item 17.3;
- No Capítulo Vinte e Um, a alteração do item 21.1; e
- No Capítulo Vinte e Dois, a alteração do item 22.3.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora

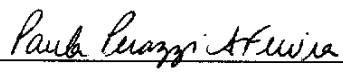
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas

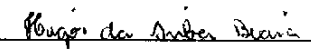
Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2008


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

HELEN DE OLIVEIRA THOMAS
 PROCURADORA

Testemunhas:

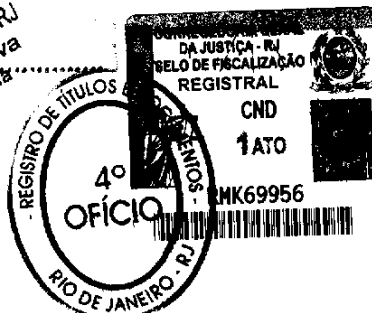
1. 
 Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
 RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
 CPF: **CPF: 095.449.027-40**


2. 
 Nome: **Higor da Silva Biana**
 RG: **RG: 20.474.310-8**
 CPF: **CPF: 112.027.807-41**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do
 Registro Nº 768.241 do Livro B-95
 O QUE CERTIFICO. RJ, 28 OUT. 2008


4º OFÍCIO REG. TÍT. DOCS-RJ
Elisa Angelica da Silva
 Escrevente Autorizada



4º OFÍCIO de Registro de Títulos e Doc. Av. Rio Branco, 103/102 REGISTRO Nº 808 Nº 768635 RIO DE JANEIRO-RJ, 28/10/2008.  Josenir V. Rodrigues Camilo Titular André A. L. Rodrigues Camilo Márcia R. Costa Juliana Moura de Brito André de Sá Medeiros Elisa Angelica da Silva Mariana Averagem Pereira Escreventes

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

4º RTD CAPITAL - RJ
APRESENTAÇÃO E PROTOCOLADO EM 28/12/2008
REGISTRADO EM CD-R Nº 772160

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, (“Administradora”) do **ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados constituído em 20 de outubro de 2008, cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 768241, e alterado através do Instrumento Particular de Primeira Alteração, registrado em 28 de outubro de 2008, sob o nº 768685, ambos perante o 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro (o “Regulamento”);

4ºRTD-RJ - 772160
Emol 214,99/Distrib: 10,75/Lei 111/06: 11,28
Mutua/ACOTERJ: 8,5 / FETJ: 45,15
Lei 4.664/05: 11,28 / Tot Emol (R\$) 301,60
PARÂM: Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 75
Proc Estr N / Averb S / Dilig



CONSIDERANDO que:

- (i) se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/SIN/Nº 16/2008, de 27 de novembro de 2008; e
- (ii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no parágrafo único do artigo 26 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

RESOLVE a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro:

- No Capítulo IV, a inclusão do item 4.13;
- No Capítulo V, a alteração das alíneas “a”, “e” e “f” do item 5.2;
- No Capítulo VI, a alteração do item 6.3;
- No Capítulo VIII, a alteração das alíneas “x”, “y”, “z”, bem como a inclusão da alínea “ee”, todas no item 8.10;

160

- No Capítulo XII, a alteração do item 12.1; a alteração das alíneas “g”, “n”, “o” e a inclusão das alíneas “p” e “q”, todas no item 12.2; e a inclusão da alínea “a” no item 12.3, com a conseqüente renumeração das alíneas seguintes;
- No Capítulo XIV, a alteração do item 14.2; a inclusão do item 14.7, com a conseqüente renumeração dos itens seguintes, a alteração do item 14.8, bem como a inclusão dos subitens 14.8.1 e 14.8.2;
- No Capítulo XVII, a alteração da redação do item 17.1 e do subitem 17.1.2;
- No Capítulo XIX, a alteração dos itens 19.6, 19.13 e 19.14;
- No Capítulo XXII, a inclusão da alínea “i” ao item 22.1;
- No Anexo I, a alteração dos itens 1, 25, 28, e a exclusão do item 29, com a conseqüente renumeração dos demais;
- No Anexo IV, a alteração da alínea “a” do item 2; e
- No Anexo V, o ajuste do nome do Diretor Designado referido no Preâmbulo, bem como da redação prevista na alínea “g” do item “II”.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora

Sendo assim, assina o presente Instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2008

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR**

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: RG: 11812920-4 IFF/RJ
CPF: CPF: 095.449.027-40

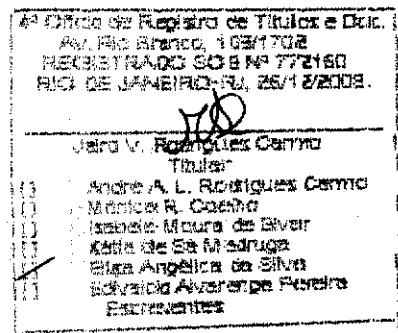
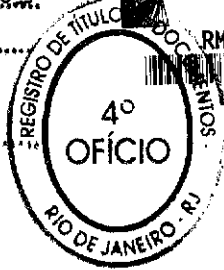
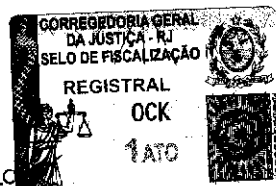
2. Paulo Henrique Amaral Sá
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**
RG: RG: 20.788.384-4
CPF: CPF: 116.871.997-60

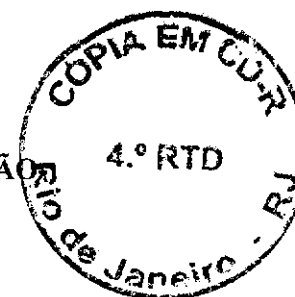
**REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO**

Averbado hoje na coluna de ANOTAÇÕES do

Registro Nº 76.862.5 do Livro B-99

O QUE CERTIFICO, RJ, 26 DEZ 2008





**REGULAMENTO DO
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

Índice

CAPÍTULO I – DO FUNDO.....	2
CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES	2
CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO.....	2
CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	3
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	5
CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO PREÇO DE AQUISIÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES	6
CAPÍTULO VII – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	8
CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO	8
CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA	17
CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA	19
CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE.....	20
CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO	23
CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS	31
CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS.....	35
CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS.....	36
CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	40
CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO.....	42
CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL	43
CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	46
CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO.....	47
CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....	47
CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	49
CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	50
CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	51
CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS.....	52
CAPÍTULO XXVII – DO CONSULTOR DE CRÉDITO E DO CONSELHO CONSULTIVO	54
CAPÍTULO XXVIII - DO FORO.....	55
CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS	55

**REGULAMENTO DO
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

CAPÍTULO I – DO FUNDO

- 1.1. O ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS (“Fundo”) é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, conforme estabelecido no Capítulo XXI, regido pela Resolução CMN nº 2.907, pela Instrução CVM nº 356, pela Instrução CVM nº 444 e pelo presente Regulamento.
- 1.2. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotista, (i) investidores qualificados, assim definidos na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).
- 1.3. O presente Regulamento e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Administradora em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado em sua sede.

CAPÍTULO II – DAS DEFINIÇÕES

- 2.1. Para o efeito do disposto no presente Regulamento, os termos e as expressões a seguir definidos, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural, terão os significados atribuídos no ‘Anexo I’ deste Regulamento, quando iniciados em letras maiúsculas.

CAPÍTULO III – DA NATUREZA DO FUNDO

- 3.1. O Fundo é uma comunhão de recursos destinados à aquisição continuada, até 30 de novembro de 2010, de Direitos Creditórios Elegíveis de acordo com a política de investimento descrita no Capítulo IV abaixo. Os Direitos Creditórios Elegíveis serão

adquiridos pelo Fundo de acordo com os critérios de composição de carteira estabelecidos na legislação e na regulamentação vigente, assim como neste Regulamento.

- 3.2. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e suas Quotas somente podem ser resgatadas após o fim do Prazo de Duração, conforme estabelecido no Capítulo XXI deste Regulamento, ressalvados os casos de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação, conforme previstos no Capítulo XXII, e as amortizações de Quotas previstas neste Regulamento.

CAPÍTULO IV – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

- 4.1. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus Quotistas a valorização de suas Quotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.
- 4.2. O Fundo poderá alocar até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de um mesmo Cedente.
- 4.3. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão, sempre sem direito de regresso contra ou coobrigação do respectivo Cedente.
- 4.4. Observada a responsabilidade do Custodiante quanto a verificação ao enquadramento dos Direitos Creditórios aos Critérios de Elegibilidade, nos termos do item (5.1) do Capítulo V, a Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito e/ou qualquer de suas Afiliadas não respondem (i) pela solvência da Eletrobrás, (ii) pelo pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou por sua existência, liquidez e correta formalização, nos termos descritos nos respectivos Instrumentos de Cessão; ou (iii) pelo êxito total ou parcial nas Ações Judiciais sob as quais se originam os Direitos Creditórios.
- 4.4.1. O Custodiante e a Administradora, no momento de aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, não se encontram obrigados a verificar o atendimento às Condições de Cessão descritas no item (5.2) abaixo, sendo o Consultor de Crédito o único responsável por tal verificação. As Condições de Cessão não se confundem com os Critérios de Elegibilidade,

os quais, nos termos do artigo 38, II, da Instrução CVM 356 e deste Regulamento, deverão ser verificados pelo Custodiante.

- 4.5. Observado o disposto no artigo 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do artigo 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar no mínimo 50% (cinquenta por cento) e no máximo 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis ("Alocação Mínima de Investimento").
- 4.6. Observados os limites de concentração definidos neste Capítulo e respeitada a Reserva de Caixa e a Alocação Mínima de Investimento estabelecida no item (4.5) acima, o Fundo poderá manter ou aplicar a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido não investido em Direitos Creditórios Elegíveis, em qualquer das seguintes modalidades de investimento:
- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen;
 - b) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados na alínea acima; ou
 - c) quotas de fundos de investimentos administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas "a" e "b" acima.
- 4.7. É vedado ao Fundo realizar operações em mercados derivativos.
- 4.8. Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio.
- 4.9. Os percentuais de composição e diversificação da carteira do Fundo indicados neste Capítulo serão observados diariamente, com base no Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior.
- 4.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, não poderá adquirir Direitos Creditórios e/ou contratar quaisquer operações para a composição da carteira do Fundo em que figurem como contraparte a própria Administradora ou qualquer de suas Afiliadas.
- 4.10.1. O Fundo, por intermédio da Administradora, poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade dos Cedentes, do Consultor de Crédito e de suas Afiliadas ou de qualquer terceiro que seja aprovado previamente pelo Consultor de Crédito.

- 4.11. Os Outros Ativos devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, na CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento. Os Documentos Comprobatórios deverão ser custodiados juntamente ao Consultor de Crédito, nos termos da legislação aplicável.
- 4.12. As aplicações no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Custodiante, do Consultor de Crédito, dos Cedentes, de qualquer de suas Afiliadas, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC.
- 4.13. O Fundo poderá realizar aplicações que coloquem em risco, seu Patrimônio Líquido. O valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo poderá ser negativamente afetado, gerando perdas para os Quotistas, na hipótese de ocorrência dos fatores de risco descritos no Capítulo XII.

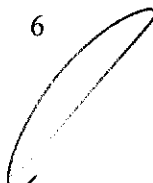
CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

- 5.1. O Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente aos seguintes critérios de elegibilidades (“Critérios de Elegibilidade”):
- a) a data estimada para o último pagamento da Ação(ões) Judicial(is) não deverá ser posterior ao Prazo de Duração do Fundo; e
 - b) tenham sido prévia e formalmente selecionados e avaliados, por escrito, pelo Consultor de Crédito.
- 5.2. Sem prejuízo da necessidade de verificação pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade, o Fundo somente poderá adquirir Direitos Creditórios que atendam cumulativamente as seguintes condições, verificadas previamente a cada cessão pelo Consultor de Crédito (“Condições da Cessão”):
- a) as Ações Judiciais sob as quais se originam os Direitos Creditórios refiram-se a créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e seus valores sejam calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76;

- b) não exista sentença, “acórdão” ou qualquer decisão na Ação Judicial que impeça ou limite a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, bem como o pleno exercício dos direitos pelo Fundo, enquanto cessionário dos Direitos Creditórios;
- c) a Ação Judicial (i) tenha sido julgada, no todo ou em parte, procedente, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado de decisão irrecurável; ou ainda (ii) não tenha recebido qualquer decisão de mérito;
- d) tenham seu valor apurado com base em laudo ou demonstrativo preparado pela Empresa de Avaliação Financeira Habilitada, e apresentado pelo Consultor de Crédito à Administradora previamente a cada cessão ao Fundo, cuja cópia deverá estar em anexo ao Relatório de Ações Judiciais;
- e) sejam decorrentes de Ação(ões) Judicial(is) intentada(s) em qualquer comarca no País, cujas informações básicas tenham sido fornecidas ao Custodiante e à Administradora, pelo respectivo Cedente, nos moldes do Relatório de Ações Judiciais, cuja minuta integra o presente como ‘Anexo II’; e
- f) tenham sido validados pelo Assessor Legal, mediante parecer legal específico emitido seguindo os termos da minuta constante do ‘Anexo III’ ao Regulamento.


CAPÍTULO VI – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS, DO PREÇO DE AQUISIÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA COBRANÇA DE VALORES

- 6.1. O Cedente que pretenda ceder Direitos Creditórios ao Fundo deverá encaminhar ao Consultor de Crédito, com cópia à Administradora, uma Proposta de Cessão, que conterá uma via dos seguintes documentos:
- a) Relatório de Ações Judiciais preparado substancialmente na forma do ‘Anexo II’, evidenciando todas as características dos Direitos Creditórios ofertados, bem como o respectivo demonstrativo preparado por Empresa de Avaliação Financeira Habilitada; e
 - b) Parecer legal específico emitido pelo Assessor Legal, preparado substancialmente na forma do ‘Anexo III’.
- 6.2. Após o recebimento de cada Proposta de Cessão, a Administradora deverá convocar, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contado de seu recebimento, reunião do Conselho



Consultivo para que seja deliberada a aprovação ou não dos nomes dos possíveis Cedentes indicados pelo Consultor de Crédito, dos Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo e do respectivo Preço de Aquisição.

- 6.3. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a qual deverá ser realizada à taxa de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, e cujo Preço de Aquisição fixado pelo Consultor de Crédito, mas aprovado pelo Conselho Consultivo, deverá seguir estritamente as regras instituídas neste Regulamento e ser formalizada por meio de Instrumento de Cessão, o qual deverá, necessariamente, ser lavrado por instrumento público, devidamente apresentado aos respectivos Juízos.
- 6.3.1 Em qualquer hipótese, o Preço de Aquisição será sempre igual ou inferior a 47,5% (quarenta e sete inteiros e cinco décimos por cento) do Valor Incontroverso do Direito Creditório ("Preço de Aquisição Máximo"), que será calculado considerando que cada UP terá o valor unitário máximo de R\$35,63 (trinta e cinco reais e sessenta e três centavos) atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, acrescido de juros de 6% a.a (seis por cento) ao ano, a partir da Data de Emissão das Quotas Seniores.
- 6.4. O Preço de Aquisição poderá ser pago pelo Fundo ao Cedente, em moeda corrente nacional, e/ou por meio da subscrição e integralização, pelo respectivo Cedente, de Quotas Subordinadas Júnior de emissão do Fundo, sempre observado o disposto no respectivo Instrumento de Cessão e neste Regulamento.
- 6.5. Todos os pagamentos, em moeda corrente nacional, efetuados pelo Fundo em razão da aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, deverão ser realizados, conforme o caso, por meio de crédito na conta corrente de titularidade do respectivo Cedente, indicada no respectivo Instrumento de Cessão, valendo o comprovante de crédito/depósito ou de liquidação da ordem de pagamento como prova de pagamento e recibo de quitação.
- 6.5.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento e no respectivo Instrumento de Cessão, desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade, e computada, *pro forma* a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda à Reserva de Caixa.
- 6.6. A cessão será, conforme o caso, comunicada ao juízo competente em que tramita a Ação Judicial, com a juntada do respectivo Instrumento de Cessão para que a Eletrobrás seja intimada judicialmente do ato realizado e o Fundo seja incluído no pólo ativo da relação



judicial, como autor da Ação Judicial, em substituição ao respectivo Cedente, se assim consentido pela Eletrobrás, ou como assistente simples, nos termos do art. 42 do Código de Processo Civil.

- 6.7. O Assessor Legal atuará, por conta e ordem do Fundo, no procedimento relacionado no item (6.6) acima, bem como no acompanhamento das Ações Judiciais cujos respectivos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo.

CAPÍTULO VII – DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

- 7.1. Observado o disposto no respectivo Instrumento de Cessão, o Fundo poderá adquirir do(s) Cedente(s), Direitos Creditórios Elegíveis, total ou parcialmente.
- 7.2. O Fundo não poderá adquirir outros direitos creditórios que não Direitos Creditórios Elegíveis.

CAPÍTULO VIII – DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

- 8.1. O Fundo é administrado e gerido pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), que será responsável pelas atividades de administração da carteira, nos termos dos artigos 33 e seguintes da Instrução CVM nº 356.
- 8.2. Para a plena consecução dos objetivos do Fundo, a Administradora tem a obrigação de aplicar em sua administração os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício do Fundo, observados os direitos, garantias e prerrogativas especiais dos Quotistas, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 8.3. A Administradora, observadas as limitações estabelecidas neste Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares pertinentes, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos que integrem a sua carteira.

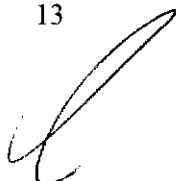
- 8.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da legislação aplicável, o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral e/ou pelo Conselho Consultivo, conforme o caso e os objetivos, direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, a Administradora, pode:
- a) alienar ou, sob qualquer forma, dispor dos Direitos Creditórios Adquiridos, celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, observado que as negociações deverão ser realizadas a taxa de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356;
 - b) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo; e (ii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVI;
 - c) tomar, independentemente de qualquer procedimento adicional, todas as medidas acautelatórias, judiciais ou extrajudiciais, necessárias à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo e de seus Quotistas, observado o disposto no Capítulo XXVI e/ou distratar, rescindir ou efetuar modificações que não afetem adversa e substancialmente os direitos, as garantias e as prerrogativas assegurados aos Quotistas;
 - d) constituir procuradores desde que com prazo determinado de vigência do mandato, com exceção das procurações com poderes da cláusula *ad judicium* e daquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia, que poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica; e
 - e) praticar todos os atos necessários à administração e gestão do Fundo, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.
- 8.5. A Administradora deverá calcular e divulgar em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Reserva de Caixa, da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento.

- 8.6. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral, a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas, evidenciando que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, com os limites de composição e de diversificação previstos neste Regulamento e na regulamentação vigente e que as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado.
- 8.7. A Administradora declara que não se encontra em conflito de interesses com o Custodiante, com o Consultor de Crédito e quaisquer de suas Afiliadas, no exercício de suas funções, bem como manifesta sua independência nas atividades descritas neste Regulamento e na eventual cessão de Direitos Creditórios ao Fundo.
- 8.8. Sem prejuízo de suas demais atribuições, a Administradora deverá implementar todos os procedimentos necessários ao levantamento e o seu efetivo recebimento, pelo Fundo, dos valores decorrentes do pagamento, pela Eletrobrás, dos Direitos Creditórios Adquiridos, conforme descrito no Capítulo VI.
- 8.9. Para consecução do disposto no item (8.8) acima, o Fundo contratará, às suas expensas, por meio do Contrato de Serviços Advocatícios, o Assessor Legal, que será responsável pelo acompanhamento das Ações Judiciais, bem como pelo envio, ao Consultor de Crédito, à Administradora e ao Custodiante, de relatório jurídico mensal contendo as informações e andamentos das referidas Ações Judiciais.
- 8.10. Sem prejuízo de seus outros deveres e responsabilidades, incluem-se entre as obrigações da Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes:
- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:
 - i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
 - ii) exemplar do Regulamento; e
 - iii) exemplar do Prospecto, o qual deverá ser devidamente atualizado quando da realização de qualquer Distribuição;
 - b) manter atualizados e em perfeita ordem, enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos, o que ocorrer por último:

- i) o registro dos Quotistas;
 - ii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - iii) o livro de presença de Quotistas;
 - iv) a documentação relativa às operações do Fundo, incluindo seus respectivos registros contábeis;
 - v) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
 - vi) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (8.6) deste Capítulo;
- c) informar os Quotistas de alteração do Periódico utilizado pelo Fundo para a prestação de informações nos termos do item (25.3) do Capítulo XXV e da Taxa de Administração;
- d) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- e) colocar à disposição, em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pela Agência de Classificação de Risco;
- f) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas objeto de distribuição pública pela Agência de Classificação de Risco;
- g) alocar os recursos de titularidade do Fundo, não aplicados em Direitos Creditórios, em Outros Ativos, observada a política de investimento do Fundo prevista neste Regulamento;
- h) observar a política de investimento do Fundo definida neste Regulamento;

- i) proceder à escrituração e ao registro de todos os fatos contábeis do Fundo, de forma que o mesmo possa manter sua contabilidade atualizada e em perfeita ordem, observados os termos e as condições deste Regulamento, das regras do COSIF e da legislação em vigor;
- j) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- k) submeter os demonstrativos referidos no item (8.6) deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria, quando da auditoria anual;
- l) providenciar anualmente, às expensas do Fundo, auditoria das demonstrações financeiras do Fundo pela Empresa de Auditoria;
- m) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
- n) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- o) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- p) disponibilizar, mensalmente, aos Quotistas, em seu *website*, as seguintes informações (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista, (ii) o valor atualizado de suas Quotas, (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão e (iv) o valor do Patrimônio Líquido;

- q) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- r) proceder à determinação e tornar disponível, em base diária, o valor do Patrimônio Líquido e do valor líquido das Quotas, incluindo as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, observados os termos e condições deste Regulamento, das regras do COSIF e da legislação em vigor;
- s) disponibilizar à CVM os demonstrativos referidos no item (8.6) deste Capítulo, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado do término do trimestre respectivo;
- t) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação eventualmente realizada entre o Fundo e a Administradora ou o Custodiante;
- u) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- v) informar ao Custodiante, por meio eletrônico, o Preço de Aquisição de cada Direito Creditório, observado o disposto neste Regulamento e no respectivo Instrumento de Cessão;
- w) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Agência de Classificação de Risco, da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos de Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- x) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos nos itens (14.7) e (14.8) do Capítulo XIV;
- y) monitorar, diretamente ou por meio de seus Agentes, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Custodiante e Agente Escriturador, nos termos do Contrato de Custódia.



- z) processar a subscrição, integralização e amortização de Quotas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma, que considerado, *pro-forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto nos itens (14.7) e (14.8) do Capítulo XIV;
- aa) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo de 5 (cinco) anos, as atas das reuniões do Conselho Consultivo;
- bb) encaminhar à CVM, em cada Data de Aquisição, parecer do Assessor Legal acerca da validade da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo.
- cc) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
 - i) substituição da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;
 - ii) ocorrência de qualquer evento que possa alterar o nível de segurança e confiabilidade dos controles e mecanismos de acompanhamento dos procedimentos e das rotinas do Programa de Securitização, nos termos dos Documentos da Securitização;
 - iii) fatos e informações relevantes relativos ao Fundo, aos Cedentes, a eventuais coobrigados ou ao Custodiante, enquanto o Programa de Securitização estiver sob avaliação da Agência de Classificação de Risco;
 - iv) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação; e
 - v) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- dd) entregar e/ou manter à disposição da Agência de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Custodiante e pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização; e
- ee) nos termos do item (25.2) do Capítulo XXV, comunicar os Quotistas sobre eventual rebaixamento da classificação de risco das Quotas Seniores no prazo máximo de até 2 (dois) Dias Úteis contado da ciência de tal fato.

8.11. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora:

- a) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo;
- b) efetuar aportes de recursos no Fundo, direta ou indiretamente, a qualquer título;
- c) realizar qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, direta ou indiretamente, salvo se expressamente autorizada nos termos deste Regulamento e dos demais Documentos da Securitização;
- d) votar, diretamente ou por meio de seus Agentes, em Assembléia Geral;
- e) obter ou conceder qualquer empréstimo, financiamento ou adiantamento de recursos a qualquer Pessoa;
- f) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma;
- g) realizar operações ou negociar com ativos financeiros ou modalidades operacionais não admitidas pela legislação aplicável aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ou por este Regulamento;
- h) adquirir Quotas;
- i) emitir quaisquer classes ou séries de Quotas não expressamente autorizadas neste Regulamento ou vender Quotas à prestação;
- j) aplicar recursos direta ou indiretamente no exterior;
- k) pagar ou ressarcir-se de multas impostas à Administradora em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e na legislação aplicável;
- l) prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

- m) fazer em sua propaganda ou em outros documentos que vierem a ser apresentados aos investidores promessas de retiradas ou de rendimentos com base no desempenho do Fundo, no desempenho alheio ou de ativos financeiros ou modalidades de investimentos disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- n) criar qualquer ônus ou gravame, seja de que tipo ou natureza for, sobre quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte; e
- o) locar ou emprestar, seja a que título for, quaisquer dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo qualquer direito ou prerrogativa a estes relacionados, no todo ou em parte.

8.11.1. As vedações contidas no item (8.11) acima abrangem as Afiliadas da Administradora, bem como aos ativos integrantes das respectivas carteiras e de emissão ou coobrigação dessas.

8.12. Salvo se expressamente autorizado por este Regulamento ou por decisão de Assembléia Geral, é igualmente vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços;
- b) distratar, rescindir ou modificar por sua iniciativa quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
- c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento e no Contrato de Custódia, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização.



CAPÍTULO IX – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORA

- 9.1. Será devida à Administradora, a título de honorários pelo desempenho de suas atribuições definidas neste Regulamento, uma remuneração mensal equivalente ao maior valor entre (i) o valor correspondente à 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido até o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) até o montante de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), acrescido do valor equivalente a 0,13% (treze centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) até o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e acrescido do valor equivalente a 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido que exceder a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), pagáveis mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido apurado no último Dia Útil de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido no último Dia Útil do mês da 1ª (primeira) Data de Emissão e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes (“Taxa de Administração”). A Taxa de Administração prevista neste item terá o mínimo mensal de acordo com a tabela a seguir:

PERÍODO (contados da data da 1ª Integralização de Cotas do Fundo)	VALOR MÍNIMO MENSAL
6 primeiros meses	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
7º ao 48º mês	R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)
49º ao 60º mês	R\$ 12.000,00 (doze mil reais)
61º ao 84º mês	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
A partir do 85º mês	R\$ 9.000,00 (nove mil reais)

- 9.1.1. Excepcionalmente, enquanto o Fundo tiver somente Quotas Subordinadas em circulação a Taxa de Administração devida será equivalente ao percentual de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, pagável mensalmente à razão de 1/12 (um doze avos), incidente sobre o Patrimônio Líquido apurado no último dia útil de cada mês, com um mínimo mensal de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).
- 9.1.2. A Administradora deverá informar ao Custodiante, quando ocorrer a alteração do valor mínimo mensal previsto na tabela acima.

- 9.2. O valor mínimo da Taxa de Administração definido nos itens (9.1) e (9.1.1) acima e a parcela mensal prevista no inciso “ii” do item (9.3) abaixo, serão atualizados pela Administradora e informados ao Custodiante a cada período de 12 (doze) meses, contado a partir de 1º de janeiro de 2008, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.3. A Taxa de Administração será, ainda, acrescida dos seguintes valores: (i) dos tributos incidentes sobre as remunerações descritas acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir), nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento; e (ii) de parcela mensal equivalente a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser destinada ao Consultor de Crédito, a título de prestação dos serviços previstos neste Regulamento e no Contrato de Consultoria.
- 9.4. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 9.5. A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo, observado que não integram a Taxa de Administração as despesas com custódia de ativos do Fundo e demais encargos do Fundo, conforme previsto no item (24.1) do Capítulo XXIV.
- 9.6. O valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Administradora, após serem deduzidos os valores devidos aos demais terceiros contratados, será pago, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356, diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20, na qualidade de prestadora de serviços para a Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, os serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Administradora; e (ii) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Quotistas todas as informações pertinentes ao Fundo. O

valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração paga à Administradora.

CAPÍTULO X – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA

- 10.1. Os Quotistas, titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas poderão solicitar a substituição da Administradora. Para tanto, os respectivos Quotistas deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação e a indicação do nome, a qualificação, experiência e remuneração de, no mínimo, 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos da Securitização. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos titulares das Quotas Seniores não poderá ser superior em 20% (vinte por cento) ao valor da Taxa de Administração.
- 10.2. Caso a substituição da Administradora seja aprovada pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas em Circulação, os Quotistas deverão escolher uma das instituições indicadas nos termos do item (10.1) acima para exercer as funções da Administradora.
- 10.3. Caso os Quotistas, nos termos do item (10.2) acima, rejeitem as indicações propostas de acordo com o item (10.1) acima, não havendo definição acerca da nova instituição administradora, ocorrerá um Evento de Avaliação, nos termos do Capítulo XXII.
- 10.4. Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembléia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora do Fundo, nos termos do item (10.2) acima, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que solicitaram a substituição da Administradora, nos termos do item (10.1) acima.
- 10.5. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada aos Quotistas, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas forem comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Avaliação, a Administradora não poderá renunciar às suas

funções, até a conclusão dos procedimentos estabelecidos pelos Quotistas, nos termos do Capítulo XXII.

- 10.5.1. Sem prejuízo do disposto no item (10.5) acima, a Administradora poderá renunciar a suas funções, independentemente de qualquer outro procedimento adicional, caso os Quotistas não aprovem a emissão e integralização da Série Específica, nos termos do Capítulo XXVI.
- 10.6. Na hipótese de substituição ou renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora, nos termos deste Capítulo, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que nova instituição venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas, no curso da Assembléia Geral convocada nos termos dos itens (10.1) e (10.5) deste Capítulo.
- 10.7. A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da Assembléia Geral, realizada nos termos deste Capítulo, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a administração do Fundo ou que quaisquer das Pessoas anteriormente referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as informações estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 10.8. Caso a nova instituição administradora nomeada nos termos deste Capítulo não substitua a Administradora dentro do prazo estabelecido no item (10.6), tal hipótese também será considerada um Evento de Avaliação.

CAPÍTULO XI – DO CUSTODIANTE

- 11.1. As atividades de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo serão exercidas pelo Custodiante, instituição regularmente autorizada a operar pelo Bacen, assim como credenciada pela CVM para o exercício do serviço de custódia, que será responsável pelas atividades descritas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356, de acordo com os termos do Contrato de Custódia.

11.2. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356, na Instrução CVM nº 444 e no Contrato de Custódia, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:

- a) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo;
- b) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- c) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos nos Documentos da Securitização que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- d) movimentar as contas correntes de titularidade do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os termos e condições dos Documentos da Securitização;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos a seguir relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, observado o disposto no item (11.2.1) abaixo:
 - i) extratos das contas correntes de titularidade do Fundo;
 - ii) cópias autenticadas dos Instrumentos de Cessão formalizando a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis de cada Cedente para o Fundo e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos sob sua responsabilidade, definidos nos Documentos da Securitização; e
 - iii) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos no subitem “e” acima;
- g) acolher, em contas correntes de titularidade do Fundo, os valores relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos pagos pela Eletrobrás, na forma descrita no Capítulo VI;
- h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as quantias recebidas deverão ser creditadas única e exclusivamente em conta(s) corrente(s) de titularidade do Fundo;

- i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, pelo Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento e no respectivo Instrumento de Cessão;
- j) colocar à disposição da Administradora, diariamente, relatórios para apuração da Relação Mínima, da Reserva de Caixa e da Alocação Mínima de Investimento; e
- k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que o mesmo possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais.

11.2.1. Sem prejuízo de sua responsabilidade, o Custodiante aceita a contratação do Consultor de Crédito para efetuar a custódia dos Documentos Comprobatórios, lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos.

11.3. No exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem da Administradora, a:

- a) abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas correntes, as contas de depósito específicas abertas diretamente em nome do Fundo (i) no SELIC; (ii) na CETIP; ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
- b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos, sempre observadas as instruções passadas pela Administradora;
- c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional, desde que existam recursos disponíveis e suficientes para tanto; e
- d) somente acatar ordens de pessoa(s) autorizada(s) da Administradora, observadas as competências definidas neste Regulamento.

11.4. O Custodiante deverá, diretamente ou por meio de terceiros contratados sob sua responsabilidade, verificar, trimestralmente, ou na periodicidade mínima exigida pela regulamentação pertinente, todos os documentos que evidenciem o lastro de todos os

Direitos Creditórios Adquiridos, ou seja, os Documentos Comprobatórios, sendo vedada tal verificação por amostragem.

- 11.5. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo X, relativos à substituição da Administradora.
- 11.6. O Custodiante poderá renunciar, a qualquer tempo, às funções a ele atribuídas nos termos deste Regulamento, do Contrato de Custódia e dos demais Documentos da Securitização. Nesse caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação por escrito, informando-a de sua renúncia. O prazo de 90 (noventa) dias anteriormente referido poderá ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante solicitação da Administradora, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e as obrigações do Custodiante.

CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

- 12.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito das contrapartes que poderão gerar perdas até o montante das operações contratadas e não liquidadas. Mesmo que a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas Afiliadas serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios Adquiridos e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, entre outros eventos. A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será realizada nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão, sempre sem direito de regresso contra ou coobrigação do respectivo Cedente. Não há não qualquer tipo de reforço ou outras garantias que garantam a pontual liquidez dos bens e ativos integrantes da carteira do Fundo.

12.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Da Liquidez das Quotas.** Em razão (i) da não existência de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo; e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem, não conseguir ou ter dificuldade em alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejados, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos aos Quotistas.
- b) **Riscos de liquidez dos Direitos Creditórios e inexistência de mercado secundário.** O investimento do Fundo em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades com relação aos investimentos realizados pela maioria dos fundos de investimento brasileiros, não existindo mercado secundário organizado para a negociação de tais Direitos Creditórios. Caso o Fundo pretenda alienar os Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, ou caso os Quotistas recebam tais Direitos Creditórios em pagamento pelo resgate de suas Quotas, (i) poderá não haver mercado comprador para os Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) o preço de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá ser inferior ao valor patrimonial dos referidos Direitos Creditórios; e/ou (iii) a Administradora, por conta e ordem do Fundo, ou os Quotistas poderão ter dificuldade para, ou não conseguir, receber os valores devidos em caso de inadimplemento. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que o Fundo conseguirá liquidar posições ou negociar os Direitos Creditórios integrantes de sua carteira pelo preço e no momento desejado e, desta forma, uma eventual alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos poderá causar prejuízos ao Fundo e seus Quotistas.
- c) **Resgate por meio de dação em pagamento dos ativos integrantes de sua carteira.** No caso de ocorrência da hipótese prevista no Capítulo XXIII, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos. Neste caso, além de estarem sujeitos ao risco de liquidez dos Direitos Creditórios Adquiridos e ao risco de inexistência de mercado secundário, conforme descrição contida na alínea “b” acima, aos Quotistas poderão incorrer custos de custódia dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Documentos Comprobatórios, inclusive custos com advogados para o acompanhamento das ações judiciais que originaram os respectivos Direitos Creditórios e despesas processuais.

- d) **Aquisição continuada de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.** Durante seu prazo de vigência e observados os termos e condições deste Regulamento e do respectivo Instrumento de Cessão, o Fundo poderá adquirir, em caráter continuado, Direitos Creditórios de titularidade de um ou mais Cedentes que atendam aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão, independentemente de autorização ou manifestação prévia dos Quotistas. A ocorrência de qualquer evento, judicial ou extrajudicial, com relação a qualquer dos Direitos Creditórios Adquiridos (i.e., não pagamento pela Eletrobrás) que venha a prejudicar o seu regular recebimento poderá causar prejuízos ao Fundo.
- e) **Risco da titularidade indireta.** A titularidade das Quotas não confere aos Quotistas o domínio direto sobre os Direitos Creditórios Adquiridos ou Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou sobre fração ideal específica desses ativos, sendo exercidos os direitos dos Quotistas sobre todos os ativos integrantes da carteira do Fundo de modo não individualizado, por intermédio da Administradora.
- f) **Riscos relativos à impossibilidade de realização de operações em mercados derivativos.** Devido à impossibilidade de realização, pela Administradora, de operações em mercados derivativos, conforme disposto no item (4.7) deste Regulamento, os Quotistas poderão sofrer perdas decorrentes de descasamentos entre os valores de atualização dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos e o valor das Quotas.
- g) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de Quotas emitidas pelo Fundo. Sem prejuízo do acima disposto, cabe ressaltar que não há qualquer tipo de preferência na hipótese de liquidação antecipada do Fundo entre as Quotas Seniores e as Quotas Seniores da Série Específica. Conforme disposto no item (20.1) do Capítulo XX, as Quotas Seniores e as Quotas Seniores da Série Específica, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, gozam de preferência vis-à-vis às Quotas Subordinadas Mezanino e às Quotas Subordinadas Júnior. As Quotas Subordinadas Mezanino, na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, gozam de prioridade vis-à-vis às Quotas Subordinadas Júnior.
- h) **Fatores macroeconômicos relevantes.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou de situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a



ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, a capacidade de pagamento e o equilíbrio econômico e financeiro da Eletrobrás e dos devedores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas ou políticas, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, poderão afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.

- i) **Riscos associados aos Outros Ativos.** Os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações de preços, cotações de mercado e a outros riscos, tais como riscos de crédito, de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas.
- j) **Pagamento dos encargos do Fundo.** Os recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, observado o disposto no Capítulo XX, deverão ser inicialmente alocados no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo antes de serem utilizados no pagamento das amortizações ou do resgate das Quotas, nos termos deste Regulamento. Os recursos necessários ao pagamento das despesas e encargos do Fundo decorrerão precipuamente da Reserva de Caixa. O pagamento dos valores devidos aos Quotistas poderá ser prejudicado caso, no futuro, o Fundo fique sujeito, por qualquer motivo, inclusive em razão de mudanças legislativas e regulatórias, ao pagamento de encargos adicionais ou mais elevados, incluindo aqueles de natureza fiscal. A Administradora, o Custodiante, os Cedentes e o Consultor de Crédito e suas respectivas Afiliadas não poderão, em hipótese alguma, ser responsabilizados caso o aumento dos custos e encargos do Fundo venham a prejudicar o recebimento, pelos Quotistas, do valor esperado de seu investimento, bem como não são responsáveis pelo aporte de recursos no Fundo de forma que este possa efetuar o pagamento dos valores devidos.
- k) **Possibilidade de novos aportes de recursos.** Caso o Patrimônio Líquido torne-se negativo, deverá ser convocada Assembléia Geral para aprovar a realização de aporte de recursos adicionais ao Fundo, por meio da integralização da Série Específica, a ser realizada por todos os Quotistas, nos termos do item (26.1) do Capítulo XXVI.
- l) **Inexistência de garantia de rentabilidade.** O Prêmio de Risco, o parâmetro de rentabilidade adotado pelo Fundo para as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino, é apenas uma meta a ser perseguida pelo Fundo e não representa e não será

considerada, em qualquer caso e sob quaisquer circunstâncias, como promessa ou dever, legal ou contratual, da Administradora, do Custodiante, dos Cedentes, do Consultor de Crédito ou qualquer de suas Afiliadas e/ou do FGC de garantir tal retorno aos Quotistas. Caso o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo os Direitos Creditórios Adquiridos, não seja suficiente para a valorização das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, com base no Prêmio de Risco, a rentabilidade destas Quotas será inferior ao valor das Quotas atualizado a partir da respectiva 1ª Data de Emissão pela variação acumulada do IPC-A acrescido do Prêmio de Risco, conforme previsto no Capítulo XVI.

- m) **Riscos referentes às Quotas Subordinadas Mezanino.** As Quotas Subordinadas Mezanino subordinam-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas. A partir de sua 1ª Data de Emissão, cada Quota Subordinada terá seu valor unitário calculado na abertura de todo Dia Útil, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo este calculado nos termos do item (16.1) do Capítulo XVI. Caso o valor do Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores seja menor ou igual a zero (0) nas Datas de Amortização de Quotas e/ou na(s) data(s) de resgate, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino não farão jus ao recebimento de qualquer quantia a título de amortização e/ou resgate.
- n) **Possibilidade de perda total do capital investido.** Os investimentos em Direitos Creditórios Elegíveis e em Outros Ativos podem resultar em perdas para o Fundo, inclusive em razão da efetiva inexistência dos Direitos Creditórios cedidos caso a respectiva Ação Judicial venha a ser considerada improcedente, conforme abaixo indicado, incluindo a perda total do capital investido e resultados negativos. Neste caso, poderá ser solicitado aos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino aporte adicional de recursos ao Fundo, nos termos da alínea “k” acima. Ademais, caso o resultado final das Ações Judiciais sejam total ou parcialmente desfavoráveis aos Cedentes, tanto em termos de valor quanto à efetiva existência do direito pleiteado, os Quotistas encontram-se sujeitos ao risco de perda total do capital investido. O risco acima identificado pode ser maximizado caso o Fundo aloque 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em um único Direito Creditório Elegível, nos termos do item (4.2) do Capítulo IV.
- o) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora e o Custodiante não são responsáveis pela verificação prévia ou posterior das causas de



invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Com relação aos Cedentes, a cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo poderá ser invalidada ou tornada ineficaz, caso realizada em: (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, o respectivo Cedente estiver insolvente ou se em razão da cessão passar a este estado; (ii) fraude à execução, caso, quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência, ou sobre os Direitos Creditórios Adquiridos pendam demanda judicial fundada em direito real; e (iii) fraude à execução fiscal se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito em dívida ativa, não dispuser de bens para o total pagamento da dívida. O risco acima identificado pode ser maximizado caso o Fundo aloque 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis cedidos por um único Cedente, nos termos do item (4.2) do Capítulo IV.

- p) **Do Conselho Consultivo.** O Fundo terá um Conselho Consultivo composto por 3 membros, sendo 2 escolhidos pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 (um) representante do Consultor de Crédito, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo. Cabe ressaltar que não integrará o Conselho Consultivo pessoa indicada pelos titulares das Quotas Seniores.
- q) **Potencial Conflito de Interesses.** Conforme disposto no item (4.10.1) do Capítulo IV do Regulamento, o Fundo, por intermédio da Administradora, poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Consultor de Crédito e de suas Afiliadas desde que tal aquisição seja aprovada previamente pelo Consultor de Crédito.

12.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios Adquiridos, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de crédito.** Observado o disposto no art. 40 da Instrução CVM nº 356 e no §1º do art. 1º da Instrução CVM nº 444, em até 90 (noventa) dias contados do início de suas atividades, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis, de acordo com o disposto no item (4.5.) do Capítulo IV deste Regulamento, sendo que 100% do Patrimônio Líquido poderá ser alocado em um único Direito Creditório Elegível ou em diversos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de um mesmo Cedente, conforme o item (4.2.) do mesmo Capítulo. Quanto maior for a



concentração da carteira, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Quotas.

- b) **Discussão jurídica quanto ao crédito.** A realização dos Direitos Creditórios Adquiridos depende do êxito final nas respectivas Ações Judiciais, do adimplemento do respectivo devedor (i.e. Eletrobrás) e do efetivo pagamento dos valores devidos, na forma da legislação aplicável. Entretanto, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão realizados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos valores previstos. A Eletrobrás poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos de qualquer Direito Creditório Adquirido, alegando que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. O não pagamento de valores referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos, nos prazos e nos valores previstos, poderá afetar, negativamente, o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. Além disso, existe a possibilidade de prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recursos, que implique na inexistência, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou na quantificação do crédito em valor insuficiente para a amortização e/ou o resgate integral das Quotas. Ademais, o Fundo adquirirá Direitos Creditórios ainda sujeitos a discussão judicial. Em que pese existirem decisões anteriores favoráveis aos eventuais Cedentes, tratando de matéria idêntica, existe a possibilidade de mudança da jurisprudência consolidada. Enquanto não houver o trânsito em julgado da decisão que condenar a Eletrobrás e/ou a União ao pagamento dos valores cobrados, permanecerá o risco jurídico de ser proferida decisão desfavorável ao autor e, por conseguinte, tornar inexistente o Direito Creditório. O Superior Tribunal de Justiça está analisando dois Recursos Especiais (1.028.592 e 1.003.955), que representam a controvérsia tratada nas Ações, conforme o artigo 543-C do Código de Processo Civil, e o resultado do julgamento de ambos os referidos recursos será aplicado a todos os demais processos.
- c) **Indefinição quanto ao efetivo valor dos Direitos Creditórios.** Os critérios para a atualização do valor dos Direitos Creditórios, assim como o montante dos juros e forma de sua incidência, são objeto de discussões judiciais. Existem decisões judiciais diversas em situações idênticas, o que exige a apuração, em cada caso concreto, do teor da decisão proferida para que seja possível calcular, com precisão, o valor dos Direitos Creditórios. Caso não tenha havido o trânsito em julgado da decisão, haverá a

possibilidade de mudança dos critérios de atualização monetária e cômputo de juros, que modificarão o valor dos Direitos Creditórios.

- d) **Inexistência de coobrigação.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis será realizada nos termos descritos no respectivo Instrumento de Cessão sem coobrigação do respectivo Cedente ou de quaisquer de suas Afiliadas. Portanto, os Cedentes ou suas Afiliadas não assumirão qualquer responsabilidade pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou pela solvência da Eletrobrás. Em nenhuma hipótese, a Administradora, o Custodiante, os Cedentes e quaisquer de suas respectivas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios, pela existência dos Direitos Creditórios e/ou pela solvência da Eletrobrás.
- e) **Indefinição quanto à data de recebimento dos Direitos Creditórios.** Não há uma data pré-estabelecida para o recebimento de qualquer pagamento vinculado aos Direitos Creditórios pelo Eletrobrás. Ademais, o andamento de cada procedimento de execução depende de inúmeros fatores, sendo impossível apontar, previamente, o prazo para que seja concluído, ou para que haja o efetivo recebimento dos Direitos Creditórios.

12.4. **Risco relacionado à condução do processo.** O Fundo, apesar de cessionário dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderá ser impedido de atuar como autor nas ações judiciais que originaram os respectivos Direitos Creditórios, por força do artigo 42, §1º do Código de Processo Civil, pelo qual o adquirente ou cessionário de direito litigioso não poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante (Cedente), sem que o consinta a parte contrária. O Fundo apenas poderá intervir no processo na qualidade de assistente, por expressa autorização do §2º do mesmo dispositivo legal. Tratando-se de assistência simples, os Cedentes continuarão a figurar como únicos autores e parte principal nas respectivas Ações Judiciais e, assim, poderão desistir da ação, transigir sobre os direitos controvertidos ou praticar atos que, direta ou indiretamente, tenham efeito sobre os Direitos Creditórios Adquiridos. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo os Cedentes, a Administradora, o Custodiante, o Consultor de Crédito e/ou qualquer de suas Afiliadas qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante dos eventos descritos neste Capítulo, ressalvados os casos comprovados de dolo e má-fé.

CAPÍTULO XIII – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 13.1. Entender-se-á por patrimônio líquido do Fundo a soma do disponível do valor da carteira e dos valores a receber, subtraídas as exigibilidades (“Patrimônio Líquido”).
- 13.2. Para efeito da determinação do valor do Patrimônio Líquido, devem ser observadas as normas e os procedimentos contábeis previstos na legislação em vigor e neste Regulamento.

CAPÍTULO XIV – DAS QUOTAS

- 14.1. O Fundo emitirá 01 (uma) classe de quotas seniores (“Quotas Seniores”), e 02 (duas) classes de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), quais sejam a classe de quotas subordinadas mezanino (“Quotas Subordinada Mezanino”) e a classe de quotas subordinadas júnior (“Quotas Subordinada Júnior”), todas em série única, em uma ou mais Distribuições. O Fundo poderá, todavia, emitir a Série Específica, nas hipóteses específicas definidas no Capítulo XXVI deste Regulamento, sendo que neste caso a emissão da Série Específica deverá ser objeto de registro para emissão pública nos termos da Instrução CVM nº 356.
- 14.2. O Fundo poderá manter simultaneamente em Circulação, Quotas Seniores no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), podendo, no entanto, ser, excepcionalmente, emitida a Série Específica ao amparo do Capítulo XXVI, observado o disposto no item (14.1) acima. O Fundo poderá manter simultaneamente em Circulação, Quotas Subordinadas Mezanino no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e número indeterminado de Quotas Subordinadas Júnior, que poderão ser emitidas e colocadas de forma privada, aos Cedentes Originais, a qualquer tempo, a critério da Administradora. As Quotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, e não poderão ser resgatadas a não ser ao término do prazo de duração do Fundo, nos termos deste Regulamento, ressalvado o disposto no Capítulo XXII. Ainda, as Quotas assumirão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares junto ao Agente Escriurador.
- 14.3. Cada Quota Sênior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
 - a) será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
 - b) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate de Quotas, observado o disposto neste Regulamento;

- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Seniores para os titulares de, pelo menos, uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, tem seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) poderá ser amortizada na forma definida no Capítulo XVII, sendo que o prazo de duração das Quotas Seniores do Fundo coincide com o Prazo de Duração;
- f) nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e
- g) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.

14.4. Cada Quota Subordinada Mezanino possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) não serão objeto de distribuição pública registrada na CVM, sendo subscritas exclusivamente pelos Cedentes. Caso haja interesse na distribuição pública secundária, esta deverá ser objeto de registro prévio perante a CVM;
- b) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos deste Regulamento;
- c) tem o valor unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas Mezanino para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
- d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, tem seu valor apurado na forma do item (16.4) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
- e) nos termos do Capítulo XXVI, os titulares das Quotas Subordinadas Mezanino poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, por meio da subscrição e integralização da Série Específica, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas; e

- f) tem o direito de votar com referência a todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Subordinada Mezanino legitimará seu titular a participar com 01 (um) voto.
- 14.5. Cada Quota Subordinada Júnior possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) não será objeto de distribuição pública registrada na CVM;
 - b) subordina-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de amortização ou resgate de Quotas, observados os termos deste Regulamento;
 - c) tem o valor unitário de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na 1ª (primeira) Data de Emissão, podendo ser emitidas e negociadas fração de Quotas Subordinadas Júnior para os titulares de pelo menos uma Quota com esse valor nominal;
 - d) após a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, tem seu valor apurado na forma do item (16.3) do Capítulo XVI, deste Regulamento;
 - e) tem o direito de aprovar, por meio de voto afirmativo tomado em separado dos demais Quotistas, no curso de Assembléia Geral convocada especialmente para este fim as matérias tratadas nas alíneas “b” e “i” do item (19.1) do Capítulo XIX; e
 - f) tem o direito de aprovar, observado o disposto no item (19.12) do Capítulo XIX, as matérias tratadas nas alíneas “c”, “e” e “f” do item (19.1) do Capítulo XIX.
- 14.6. Nas hipóteses previstas nas alíneas “e” e “f” acima, cada Quota Subordinada Júnior legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria. Na hipótese de inexistirem Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, as Quotas Subordinadas Júnior poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que, neste caso, qualquer deliberação deverá necessariamente ser aprovada pelo voto favorável da maioria dos titulares de Quotas Subordinadas Júnior em Circulação, reunidos em Assembléia Geral.
- 14.7. O Fundo somente emitirá Quotas Seniores desde que computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, das Quotas Seniores em processo de subscrição e integralização e a cessão dos Direitos Creditórios a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, a Relação Mínima,

calculada, *pro forma*, na respectiva Data de Emissão, seja equivalente a 143% (cento e quarenta e três por cento). A Relação Mínima deverá atender ao limite acima referido em cada Data de Amortização de Quotas considerada, *pro forma*, a respectiva amortização.

- 14.8. Sem prejuízo do acima disposto, a Relação Mínima poderá ser equivalente a, 1 (um), e a Alocação Mínima de Investimento deverá ser, no mínimo, equivalente a 50% (cinquenta por cento). Não há obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1 (um), isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado de Quotas Seniores em Circulação.
- 14.8.1 Caberá a Administradora, nos termos do item (8.5) acima, calcular e divulgar em seu *site*, diariamente, com base exclusivamente nos relatórios fornecidos pelo Custodiante, os valores da Relação Mínima e da Alocação Mínima de Investimento.
- 14.8.2 Sem prejuízo do disposto no item (14.7) acima, a Administradora não se encontra obrigada a realizar qualquer tipo de ação ou procedimento caso a Relação Mínima seja equivalente a 1 (um), ou seja, o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor das Quotas Seniores. Na hipótese de desenquadramento da Alocação Mínima de Investimento, a Administradora deverá promover à amortização antecipada proporcional de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Júnior, no prazo de até 60 (sessenta) dias contada da data de verificação do evento, de forma que, considerada *pro-forma* a respectiva amortização, o Fundo atenda à Alocação Mínima de Investimento.
- 14.9. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Quotistas do Fundo.
- 14.10. O Fundo não cobrará dos Quotistas taxas de ingresso ou saída.
- 14.11. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios Adquiridos, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo XXIII.
- 14.12. O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será, necessariamente, equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.



CAPÍTULO XV – DA EMISSÃO, DA SUBSCRIÇÃO E DA INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

- 15.1. As Quotas serão emitidas por seu valor calculado nas formas definidas nas alíneas “c” e “d” dos itens (14.3), (14.4) e (14.5) do Capítulo XIV, na data em que as respectivas contraprestações sejam colocadas pelos investidores à disposição do Fundo. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. As Quotas Subordinadas Júnior poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou, observados os termos e condições da Instrução CVM nº 356, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo pelo respectivo Cedente.
- 15.1.1. Conforme opção da Administradora, a integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, será realizada por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos admitidos pelo Bacen, observados os procedimentos e as rotinas definidas pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas.
- 15.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo resgatáveis, exceto na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, sendo admitida, ainda, sua amortização, total ou parcial, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 15.3. Será admitida a distribuição parcial de Quotas, no curso da mesma Distribuição. Neste caso, a respectiva oferta em nada será afetada caso não sejam subscritas e integralizadas todas as Quotas ofertadas. O saldo de Quotas não colocado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação do respectivo anúncio de início, será cancelado pela Administradora, antes do encerramento do referido prazo. O funcionamento do Fundo está condicionado à quantidade mínima de 01 (uma) Quota Sênior subscrita e integralizada.
- 15.4. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá ao Quotista informar à Administradora os seus dados cadastrais completos, incluindo e-mail, assim como eventuais alterações.
- 15.5. O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo em Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas Mezanino será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). O valor mínimo de

aplicação inicial no Fundo em Quotas Subordinadas Júnior será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- 15.6. A confirmação dos investimentos feitos pelos Quotistas no Fundo ficará condicionada à efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelos Quotistas à Administradora.
- 15.7. As Quotas Seniores serão registradas para distribuição no mercado primário no MDC - Módulo de Distribuição de Cotas da CETIP, e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados – SFF, também operacionalizado pela CETIP, cabendo ao intermediário assegurar a condição de Investidor Qualificado do adquirente das Quotas.
- 15.8. Caberá à Administradora e ao Custodiante, em conjunto, providenciar o registro das Quotas Seniores na CETIP.
- 15.9. As Quotas poderão ser emitidas com ágio ou deságio, observados os termos e condições da legislação aplicável.

CAPÍTULO XVI – DO VALOR DAS QUOTAS

16.1 A partir da 1ª Data de Emissão das Quotas Seniores, cada Quota Sênior terá seu valor unitário calculado no 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” ou “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em Circulação, na ocasião; ou
- b) valor da Quota Sênior atualizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores pela variação acumulada do IPC-A, acrescido de Prêmio de Risco definido no respectivo Suplemento, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, pró-rata Dia Útil, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, nas respectivas Datas de Amortização, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQS = (SVQS \times C \times S) ;$$

onde:

VQS valor de cada Quota Sênior calculado na forma do disposto na alínea “b” deste item (16.1);

SVQS valor de cada Quota Sênior na 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores deduzido, em cada Data de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Sênior;

C fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Seniores, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcp_k}{dct_k}} \right]$$

onde:

n número total de índices considerados na atualização do VQS, sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;

dcp_k número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ dct_k ”. Exclusivamente para o cálculo de “ dcp_1 ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e

dct_k número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ dct_k ” um número inteiro.

S

$$S = [\text{Prêmio de Risco} + 1]^{\frac{du}{252}}$$

onde:

S fator do Prêmio de Risco;

Prêmio de Risco prêmio definido no respectivo Suplemento de Quotas Seniores, na forma decimal ao ano;

du número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

16.2 A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, cada Quota Subordinada Mezanino terá seu valor unitário calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo que tal valor será equivalente ao *menor* dos valores apurados pela aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b” a seguir:

- a) valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor das Quotas Seniores em Circulação na ocasião, apurado na forma das alíneas “c” e “d” do item (14.3) do Capítulo XIV, dividido pelo número total de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação na ocasião; ou
- b) valor de cada Quota Subordinada Mezanino, atualizado pela variação acumulada do IPCA, a partir da 1ª Data de Emissão das respectivas Quotas Subordinadas Mezanino, acrescidos do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino definido no respectivo Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino, o qual será capitalizado a partir da 1ª Data de Emissão da respectiva Classe, *pró-rata* Dia Útil, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VQSubMez = (SVQSubMez \times CSubMez \times SSubMez) ;$$

onde:

VQSubMez valor de cada Quota Subordinada Mezanino;

SVQSubMez valor de cada Quota Subordinada Mezanino na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, deduzido, nas respectivas Datas de Amortização, do valor unitário das amortizações efetivamente pagas ao titular de cada Quota Subordinada Mezanino;

CSubMez fator acumulado das variações mensais do IPCA desde a 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas Mezanino, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$CSubMez = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dcpSub_k}{dctSub_k}} \right]$$

onde:

N número total de índices considerados na atualização do VQSubMez, sendo “n” um número inteiro;

NI_k valor do número-índice do IPCA do segundo mês anterior ao mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês do respectivo número-índice utilizado no “ NI_k ”;

$dcpSub_k$ número de dias corridos entre (a) o último dia do mês calendário imediatamente anterior à data de atualização, e (b) a data de atualização, limitado ao valor de “ $dctSub_k$ ”. Exclusivamente para o cálculo de “ $dcpSub_1$ ”, será equivalente ao número de dias corridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização ou o último dia do mês calendário da respectiva Data de Aquisição ou da última Data de Amortização que tiver ocorrido, conforme o caso; e

$dctSub_k$ número de dias corridos contidos no mês calendário “k”, sendo “ $dctSub_k$ ” um número inteiro.

SSubMez

$$SSubMez = [PRQSMez + 1]^{\frac{duSub_n}{252}}$$

onde:

SSubMez fator do Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino.

PRQSMez Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino definido no respectivo Suplemento, na forma decimal ao ano.

duSub_n número de Dias Úteis decorridos entre (a) a respectiva Data de Aquisição ou a última Data de Amortização de Quotas Subordinadas Mezanino que tiver ocorrido, conforme o caso, e (b) a data de atualização.

- 16.3 A partir da 1ª Data da Emissão de Quotas Subordinadas Júnior, cada Quota Subordinada Júnior terá seu valor calculado na abertura do 1º Dia Útil de cada mês calendário, para fins de integralização, amortização ou resgate, sendo tal valor equivalente ao valor do Patrimônio Líquido subtraído do somatório do valor atualizado da totalidade das Quotas Seniores e da totalidade de Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação, calculado na forma dos itens 16.1. e 16.2., respectivamente, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Júnior em Circulação na ocasião.
- 16.4 As Quotas Seniores serão integralizadas em moeda corrente nacional, por meio de TED ou através do MDC - Módulo de Distribuição de Cotas operacionalizado pela CETIP. As Quotas Subordinadas Júnior poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis.

CAPÍTULO XVII – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

- 17.1. A partir de 01 de dezembro de 2010, inclusive, no curso ordinário do Programa de Securitização, as Quotas serão amortizadas, em Regime de Caixa, observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo XX, em até 3 (três) Dias Úteis após o efetivo recebimento pelo Fundo de cada Parcela Recebida, sendo certo que o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Sênior em cada Data de Amortização de Quotas, observada a disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao percentual equivalente a fração cujo numerador é o montante total das Quotas Seniores em Circulação e o denominador é o Patrimônio Líquido, ou (ii) a 90% (noventa por cento), o que for maior, dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, a partir de 01 de dezembro de 2010, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, de forma que considerada *pro forma* a respectiva amortização, a Relação Mínima seja equivalente a 143% (cento e quarenta e três por cento) deverá atender ao limite acima referido em cada Data de Amortização de Quotas considerada, *pro forma*, a respectiva amortização. O restante dos recursos disponíveis será, ato contínuo, destinado à amortização de Quotas Subordinadas Mezanino. As Quotas Subordinadas Júnior somente serão amortizadas após o integral pagamento e resgate das Quotas Seniores e observada a regra instituída no item (17.1.1) abaixo.
- 17.1.1. Após a amortização integral das Quotas Seniores, o valor a ser amortizado com relação a cada Quota Subordinada Mezanino em cada Data de Amortização de Quotas, observada a

disponibilidade de recursos para amortização de Quotas pelo Fundo, será equivalente ao percentual equivalente a fração cujo numerador é o montante total das Quotas Subordinadas Mezanino em Circulação e o denominador é o Patrimônio Líquido, ou (ii) a 90% (noventa por cento), o que for maior, 90% (noventa por cento), o que for maior, dos valores efetivamente creditados na Conta Corrente do Fundo, a partir da data de resgate integral das Quotas Seniores, decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos. Ato contínuo, o restante dos recursos disponíveis será destinado à amortização de Quotas Subordinadas Júnior.

- 17.1.2. Até 01 de dezembro de 2010, quando se iniciarão as amortizações de Quotas do Fundo, todo e qualquer recurso recebido pelo Fundo, inclusive de pagamento de Direitos Creditórios Adquiridos, poderá ser destinado à aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis, obedecidas as instruções passadas pelo Consultor de Crédito e o atendimento aos Critérios de Elegibilidade e demais regras previstas neste Regulamento.
- 17.1.3. Observado o disposto no item (23.1) do Capítulo XXIII, somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo.
- 17.2. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente as amortizações de Quotas, conforme previstas neste Capítulo, caso entenda que tais amortizações possam afetar adversamente a boa ordem administrativa, econômica e legal do Fundo.
- 17.3. Nas integralizações, amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor de abertura da Quota em vigor no dia do respectivo pagamento, sendo que, nos casos de amortização, o valor da Quota será reduzido *pro tanto* ao valor amortizado.
- 17.4. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos aos Quotistas no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte dos Quotistas, a qualquer acréscimo.
- 17.5. A amortização e o resgate de Quotas, conforme o caso, serão efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED, observados os procedimentos definidos pelos sistemas de registro e negociação nos quais as Quotas sejam admitidas para; ou (ii) em Direitos Creditórios Adquiridos, na hipótese prevista no item (17.8) abaixo.

- 17.6. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.
- 17.7. Em virtude da adoção do Regime de Caixa para amortização de Quotas, o período de carência para a amortização ou para o resgate das Quotas, ficará compreendido entre a respectiva Data de Emissão e até o 3º Dia Útil contado da data de recebimento, pelo Fundo, dos recursos decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos.
- 17.8. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas deverão ser prioritariamente pagas em dinheiro, observada a disponibilidade de caixa do Fundo e a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XX. O saldo, se houver, poderá ser pago em Direitos Creditórios Adquiridos, por meio da dação em pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral e o disposto no Capítulo XXIII.

CAPÍTULO XVIII – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 18.1 Os Direitos Creditórios Adquiridos serão registrados pelo seu respectivo Preço de Aquisição, atualizados diariamente pela variação acumulada do IPCA acrescido do Prêmio de Risco atribuído às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino, ponderado pelo número de Quotas em Circulação de cada classe, calculados *pro-rata dia*, acrescidos dos encargos do Fundo debitados no Dia Útil anterior e deduzidos dos valores efetivamente recebidos pelo Fundo a título de pagamento dos Direitos Creditórios. Sem prejuízo do acima disposto, cada Prêmio de Risco somente será considerado para fins de determinação do valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, do valor das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, nas datas do efetivo recebimento, pelo Fundo, das Parcelas Recebidas.
- 18.1. Os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor e com observância dos procedimentos definidos pelo Custodiante, conforme disposto no Contrato de Custódia. A valorização dos títulos públicos ou privados e dos valores mobiliários que compõem a carteira do Fundo será efetuada com base nas cotações obtidas na BOVESPA, BM&F ou outros mercados organizados em que o ativo seja negociado, de acordo com as regras do Bacen e da CVM aplicáveis.
- 18.2. As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Outros Ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas

perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

- 18.3. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO XIX – DA ASSEMBLÉIA GERAL

19.1. Compete privativamente à Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;
- c) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo e, no curso ordinário do Programa de Securitização, a alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos;
- d) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora (i.e., liquidação antecipada do Fundo), por conta e ordem do Fundo, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Avaliação;
- e) deliberar sobre a substituição da Administradora e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- f) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- g) deliberar sobre a substituição da Agência de Classificação de Risco;
- h) deliberar sobre a nomeação de representante dos Quotistas, se houver;

- i) deliberar sobre a alteração aos Documentos da Securitização;
 - j) deliberar sobre o pagamento de encargo e responsabilidade do Fundo, cujo montante ultrapasse o limite máximo definido na alínea "a" do item (20.1) do Capítulo XX deste Regulamento; e
 - k) deliberar sobre a substituição da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco.
- 19.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato ao mesmo, divulgação esta que lhe será encaminhada, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.
- 19.3. A convocação da Assembléia Geral far-se-á por meio de anúncio publicado no Periódico e por meio de *e-mail* enviado aos Quotistas ou seu representante, cadastrado na Administradora, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar a disponibilidade das informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.
- 19.4. A presidência da Assembléia Geral caberá, na seguinte ordem (a) ao Diretor Designado ou seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembléia Geral, escolhido pelos Quotistas.
- 19.5. A Assembléia Geral poderá ser convocada a qualquer tempo pela Administradora ou pelos Quotistas que representem, no mínimo, em conjunto ou separadamente, 5% (cinco por cento) de qualquer das classes de Quotas em Circulação.
- 19.6. A Administradora ou os Quotistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de cada classe de Quotas em circulação poderão convocar, para participar de Assembléia Geral, representantes dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

- 19.7. Independentemente de quem tenha convocado a Assembléia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente deverão comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar as informações que lhes forem solicitadas.
- 19.8. A convocação da Assembléia Geral deve ser feita, quando da primeira convocação, com no mínimo 10 (dez) e no máximo 20 (vinte) dias corridos de antecedência, contados da data da publicação da convocação e, quando da segunda convocação, com no mínimo 5 (cinco) e no máximo 10 (dez) dias corridos de antecedência, contados da data prevista para a realização da Assembléia Geral em primeira convocação, sendo admitido que a segunda convocação seja realizada juntamente com a primeira.
- 19.9. A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de pelo menos 01 (um) Quotista.
- 19.10. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.
- 19.11. A Assembléia Geral realizar-se-á no edifício onde a Administradora tiver sua sede, salvo motivo de força maior. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade da sede da Administradora.
- 19.12. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis de 75% (setenta e cinco por cento) dos titulares das Quotas em Circulação que tenham direito de votar a matéria objeto de deliberação, com exceção das deliberações relativas às matérias previstas nas alíneas “c”, “e” e “f” do item 19.1 acima, as quais serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas em Circulação e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.
- 19.13. Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos Quotistas, os seus representantes legais ou procuradores, constituídos há menos de um ano. Não têm direito de voto na Assembléia Geral a Administradora e seus empregados.
- 19.14. Todas as deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os *quora* de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão a todos os Quotistas, devendo ser divulgados aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado da realização da Assembléia Geral em que tenha sido deliberada a matéria.



19.15. A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear condômino ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356.

CAPÍTULO XX – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

20.1. A partir da 1ª (primeira) Data de Emissão e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas, do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e de eventuais alienações de Outros Ativos, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável, sendo certo que os Quotistas devem aprovar, em Assembléia Geral, qualquer encargo cujo montante individual ultrapasse R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ou valor equivalente em outras moedas;
- b) na constituição ou enquadramento da Reserva de Caixa, e de reserva de pagamento relacionada à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigível em data posterior ao encerramento de suas atividades;
- c) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Seniores, inclusive as Quotas Seniores da Série Específica, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
- d) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
- e) na hipótese de liquidação do Fundo, no resgate das Quotas Subordinadas Júnior, observados os limites, termos e condições deste Regulamento;
- f) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão;
- g) na amortização das Quotas Seniores, inclusive as Quotas Seniores da Série Específica, devidamente atualizada nos termos do item (26.1.1) do Capítulo XXVI;
- h) na amortização das Quotas Subordinadas Mezanino; e

- i) na amortização das Quotas Subordinadas Júnior.
- 20.2. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida neste Capítulo e a política de investimento constante do Capítulo IV, a Administradora deverá segregar na contabilidade do Fundo e manter aplicada em Outros Ativos, parcela de seu Patrimônio Líquido equivalente ao montante estimado dos encargos e despesas de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de, no mínimo, 2 (dois) anos, acrescido do montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a ser utilizado na implementação de qualquer medida judicial ou extrajudicial necessária, a critério da Administradora, à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas do Fundo, inclusive na hipótese de inadimplemento no pagamento dos Direitos Creditórios ("Reserva de Caixa").

CAPÍTULO XXI – DO PRAZO DE DURAÇÃO

- 21.1. O prazo de duração do Fundo é de 15 (quinze) anos, contados a partir da 1ª (primeira) Data de Emissão ("Prazo de Duração"). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente por deliberação da Assembléia Geral, observado o disposto no Capítulo XXII a seguir.

CAPÍTULO XXII – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO

- 22.1. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, são eventos que poderão ensejar, entre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo, a ser deliberada exclusivamente pelos Quotistas, em Assembléia Geral, qualquer das seguintes ocorrências ("Eventos Avaliação"):
- a) prolação de decisão judicial definitiva, contra a qual não caiba mais recursos, que implique na inexistência, no todo ou em parte, dos Direitos Creditórios Adquiridos, na quantificação do crédito em valor insuficiente para o resgate integral das Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino;
 - b) resilição do Contrato de Custódia ou renúncia do Custodiante, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos lá definidos;
 - c) renúncia da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos deste Regulamento, ou sua não substituição, nos termos deste Regulamento;

- d) caso qualquer dos Cedentes descumpra qualquer de suas obrigações avençadas no respectivo Instrumento de Cessão e tal inadimplemento não seja sanado no prazo de até 30 (trinta) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Cedente inadimplente, de comunicação escrita enviada pela Administradora neste sentido e, a exclusivo critério da Administradora, tal evento possa comprometer a boa ordem legal, financeira e operacional do Fundo;
- e) mais de 50% (cinquenta por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 7 (sete) anos, contados da respectiva data de propositura;
- f) mais de 25% (vinte e cinco por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 8 (oito) anos, contados da respectiva data de propositura;
- g) mais de 5% (cinco por cento) das Ações Judiciais cujos Direitos Creditórios foram adquiridos pelo Fundo, ultrapassem o prazo de 10 (dez) anos, contados da respectiva data de propositura;
- h) descumprimento pelo Consultor de Crédito de qualquer de suas obrigações assumidas no Contrato de Consultoria;
- i) rebaixamento da classificação de risco inicial atribuída às Quotas Seniores, em 2 (dois) ou mais níveis, considerando-se a tabela de classificação da Agência de Classificação de Risco; ou
- j) tenha sido verificado pelo Custodiante ou pela Administradora que o Fundo tenha adquirido qualquer Direito Creditório em desacordo com os Critérios de Elegibilidade.

22.2. A Administradora deverá, caso ocorra qualquer Evento de Avaliação: (i) dar ciência, por escrito, de tal fato aos Quotistas ou seus representantes; (ii) suspender, de imediato, a amortização de Quotas; e (iii) convocar a Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XIX.

22.3. Na hipótese dos Quotistas, em Assembléia Geral, convocada na forma do item (22.2) anterior, deliberarem e aprovarem a liquidação antecipada do Fundo, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover (i) inicialmente o resgate das Quotas Seniores, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI, e posteriormente, (ii) promover

o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI, e em seguida, (iii) promover o resgate das Quotas Subordinadas Júnior, inteiro ou fracionado, em Regime de Caixa, concomitantemente e em igualdade de condições, por seu valor apurado na forma do Capítulo XVI.

- 22.4. Caberá à Administradora definir os procedimentos de liquidação do Fundo observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas em Assembléia Geral.
- 22.5. Caso os Quotistas, em Assembléia Geral convocada na forma do item (22.2) acima, deliberarem pela não liquidação antecipada do Fundo, fica assegurado aos titulares das Quotas Seniores dissidentes, que assim solicitarem, o resgate de suas Quotas pelo seu valor apurado na forma do item (16.1) do Capítulo XVI.

CAPÍTULO XXIII – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 23.1. Para efeito do disposto no item XVI do artigo 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser liquidado, no prazo de até 1 (um) ano contado da deliberação dos Quotistas referida no item (22.3) do Capítulo XXII, caso existam Quotas em Circulação. Nessa hipótese, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate de todas as Quotas em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas Mezanino, e por fim, das Quotas Subordinadas Júnior, todas por meio da dação em pagamento do eventual saldo remanescente dos ativos integrantes de sua carteira, se houver. As cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão ser realizadas observado o disposto no item (29.2) do Capítulo XXIX.
- 23.2. Antes da realização dos procedimentos descritos no item (23.1) anterior, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Quotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (23.3) a seguir.
- 23.3. Para fins do disposto no item (23.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios entregues em dação pelo Fundo aos Quotistas Seniores e, conforme o caso, aos titulares de Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III, da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da

realização da Assembléia Geral referida no item (23.2) deste Capítulo. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos por este detidos contra o Fundo, observado o critério *pro rata*. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando que os valores recebidos serão distribuídos aos condôminos com observância ao disposto no Capítulo XX. Caso os Quotistas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

- 23.4. O Custodiante fará a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, contado de sua constituição. Ao término do prazo referido anteriormente, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado esse prazo ou caso os titulares das Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (23.3) acima e/ou a eleger o seu respectivo administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos Direitos Creditórios Adquiridos, dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

CAPÍTULO XXIV – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 24.1. Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas do Fundo pela Administradora:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
 - d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora (“Empresa de Auditoria”);
 - e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em Juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos do fundo;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação da Agência de Classificação de Risco; e
- k) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses do Fundo, na forma da alínea “h” do item (19.1) do Capítulo XIX.

24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

CAPÍTULO XXV – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 25.1. A Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato que possa ser entendido como um Evento de Avaliação, de modo a garantir aos Quotistas, acesso a tais informações.
- 25.2. Qualquer alteração na classificação de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, devendo a Administradora providenciar a respectiva comunicação, nos termos deste Regulamento, em até 2 (dois) Dias Úteis.
- 25.3. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico, qual seja o “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, exceto pelos anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas, os quais serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, ou no jornal “Monitor Mercantil”, ambos cientificados aos Quotistas nos termos da Instrução CVM; ou (b) de carta registrada enviada aos representantes dos Quotistas, indicados na forma do item (15.4) do

Capítulo XV, devendo estas serem mantidas disponíveis para os Quotistas na sede da Administradora. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede e nas agências da Administradora.

- 25.4. A Administradora deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em seu *site*, em sua sede e dependências, informações sobre:
- a) o número de Quotas de propriedade de cada um dos Quotistas e o seu respectivo valor;
 - b) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
 - c) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.
- 25.5. A Administradora deverá colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:
- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
 - b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO XXVI – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS QUOTISTAS

- 26.1. Caso o Patrimônio Líquido seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, deverão aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da emissão, subscrição e integralização de série de Quotas Seniores específica (“Série Específica”), a ser realizada por todos os Quotistas, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Cada Quotista irá subscrever as Quotas da Série Específica, de forma *pro rata*, observadas as Quotas detidas pelo respectivo Quotista frente ao total de Quotas emitido pelo Fundo.
- 26.1.1. O valor da Série Específica será atualizado desde a sua respectiva Data de Emissão, observado o critério *pro rata temporis*, à razão de 25% (vinte e cinco por cento) ao ano.

- 26.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos Quotistas, não estando a Administradora, o Custodiante, os Cedentes, o Consultor de Crédito e/ou quaisquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 26.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada pelos Quotistas reunidos na Assembléia Geral prevista no item (26.1) deste Capítulo. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os Quotistas deverão definir na referida Assembléia Geral, conforme o caso, o cronograma de integralização da Série Específica, as quais deverão ser integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos definidos na referida Assembléia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 26.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção, pelos Quotistas, do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 26.5. A Administradora, o Custodiante, os Cedentes e/ou qualquer de suas Afiliadas, bem como seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos Quotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os Quotistas não aporem os recursos suficientes para tanto, na forma deste Capítulo.
- 26.6. Todos os pagamentos devidos pelos Quotistas ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba os recursos devidos pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO XXVII – DO CONSULTOR DE CRÉDITO E DO CONSELHO CONSULTIVO

- 27.1. O Fundo terá um conselho consultivo (“Conselho Consultivo”) composto por 3 (três) membros, sendo 2 (dois) escolhidos pela maioria dos titulares das Quotas Subordinadas Júnior, reunidos em Assembléia Geral, e 1 (um) representante do Consultor de Crédito, os quais definirão, por meio de regimento interno, os procedimentos de convocação e deliberação do Conselho Consultivo.
- 27.2. Os membros do Conselho Consultivo não poderão ser remunerados às expensas do Fundo ou da Administradora.
- 27.3. As deliberações do Conselho Consultivo serão sempre tomadas pela unanimidade de seus membros, cabendo ao Diretor Designado o voto de qualidade.
- 27.4. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá realizar os seguintes negócios jurídicos ou transações, após sua aprovação prévia pelo Conselho Consultivo:
- a) a aprovação prévia dos nomes dos Cedentes e de Ações Judiciais para os fins de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, após análise da Proposta de Cessão encaminhada pelo Consultor de Crédito;
 - b) a definição do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis;
 - c) a definição do preço de alienação dos ativos integrantes da carteira do Fundo; e
 - d) deliberar pela realização de novas Distribuições de Quotas Seniores.
- 27.5. As deliberações adotadas nas reuniões do Conselho Consultivo deverão ser lavradas em ata própria, assinadas por todos os presentes, as quais deverão ser arquivadas na sede da Administradora.
- 27.6. O Fundo terá, até o resgate integral das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino, a prestação de serviços do Consultor de Crédito, que será contratado pela Administradora por meio do Contrato de Consultoria, com as atribuições nele previstas.

CAPÍTULO XXVIII - DO FORO

28.1. Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO XXIX – DISPOSIÇÕES FINAIS

- 29.1. O Fundo terá escrituração própria e suas demonstrações financeiras estarão sujeitas às normas expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado junto à CVM.
- 29.2. As cessões de Direitos Creditórios Adquiridos realizadas pelo Fundo para qualquer Pessoa somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou co-obrigação do Fundo.
- 29.3. Considerar-se-á o Fundo liquidado e suas atividades encerradas, após o pagamento de todos os encargos e obrigações assumidas pelo Fundo, o resgate da totalidade das Quotas.
- 29.4. O Fundo terá exercício social de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º de fevereiro e terminando em 31 de janeiro, ficando ressalvado apenas que o primeiro exercício iniciar-se-á na data de sua constituição.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 2008.

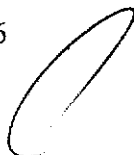


OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.

Alexandre Lodi de Oliveira
PROCURADOR

Termos e Definições

1. “Ação Judicial”: significa toda e qualquer ação judicial interposta por qualquer pessoa jurídica, perante qualquer Vara Federal, contra a Eletrobrás visando à restituição de valores, por esta cobrados a título de Empréstimo Compulsório, vinculados a créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e seus valores sejam calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76;
2. “Administradora”: tem o significado que lhe é atribuído no item (8.1) do Capítulo VIII;
3. “Afiliada”: significa a(s) Pessoa(s), direta ou indiretamente, controlada(s) pela respectiva Pessoa, Pessoa(s), direta ou indiretamente, controladora(s) da respectiva Pessoa, sociedade(s) que sejam controladas pelo mesmo controlador, direto ou indireto, da respectiva Pessoa;
4. “Agência de Classificação de Risco”: significa a Austin Rating Serviços Financeiros Ltda., com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 110, 7º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09;
5. “Agente”: significa qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa;
6. “Agente Escriturador”: significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor contratado nos termos deste Regulamento;
7. “Alocação Mínima de Investimento”: significa a fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e o denominador equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pela Administradora, conforme previsto no item 4.5 do Capítulo IV deste Regulamento;
8. “ANDIMA”: significa a Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro;



9. “Anexo”: significa os anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste Regulamento;
10. “Assembléia Geral”: significa a assembléia geral dos Quotistas do Fundo;
11. “Assessor Legal”: significa o escritório de advocacia contratado pelo Fundo para acompanhar as Ações Judiciais que originaram os Direitos Creditórios Adquiridos, Marchioro e Marchioro Advogados Associados, com sede à Rua Mal. Floriano, 228 - conj. 1604, Curitiba – Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 03.173.574/0001-50;
12. “Bacen”: significa o Banco Central do Brasil;
13. “BM&F”: significa a Bolsa de Mercadorias & Futuros;
14. “BOVESPA”: significa a Bolsa de Valores de São Paulo S.A. - BVSP;
15. “Capítulo”: significa qualquer capítulo deste Regulamento;
16. “Cedente”: significa a pessoa jurídica, identificada pelo seu número de inscrição no CNPJ, aprovada pelo Conselho Consultivo, que venha a ceder Direitos Creditórios Elegíveis para o Fundo;
17. “Cedentes Originais” significam a RECUPERE – SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no. 05.331.402/0001-92, com sede na Rua Deputado João Peopoldo Jacomel, 12.475, conjunto 32, no Município de Pinhais-PR e a VITORIAN COMPRA E VENDA DE BENS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob no. 08.806.755/0001-90, com sede na Rua Governador Agamenon Magalhães, 55, conjunto 1004, Bairro Cristo Rei, no Município de Curitiba-PR;
18. “CETIP”: significa a Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
19. “Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas, integralizadas e não resgatadas, nos termos deste Regulamento, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. “CMN”: significa o Conselho Monetário Nacional;
21. “CNPJ”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
22. “COFINS”: significa o significa a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social;



23. “Condições da Cessão”: significam as características dos Direitos Creditórios e procedimentos prévios que deverão ser verificados e/ou adotados pelo Consultor de Crédito, previamente à cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, identificados no item (5.2) do Capítulo V deste Regulamento;
24. “Conselho Consultivo” tem o significado que lhe é atribuído no item (27.1) do Capítulo XXVII;
25. “Consultor de Crédito”: significa a Companhia & Gestão de Negócios, com sede à Rua Doutor Edmir Silveira D’avila, 40 – Seminário, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 04.176.752/0001-69, contratado para prestar serviços de análise e seleção de direitos creditórios e implementar a Política de Seleção de Direitos Creditórios, nos termos do Contrato de Consultoria;
26. “Conta Corrente do Fundo”: significa a conta corrente de titularidade do Fundo aberta no Custodiante;
27. “Contrato de Consultoria” significa o “Contrato de Prestação de Serviços de Consultoria de Análise e Seleção de Direitos Creditórios” a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Consultor de Crédito e suas alterações posteriores;
28. “Contrato de Custódia”: significa o “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termos e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante e Agente Escriturador e suas alterações posteriores;
29. “Contrato de Serviços Advocatícios”: significa o Contrato de Prestação de Serviços Advocatícios, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Assessor Legal;
30. “COSIF”: significa o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen;
31. “CPF”: significa o Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.
32. “Crítérios de Elegibilidade”: significa o critério a ser observado na aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, definido no item (5.1) do Capítulo V;



33. “CSLL”: significa a Contribuição Sobre o Lucro Líquido;
34. “Custodiante”: significa o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor contratado nos termos deste Regulamento;
35. “CVM”: significa a Comissão de Valores Mobiliários;
36. “Data de Amortização de Quotas”: significa a data em que o Fundo efetua, em Regime de Caixa, o pagamento da amortização de Quotas na forma deste Regulamento;
37. “Data de Aquisição”: significa a data em que a Administradora, por conta e ordem do Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta corrente de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, de Quotas Subordinadas Júnior, em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos deste Regulamento e dos respectivos Instrumentos de Cessão;
38. “Data de Emissão”: significa a data em que os recursos ou ativos decorrentes da integralização de Quotas, em moeda corrente nacional, ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, são colocados pelos Quotistas à disposição do Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
39. “Dia Útil”: significa todo o dia, excetuados sábados, domingos e feriados nacionais;
40. “Direito Creditório”: significa os direitos de crédito contra a Eletrobrás de titularidade de cada Cedente, decorrentes de Ações Judiciais;
41. “Direito Creditório Adquirido”: significa os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração de Instrumentos de Cessão;
42. “Direito Creditório Elegível”: significa todo Direito Creditório que atenda, na respectiva Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão;
43. “Diretor Designado”: significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, assim como pela prestação de informações que deverão ser prestadas na forma da lei;

44. “Distribuição” significa cada distribuição de Quotas do Fundo, aprovada pelo Conselho Consultivo, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356;
45. “Documentos Comprobatórios”: significa os documentos que evidenciam os Direitos Creditórios Adquiridos, consubstanciados em cópia integral das principais peças processuais, incluindo petição inicial, contestação, sentença, acórdãos, seus eventuais recursos e contra-razões e demais decisões relevantes dentro das respectivas Ações Judiciais;
46. “Documentos da Securitização”: significa, conjunta ou isoladamente: (i) este Regulamento; (ii) o(s) Instrumento(s) de Cessão; (iii) o Prospecto, (iv) o Contrato de Custódia; (v) o Contrato de Consultoria; e (vi) os demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos a serem realizados pelo Fundo;
47. “Eletrobrás”: significa a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, sociedade de economia mista federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco “B”, nº 100, Sala 203, inscrita no CNPJ sob o nº 00.001.180/0001-26 (00.001.180/0002-07);
48. “Empresa de Auditoria”: tem o significado que lhe é atribuído na alínea “d” do item (24.1) do Capítulo XXIV;
49. “Empresa de Avaliação Financeira Habilitada”: significa a empresa responsável pela apuração do valor dos Direitos Creditórios, bem como da parcela incontroversa e da parcela controversa: Gaio & Lazzari Advogados Associados, com sede à Rua Eleonora Schuller, 265, Videira - Santa Catarina, Profissional responsável: Sr. Marlei Rosa Mantoani, portador do CPF 732.948.299-49;
50. “Empréstimo Compulsório” empréstimo instituído com a finalidade de expansão e melhoria do Setor Elétrico Brasileiro, cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das faturas de energia elétrica emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, o qual, a partir de 1977, passou a constituir crédito escritural, nominal e intransferível, sempre em 1º de janeiro do ano seguinte, identificado pelo Código de Identificação do Contribuinte do Empréstimo Compulsório – CICE;

51. “Evento de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (22.1), do Capítulo XXII;
52. “FGC”: significa o Fundo Garantidor de Créditos;
53. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo I;
54. “Instituições Autorizadas”: significa as instituições financeiras com classificação de risco (*rating*) igual ou superior a “brAA-”, emitida pela Standard & Poor’s, ou classificação de risco (*rating*) equivalente, emitida pela Moody’s América Latina Ltda. ou pela Fitch Ratings Brasil Ltda;
55. “Instrução CVM nº 356”: significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
56. “Instrução CVM nº 409”: significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
57. “Instrução CVM nº 444”: significa a Instrução CVM nº 444, de 08 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores;
58. “Instrumento de Cessão”: significa o termo de cessão, lavrado por instrumento público, firmado entre cada Cedente e o Fundo, formalizando, conforme o caso, a cessão, ao Fundo, de Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade de cada Cedente;
59. “Investidor Qualificado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.2) do Capítulo I;
60. “IPCA”: significa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme calculado e divulgado pelo IBGE;
61. “IR”: significa o Imposto de Renda;
62. “ISS”: significa o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
63. “Outros Ativos”: significa os ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, conforme descrito no item (4.6) do Capítulo IV ,excluindo-se os Direitos Creditórios;
64. “Parcela Recebida”: significa o valor decorrente do pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos, efetivamente transferido para a Conta Corrente do Fundo;

65. “Patrimônio Líquido”: tem o significado que lhe é atribuído no item (13.1) do Capítulo XIII;
66. “Periódico”: significa o periódico “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que deverá ser utilizado para a divulgação das informações do Fundo, nos termos do item (25.3) do Capítulo XXV;
67. “Pessoa”: significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
68. “PIS”: significa o Programa de Integração Social;
69. “Política de Seleção de Direitos Creditórios”: significa a política de seleção de Direitos Creditórios contida no ‘Anexo IV’, a ser observada pelo Consultor de Crédito;
70. “Potencial de Cessão”: significa o valor das disponibilidades, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, que, a critério da Administradora, possa ser utilizado para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis;
71. “Prazo de Duração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (21.1) do Capítulo XXI;
72. “Preço de Aquisição”: significa o preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional e/ou em contrapartida à integralização de Quotas Subordinadas Júnior, nos termos do Regulamento e conforme definido em cada Instrumento de Cessão;
73. “Prêmio de Risco”: prêmio de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, definido no respectivo Suplemento;
74. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos nos Documentos da Securitização, por meio dos quais o Fundo adquire dos Cedentes, Direitos Creditórios Elegíveis, recebe o pagamento dos respectivos valores devidos pela Eletrobrás e, nos termos deste Regulamento, promove a amortização ou o resgate das Quotas;
75. “Proposta de Cessão” significa o documento preparado pelo Consultor de Crédito, propondo a aprovação, pelo Conselho Consultivo, de nomes de possíveis Cedentes e/ou Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo;
76. “Prospecto”: significa o prospecto do Fundo;

77. “Quotas”: significa qualquer das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas do Fundo;
78. “Quotas Seniores”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
79. “Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
80. “Quotas Subordinadas Júnior”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
81. “Quotas Subordinadas Mezanino”: tem o significado que lhe é atribuído no item (14.1) do Capítulo XIV;
82. “Quotista”: significa qualquer titular de Quotas Seniores ou de Quotas Subordinadas;
83. “Regime de Caixa”: significa a metodologia de pagamento prioritariamente adotada neste Regulamento quando da amortização ou resgate de Quotas, por meio da qual a base de cálculo para apuração dos valores devidos aos Quotistas será definida tomando-se em conta o montante efetivamente recebido pelo Fundo quando do pagamento, pela Eletrobrás, dos Direitos Creditórios Adquiridos e/ou na hipótese de alienação dos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, conforme o caso;
84. “Regulamento”: significa o presente regulamento do Fundo;
85. “Relação Mínima”: significa a relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Quotas Seniores em Circulação, que, durante a vigência do Fundo, será equivalente a, 1 (ou 100%), não havendo obrigatoriedade de reenquadramento da Relação Mínima caso esta seja equivalente a 1 (um), isto é, caso o valor do Patrimônio Líquido seja igual ao valor agregado de Quotas Seniores em Circulação;
86. “Relatório de Ações Judiciais”: Significa o Relatório preparado pelo respectivo Cedente antes de cada cessão de Direitos Creditórios ao Fundo, contendo todas as informações previstas no modelo de Relatório de Ações Judiciais constante do ‘Anexo II’;
87. “Reserva de Caixa”: tem o significado que lhe é atribuído no item (20.2) do Capítulo XX;
88. “Resolução CMN nº 2.682”: significa a Resolução nº 2.682, de 23 de dezembro de 1999, do CMN, conforme alterada;

89. “Resolução CMN nº 2.907”: significa a Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do CMN;
90. “SELIC”: significa o Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
91. “Série Específica”: tem o significado que lhe é atribuído no item (26.1) do Capítulo XXVI;
92. “STF”: significa o Supremo Tribunal Federal;
93. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (9.1) do Capítulo IX;
94. “TED”: significa a transferência eletrônica disponível;
95. “Termo de Adesão”: significa o documento preparado na forma do ‘Anexo V’, a ser firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento;
96. “UP” ou “Unidade Padrão”: significa a “Unidade Padrão” instituída pela Eletrobrás para fins de correção monetária de suas obrigações decorrentes dos Empréstimos Compulsórios atualizada diariamente pela variação do IPCA. Para fins de apuração do valor do Direito Creditório, a UP deverá ser acrescida de juros de 6% a.a (seis por cento) ao ano;
97. “Valor Incontroverso”: significa o valor em reais da parcela dos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, sobre a qual (i) a Eletrobrás já tenha reconhecido sua exigibilidade; ou (ii) já tenha sido proferida decisão transitada em julgada reconhecendo sua exigibilidade; ou (iii) na hipótese de ainda não ter transitado em julgada decisão proferida no respectivo processo, habitualmente em outras Ações Judiciais similares tenha se obtido êxito em decisões transitadas em julgada.

ANEXO II
Modelo de Relatório de Ações Judiciais

processo	empresa	est.	ajuizamento	sentença	acórdão	distribuição STJ	acórdão STJ	recurso	nr	pagto incontroverso	pagto controverso	valor recebido
xxxxxxx	xxxxxxxxx	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	> 90%
xxxxxxx	xxxxxxxxx	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	Aprox. [•]%
xxxxxxx	xxxxxxxxx	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	Aprox. [•]%
xxxxxxx	xxxxxxxxx	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	Aprox. [•]%
xxxxxxx	xxxxxxxxx	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]	Aprox. [•]%



ANEXO III
Minuta do Parecer Legal

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

Rio de Janeiro, [●] de [●] de 2008

À
[RECUPERE] E/OU [VITORIAN]
[ENDEREÇO]

Prezados Senhores,

1 Tendo em vista a solicitação de V.Sas., passamos a apresentar, com base na legislação brasileira vigente nesta data, nossa opinião sobre a validade e eficácia de todos os aspectos jurídicos que envolvem crédito adquirido pela [RECUPERE SERVIÇOS DE COBRANÇA LTDA, (QUALIFICAR) ("RECUPERE")] / [VITORIAN S.A. (QUALIFICAR) ("VITORIAN")], decorrente do processo judicial nº [●].

2 A origem do crédito é a ação judicial de nº [●], interposta pela empresa [QUALIFICAR] ("Cedente"), perante a [●] Vara Federal de [●], contra a Eletrobrás, visando à restituição de valores por esta cobrados a título de Empréstimo Compulsório cujo fato gerador ocorreu em [●]. Em [Dia] de [Mês] de [Ano], o Cedente cedeu à [RECUPERE] / [VITORIAN], a totalidade dos direitos de crédito decorrentes da ação judicial, por meio do [●].

3 Importante notar que a [RECUPERE] / [VITORIAN], cederá os créditos adquiridos para o **ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS (FIDC NP ELETROBRÁS)**, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados constituído sob a forma de condomínio fechado, de acordo com o disposto na Resolução nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional, nas Instruções CVM nº 356/01 e 444/06. Portanto, a análise jurídica é feita em favor do FIDC NP ELETROBRÁS. O FIDC NP ELETROBRÁS se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da [RECUPERE] / [VITORIAN].

4 - Conclui-se portanto, em nosso parecer, que o crédito é passível de cessão.

Atenciosamente

<hr/>	<hr/>
ADVOGADO	ADVOGADO



ANEXO IV
Política de Seleção de Direitos Creditórios

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO - RJ
ANEXO AO DOCUMENTO ARQUIVADO

[PAPEL TIMBRADO DO CONSULTOR DE CRÉDITO]

**POLÍTICA DE SELEÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS A SER
OBSERVADA PELO CONSULTOR DE CRÉDITO DO ENNERGHY FUNDO
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS
– CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**

1. O Cedente que pretenda ceder Direitos Creditórios ao Fundo deverá encaminhar ao Consultor de Crédito, uma Proposta de Cessão, que conterá uma via dos seguintes documentos:

- a) Relatório de Ações Judiciais preparado substancialmente na forma do Anexo II ao Regulamento, evidenciando todas as características dos Direitos Creditórios ofertados, bem como o respectivo demonstrativo preparado por Empresa de Avaliação Financeira Habilitada; e
- b) Parecer legal específico emitido pelo Assessor Legal, preparado substancialmente na forma do Anexo III do Regulamento do Fundo.

2. O Consultor de Crédito deverá verificar se os Direitos Creditórios atendem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) as Ações Judiciais sob as quais se originam os Direitos Creditórios refiram-se a créditos constituídos de 1988 a 1993, convertidos em ações pela Eletrobrás na AGE de 28/04/05, que não sejam atingidos pela prescrição, e seus valores sejam calculados de acordo com o Decreto-lei 1.512/76;
- b) não exista sentença, “acórdão” ou qualquer decisão na Ação Judicial que impeça ou limite a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, bem como o pleno exercício dos direitos pelo Fundo, enquanto cessionário dos Direitos Creditórios;



- c) a Ação Judicial (i) tenha sido julgada, no todo ou em parte, procedente, mesmo que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado de decisão irrecorrível; ou (ii) ainda não tenha recebido qualquer decisão de mérito;
 - d) tenham seu valor apurado com base em laudo ou demonstrativo preparado pela Empresa de Avaliação Financeira Habilitada, cuja cópia deverá estar em anexo ao Relatório de Ações Judiciais;
 - e) sejam decorrentes de Ação(ões) Judicial(is) intentada(s) em qualquer comarca no País, cujas informações básicas tenham sido fornecidas pelo respectivo Cedente, nos moldes do Relatório de Ações Judiciais; e
 - f) tenham sido validados pelo Assessor Legal, mediante parecer legal.
3. Para as cessões em que haja a participação de intermediários, os pagamentos somente serão autorizados caso obedecidos os seguintes procedimentos:
- Para Pessoas Físicas:
 - a) O intermediário deverá se cadastrar com antecedência com o Consultor de Crédito, apresentando cópias autenticadas dos seguintes documentos: Cédula de Identidade, Cadastro de Pessoa Física – CPF/MF, comprovante de residência atual, além de comprovante emitido pela instituição bancária com os dados da conta e comprovando ser o mesmo o seu único titular;
 - b) Os pagamentos intermediários somente serão autorizados após seu cadastramento e da entrega completa da documentação pessoal acima descrita; e
 - c) Os pagamentos a intermediários somente serão autorizados após a entrega completa da documentação e do pagamento integral ao Cedente.
 - Para Pessoas Jurídicas:
 - a) A empresa intermediária deverá se cadastrar com antecedência com o Consultor de Crédito, apresentando os atos constitutivos registrados no registro do comércio e última alteração arquivada;

- b) Os pagamentos à empresa intermediária somente serão autorizados após seu cadastramento e da entrega completa de sua documentação, bem como da documentação pessoal de todos os sócios, conforme acima descrito;
 - c) Os pagamentos às empresas intermediárias somente serão autorizados após a entrega completa da documentação e do pagamento integral ao Cedente;
 - d) Os pagamentos às empresas intermediárias somente serão analisados após o cumprimento integral das etapas anteriores; e
 - e) Caso, por razões documentalmente comprovadas, o pagamento não puder ser efetuado em conta bancária de titularidade da pessoa jurídica, a mesma deverá encaminhar ao Consultor de Crédito documento de solicitação de depósito em outra conta bancária, sendo que tal documento deverá ter a representação dos administradores da empresa.
4. Quaisquer outras situações não descritas acima, e somente as não descritas, deverão ser submetidas à apreciação do Consultor de Crédito.

Segue abaixo relação dos documentos:

O intermediário deverá enviar previamente a seguinte documentação referente ao Cedente para análise e aprovação da compra:

1. Extrato de UP's
2. Contrato Social e/ou Consolidado
3. Todas as Alterações de Razão Social (se houver)
4. Último ato arquivado na junta comercial
5. Breve Relato
6. RG e CPF dos representantes legais da do Cedente
7. Carta Proposta devidamente assinada e com firma reconhecida

Após o pagamento, o intermediário deverá providenciar os seguintes documentos:

1. Procuração Pública (2 originais) para os seguintes procuradores, indicados pelo Consultor de Crédito: LUIZ ALBERTO BASSETTO, brasileiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade RG nº 894.741.-4, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 287.482.129-20, casado, residente e domiciliado na rua Bruno Filgueira nº 2170 aptº 131, na cidade de Curitiba-Pr e

RAFAEL PRETO BASSETTO, brasileiro, Administrador, portador da carteira de identidade RG nº 7.067.571-4, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 037.326.749-59, casado, residente e domiciliado na rua Bruno Filgueira nº 2170 aptº 131, na cidade de Curitiba-Pr.

2. 3 (três) Vias do Instrumento de Cessão devidamente assinado e com firma reconhecida.
3. 3 (três) cópias autenticadas (Contrato Sócia e/ou Consolidado, de todas as alterações da razão social (se houver), último ato arquivado na junta comercial, RG e CPF dos representantes legais do Cedente).
4. Comprovante de endereço do representante da empresa.
5. Certidão Específica da Junta Comercial (se existir alteração da razão social) ou Certidão Simplificada (se não existir alteração da razão social).
6. 3 (três) vias do CNPJ (Site da Receita Federal).
7. Recibo da Empresa.
8. Nota Fiscal do Corretor.



ANEXO V

Termo de Adesão

Termo de Adesão ao Regulamento do Ennerghy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Crédito Judicial Recupere

À

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown

Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. José Alexandre Freitas

Eu, [•], [qualificar], na qualidade de investidor do ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS (“Fundo”), administrado pela OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91 (“Administradora”), tendo como diretor designado o Sr. José Alexandre Costa de Freitas (“Diretor Designado”), declaro:

- I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do regulamento do Fundo, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido, bem como ciente da possibilidade de perdas decorrentes das características dos direitos creditórios integrantes da carteira do Fundo (“Direitos Creditórios”) e da possibilidade de os Quotistas serem requisitados a aportar recursos, caso o patrimônio líquido do Fundo seja negativo ou o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, observado o disposto no Capítulo XXVI do Regulamento.

II. Estar de acordo e ciente de que:

- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem qualquer garantia, inclusive da Administradora, do custodiante do Fundo, do Consultor de Crédito ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a manutenção por parte da Administradora, conforme o caso, de sistema de gerenciamento de riscos, não é possível eliminar-se o risco de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Custodiante ou qualquer de suas respectivas sociedades, direta ou indiretamente, controladas, controladoras, ou controladas por mesmo controlador (“Afiladas”), serem responsabilizados por qualquer depreciação ou perda no valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela negociação restrita das quotas no mercado secundário, inexistência de mercado secundário para os Direitos Creditórios subjacentes ou para outros ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando do resgate de suas Quotas ou da eventual liquidação do Fundo, entre outros eventos exemplificativamente descritos no Capítulo XII do regulamento do Fundo (“Regulamento”), os quais foram lidos e perfeitamente compreendidos;
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) caso as Quotas sejam integralizadas por meio de TED, os recursos a serem investidos no Fundo deverão ser depositados/creditados diretamente na conta corrente de titularidade do Fundo nº [●], na agência [●] do Custodiante;
- e) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo é o jornal “Monitor Mercantil” publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do item (25.3) do Capítulo XXV do Regulamento;

- f) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por (i) investidores que sejam investidores qualificados, assim definidos na Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados ou não padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se qualificarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.
- g) a Taxa de Administração do Fundo encontra-se descrita no Capítulo IX do Regulamento do Fundo, a qual foi lida detalhadamente e perfeitamente compreendida;
- h) tenho pleno conhecimento dos riscos envolvidos na operação, especialmente dos riscos descritos no Capítulo XII do Regulamento.

Finalmente, nos termos do item (15.4) do capítulo XV do Regulamento, as comunicações a mim enviadas pela Administradora e pelo Custodiante do Fundo deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [●] [qualificar], no seguinte e-mail [●].

(Local e data)



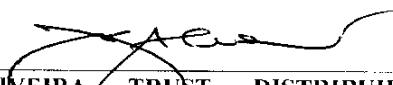
Suplemento das Quotas Seniores do Fundo

Suplemento nº. 1 de Quotas Seniores do
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS

1. Suplemento nº 1 (o “Suplemento”), referente às Quotas Seniores, no total de até 350 (trezentas e cinquenta) quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do “**ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS**”, registrado em 20 de outubro de 2008 sob o nº 768241 no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.424.100/0001-07, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.
2. O Prêmio de Risco das Quotas Seniores é de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano), capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.
3. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
4. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (1.3) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2008.

FUNDO/ADMINISTRADORA:


OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do **ENNERGHY FUNDO**
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS –
CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS

Nome:

Alexandre C. de Freitas

Cargo:

DIRETOR

Testemunhas:

Nome:

Paula Perazzi A. Ferreira

RG:

RG: 11812920-4 IFP/RJ

CPF:

CPF: 096.448.027-40

Nome:

Aline de Araujo Hamond

RG:

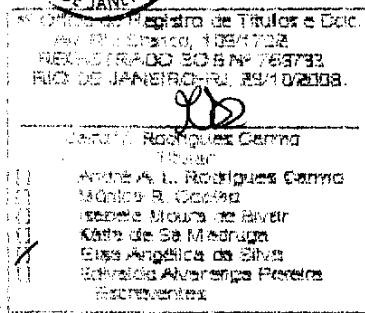
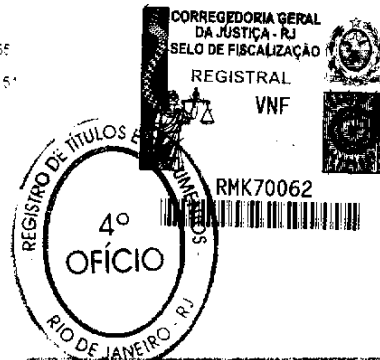
CPF: 116.576.577-28

CPF:

RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

4ºRTD-RJ - 768793

Emo: 80 30/Distrib: 10 75/Let: 111/06 4 55
Mutua/ACOTERJ 8 15 / FETJ 18 21
Lei 4.684/05 4 55 / Tot Emol (R\$): 126 51
PARÁM Vias 2 / Nome(s): / Págs: /
Proc Estr: N / Averb S / Orig:



Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino do Fundo


Suplemento nº. 2 de Quotas Subordinadas Mezanino do
ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS

Suplemento nº 2 (o “Suplemento”), referente as Quotas Subordinadas Mezanino, no total de até 200 (duzentas) quotas a serem distribuídas nos termos do regulamento do “ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS – CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS”, registrado em 20 de outubro de 2008 sob o nº 768241 no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do qual este Suplemento é parte integrante (o “Regulamento”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.424.100/0001-07, e administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Administradora”). Os documentos necessários ao registro da presente distribuição, nos termos da Instrução CVM, serão devidamente protocolados pela Administradora na CVM.

1. O Prêmio de Risco das Quotas Subordinadas Mezanino é de 16% a.a. (dezesseis por cento ao ano), capitalizados a partir da 1ª Data de Emissão destas Quotas, pró-rata Dia Útil de com base no ano de 252 úteis.
2. Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.
3. O presente Suplemento deverá ser registrado observado o disposto no item (1.3) do Capítulo I do Regulamento.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2008.

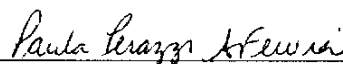
FUNDO/ADMINISTRADORA:

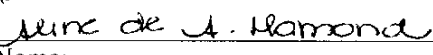

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., na
qualidade de administradora do **ENNERGHY FUNDO**
DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS –
CRÉDITOS JUDICIAIS CONTRA ELETROBRÁS

Nome: **José Alexandre C. de Freitas**
Cargo: **DIRETOR**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
4º OFÍCIO
Averbação feita na coluna de ANOTAÇÕES do
Registro nº **768.241** do Livro **B-95**
O QUE CERTIFICO. RJ, **9 OUT. 2008**


Testemunhas:


Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**
CPF: **CPF: 095.449.027-40**


Nome: **Aline de Araujo Hamond**
RG: **RG: 116.576.577-28**
CPF: **CPF: 116.576.577-28**
RG: 11.122.043-0 DETRAN/RJ

4ºRTD-RJ - 768794
Emol 80 30/Distrib 10 75/Lei 111/06 4 55
Mul.a/ACOTERJ 8 15 / FETJ 18 21
Le 4 664/05 4 55 / Tot Emol (R\$) 126 51
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 1
Proc Estr N / Averb S / Dilg



4º Cartório de Títulos e Documentos	
Av. Rio Branco, 103/1032	
REGISTRADO SOB Nº 768794	
RIO DE JANEIRO - RJ, 29/10/2008	
	
André A. L. Rodrigues Garma	
Tribunal	
André A. L. Rodrigues Garma	
Francisco R. Costa	
Carla Maria de Sá	
Rita de Sá Moura	
Clara Augusta de Sá	
Edvaldo Adriano Pereira	
Escriturantes	

Parecer Legal

MOTTA, FERNANDES ROCHA
ADVOGADOS

Nelson Cândido Motta
Pedro Paulo Cristofaro
Oswaldo de Moraes Bastos Sobrinho
Alaor de Lima Filho
Helio Saboya
Luiz Leonardo Cantidiano
Maria Lucia Cantidiano
Julian Fonseca Pella Chedlak
Eduardo Garcia de Araujo Jorge
Paulo Penalva Santos
Vanilda Fátima Maloline Hin
André Cantidiano
Osmar Simões
Luiz Eduardo Cavalcanti Corrêa
Luiz Fernando Teixeira Pinto
Márcio Monteiro Gera
Claudia Gottsfritz
Carlos Eduardo da Costa Pires Steiner
Márcio Marçal F. de Souza

Hélio Márcio Gomes Pinheiro
José Alexandre Corrêa Meyer
Carlos Eduardo Meneses Côrtes
Michael Altst
Viviane Paladino
Larissa Posselt
Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo
Gustavo Gotabeira de Oliveira
Flavio Aldred Ramacciotti
José Hugo Campbell Alqueires
André Luiz de Lima Delibes
Luís A. G. Wielewiczki
Rodrigo Piva Menegat
Cecilia Mignone Modesto Leal
Isabel Cantidiano
Julio Mala Vidal
Pedro Marcos Amud Bulcão
Carla Cid Vazela Madeira
Rodrigo de Campos Maia

Beatriz Villas Boas P. Trovo
Caio Machado Filho
Renato de Góes Ribeiro
Bruno Pierin Furtati
Daniel Kalansky
Juliana Alves do Nascimento
Isabel Godoy Seidl
Fernanda Pini
Guilherme Henrique Traub
Mônica Maria Mendes Souza Tavares
Lidice Marques da Silva Xavier

CONSULTORES:
J. A. Penalva Santos
José Botafogo Gonçalves

São Paulo, 23 de dezembro de 2008.

À

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Rio de Janeiro - RJ

Ref.: Empréstimo Compulsório sobre Energia Elétrica - Eletrobrás

Prezados Senhores,

A Lei nº 4.156/62 instituiu o empréstimo compulsório em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS, também denominado de "ECE", nos seguintes termos:

Art. 4º - Durante 5 (cinco) exercícios a partir de 1964, o consumidor de energia elétrica tomará obrigações da Eletrobrás, resgatáveis em 10 (dez) anos, a juros de 12% (doze por cento) ao ano, correspondente a 15% (quinze por cento) no primeiro exercício e 20% (vinte por cento) nos demais, sobre o valor de suas contas.



SÃO PAULO

RIO DE JANEIRO

ALAMEDA SANTOS, 2.335 | 10º E 11º ANDARES | CEP 01419-002
SÃO PAULO | SP | BRASIL | TEL 55 11 3082 9398 | FAX 3082 3272
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

AV. ALMIRANTE BARROSO, 52 | 5º ANDAR | CEP 20031-000
RIO DE JANEIRO | RJ | BRASIL | TEL 55 21 2533 2200 | FAX 2262 2459
mfra@mfra.com.br | www.mfra.com.br

§ 1º. O distribuidor de energia elétrica fará cobrar do consumidor, conjuntamente com as suas contas, o empréstimo de que trata este artigo e o recolherá com o imposto único.

§ 3º. É assegurada a responsabilidade solidária da União, em qualquer hipótese, pelo valor nominal dos títulos de que trata este artigo.

A Lei nº 4.156/62 sofreu inúmeras alterações ao longo dos anos, que alteraram a destinação dos recursos arrecadados, a alíquota, o prazo de cobrança e de resgate do ECE, a taxa dos juros, a forma de correção monetária, o alcance de incidência do tributo, e o prazo de vigência.

A alteração mais importante decorreu do Decreto-lei nº 1.512/76, que disciplinou o ECE da seguinte forma:

Art. 1º O empréstimo compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S.A - ELETROBRÁS será exigido, a partir de 1º de janeiro de 1977, na forma da legislação em vigor, com as alterações introduzidas por este Decreto-lei.

Art. 2º - O montante das contribuições de cada consumidor industrial, apurada sobre o consumo de energia elétrica verificado em cada exercício, constituirá, em primeiro de janeiro do ano seguinte, o seu crédito a título de empréstimo compulsório que será resgatado no prazo de 20 (vinte) anos e vencerá juros de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 1º. O crédito referido neste artigo será corrigido monetariamente, na forma do artigo 3º, da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 para efeito de juros e de resgate".

§ 2º Os juros serão pagos anualmente, no mês de julho aos consumidores industriais contribuintes, pelos concessionários distribuidores, mediante compensação nas contas de fornecimento de energia elétrica, com recursos que a ELETROBRÁS lhes creditará.

Art. 3º No vencimento do empréstimo, ou antecipadamente, por decisão da Assembléia Geral da ELETROBRÁS, o crédito do consumidor poderá ser convertido em participação acionária, emitindo a ELETROBRÁS ações preferenciais nominativas de seu capital social.

Art. 4º. A conversão prevista no artigo anterior, bem como a de que trata o § 10, do artigo 4º, da Lei nº 4.156, de 28 de novembro de 1962, será efetuada pelo valor corrigido do crédito ou do título, pagando-se em dinheiro o saldo que não perfizer número inteiro de ação".

Art. 5º O empréstimo de que trata este Decreto-lei não será exigido de consumidores industriais de energia elétrica cujo consumo mensal seja igual ou inferior a 2.000 kwh.

Consumidores industriais de energia elétrica, cujo consumo mensal tenha sido superior a 2.000kwh, recolheram o ECE por meio de fatura conjunta com a cobrança da energia elétrica consumida no período de jan/77 a dez/93.

Segundo os credores a ELETROBRÁS não teria devolvido os valores pagos na forma determinada pela legislação, razão pela qual buscam o Poder Judiciário para a reparação dos danos que alegam ter sofrido, a saber:

el

SH

- a) a ELETROBRÁS fez incidir correção monetária do ECE apenas a partir do primeiro dia do ano seguinte ao seu recolhimento, e não a partir da data do pagamento;
- b) a ELETROBRÁS calculou a correção monetária por um índice próprio (UP = Unidade Padrão), e não por índices oficiais de cálculo da inflação real, deixando de lado inclusive os expurgos de diversos planos econômicos do governo federal (Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor);
- c) a ELETROBRÁS calculou os juros remuneratórios sobre bases incorretamente apuradas, em virtude dos dois fatos acima; e
- d) a ELETROBRÁS só calculou juros até 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento e não até o efetivo pagamento dos juros.

Em três ocasiões a ELETROBRÁS converteu créditos decorrentes da cobrança do ECE em ações de sua emissão: (i) 72ª AGE - 20/04/1988 - conversão dos créditos constituídos de 1978 a 1985; (ii) 82ª AGE - 26/04/1990 - conversão dos créditos constituídos em 1986 e 1987; e (iii) 142ª AGE - 28/04/2005 - conversão dos créditos constituídos de 1988 a 1993.

Vale mencionar que a Lei nº 7181/87 prorrogou o prazo da vigência do ECE até o faturamento de 31/12/1993.

Em 28 de março de 2008, a 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento no sentido de que a ação visando a obter o crédito de diferenças de correção monetária e o pagamento dos correspondentes juros, relativos a recolhimentos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica, instituído em favor da Eletrobrás, está sujeita à prescrição de 5 (cinco) anos, contada a partir da ocorrência da lesão, assim considerada a data em que, ao cumprir a obrigação

imposta pelo artigo 2º do DL 1.512/76, a ELETROBRÁS, em cada exercício, realizou créditos de correção monetária em valores inferiores aos devidos e, por consequência, pagou anualmente juros também insuficientes (Resp 714.211/GO, Rel. p/ acórdão Min. Luiz Fux).

Ou seja, considerou-se que ocorre a antecipação do termo inicial do prazo prescricional nos casos em que houve a conversão do crédito do consumidor em ações da ELETROBRÁS, pela deliberação da Assembléia Geral, pois diante da antecipação do vencimento do empréstimo, surgiu o direito ao crédito e, consequente, o nascimento do exercício de ação.

Portanto, em muitas ações judiciais a ELETROBRÁS e a União têm sucesso em suas defesas, para considerar prescritas quaisquer obrigações porventura não cumpridas, nos últimos 5 (cinco) anos que antecedem o ajuizamento da ação judicial.

Conforme já mencionado, ao Fundo serão transferidos créditos constituídos a partir de 1988, ou seja, que não são atingidos pela prescrição, conforme a jurisprudência mencionada.

A mesma jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, atendendo a pretensão dos contribuintes, vem se consolidando (vide, por exemplo, AgRg no RESP 814/224/RS, Rel. Min. José Delgado) no sentido de condenar a ELETROBRÁS e a União, solidariamente, ao pagamento da correção monetária desde a data do recolhimento do empréstimo compulsório e com base em índices não expurgados, bem como, os juros remuneratórios de 6% ao ano sobre as diferenças devidas e juros de mora sobre os valores devidos, a contar da citação. A metodologia adotada pela ELETROBRÁS já foi considerada ilegal e lesiva aos consumidores, e o princípio da plena indenização aos consumidores que recolheram o ECE tem sido acolhido por todas as instâncias do Poder Judiciário.



(st)

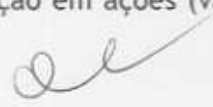
A única exceção diz respeito à improcedências do pedido formulado por alguns consumidores de aplicação da taxa SELIC para cálculo do valor a ser restituído pela ELETROBRÁS. A Primeira Seção do STJ, no julgamento dos EREsp 636.248/RS, de relatoria do Ministro Castro Meira, decidiu pela impossibilidade de aplicação da taxa SELIC na correção dos valores a serem devolvidos pelo ECE, em razão da existência de regras específicas disciplinando a incidência de juros e de correção monetária (art. 2º do Decreto-lei 1.512/76).

A Lei 11.672, de 8 de maio de 2008 introduziu o artigo 543-C ao Código de Processo Civil, que permite ao Superior Tribunal de Justiça, ao identificar a existência de multiplicidade de recursos tratando da mesma questão de direito, suspender o andamento dos referidos recursos, até que aquela Corte se pronuncie definitivamente sobre o tema.

Por iniciativa da Ministra Eliana Calmon, todos os recursos que questionam formas de recebimentos e de cálculo de créditos decorrentes do ECE foram suspensos nos Tribunais de Justiça e no Superior Tribunal de Justiça, até que o STJ adote uma decisão sobre o assunto, e que deverá ser seguida em relação a todos os demais processos.

Dois recursos foram encaminhados pela ministra Eliana Calmon à Primeira Seção, para decisão sobre o tema.

O primeiro deles, RESP 1.028.592, discute, em síntese, a prescrição, a correção monetária plena sobre o principal (da data de cada recolhimento mensal até 31/12 de cada ano, e de 31/12 do ano anterior à assembléia que autorizou a conversão) e sobre os juros remuneratórios de 6% ao ano (de 31/12 de cada ano até julho do ano seguinte), bem como o reflexo dos juros remuneratórios sobre a diferença de correção monetária. Além disso, aborda a devolução em ações (valor patrimonial x valor de mercado), taxa Selic e juros moratórios.

 CST

O segundo recurso, Resp 1.003.955, aborda a prescrição, a correção monetária plena sobre o principal (a partir da data de recolhimento até a data do efetivo pagamento de juros, e de 31 de dezembro até a data da assembléia de conversão), bem como o reflexo dos juros de 6% ao ano sobre a diferença de correção monetária e juros remuneratórios de 6% ao ano. Além disso, discute também a taxa Selic e juros moratórios.

Ambos os recursos especiais mencionados foram pautados para julgamento no dia 22 de outubro de 2008, mas houve pedido de vista do Ministro Benedito Gonçalves, estimando-se a final apreciação dos recursos para o primeiro semestre de 2009.



Motta, Fernandes Rocha Advogados

FUNDO
**ENNERGHY FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-
PADRONIZADOS – CRÉDITO JUDICIAL CONTRA ELETROBRÁS**
CNPJ nº 10.424.100/0001-07

Administradora e Distribuidor

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 36.113.876/0001-91
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205,
Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
CEP 22640-100
Rio de Janeiro – RJ

Custodiante

Deutsche Bank S.A – Banco Alemão

CNPJ nº 62.331.228/0001-11
Av Brigadeiro Faria de Lima, 3.900 – 13º a
15º andares CEP 04538-132
São Paulo – SP

Consultor de Crédito

Companhia & Gestão de Negócios

Rua Dr. Edmir Silveira D' Ávila, 40
Curitiba - PR

Empresa de Auditoria

KPMG Auditores Independentes

CNPJ/MF 57.755.217/0001-29
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33, 17º andar
CEP 04530-904
São Paulo – SP

Agência de Classificação de Risco

Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

CNPJ sob o nº 05.803.488/0001-09
Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 110 - 7º
andar CEP 04542-000
São Paulo

Assessor Legal da Oferta

Motta, Fernandes Rocha Advogados

CNPJ nº 35.808.211/0001-30
Alameda Santos, nº 2335 – 11º andar
CEP 01419-002
São Paulo – SP

Assessor Legal

Marchioro e Marchioro Advogados Associados

CNPJ nº 03.173.574/0001-50
Rua Mal. Floriano, 228 – conj. 1604
Curitiba - PR